



Assim vos vejo

**Os relatos de viagem e as artes em Lisboa na transição
da Idade Média para a Era Moderna**

Cristina M. Soares dos Santos Pimenta Rodrigues

Dissertação de Mestrado em História da Arte

Abril 2023

“Eu não invento nada. Limito-me a por à vista. Levanto as pedras e mostro o que está por baixo. Nós somos o outro dos outros.”¹

¹ Frase de José Saramago, frase escrita nas escadas do edifício da sua Fundação.

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte, área de especialização em Artes da Época Moderna e da Expansão, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Senos

Aos meus rapazes

Agradecimentos

A viagem que se faz ao longo de uma dissertação de mestrado é em grande parte solitária. Este caminho não seria, porém, possível sem a ajuda de quem, de forma direta ou indireta, acompanha o percurso e a quem gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, ao Professor Nuno Senos, presente desde o primeiro momento do meu percurso académico, pela orientação dada ao presente trabalho e pela permissão de desenvolvimento de um trabalho autónomo que me fez crescer enquanto historiadora da arte.

À Professora Sílvia Ferreira, pela disponibilidade e amizade.

Aos professores, Margarida Tavares da Conceição, Alexandra Curvelo, Hélder Carita, Carlos Moura e Raquel Henriques da Silva, que ao longo da minha aprendizagem abriram tantas e inspiradoras portas e cuja obra e exemplo motivaram um gosto pela História da Arte que se foi transformando em algo muito maior.

Ao pessoal da Biblioteca Municipal de Belém, pela imensa disponibilidade, ajuda e compreensão.

Às minhas companheiras de viagem, Vera Serrão e Bruna Toledo Gomes, pelos nossos almoços à volta do mundo, pelas vitórias e sucessos aos quais brindámos e pelas conversas e gargalhadas tão boas que só acontecem quando encontramos os nossos pares.

À Sofia, que me ajudou a caminhar caminhando e me fez perceber que há preto, branco e também cinzento.

À minha família e amigos, especialmente à minha irmã, pela paciência e compreensão dos desabafos matutinos.

Aos meus rapazes, Nuno, Vasco, Miguel e Ninja, porque os últimos são e serão sempre os primeiros. Muito obrigada por tudo e sobretudo pela certeza do retorno a porto seguro.

Assim vos vejo

Os relatos de viagem e as artes em Lisboa na transição da Idade Média para a Era Moderna

Cristina Maria Soares dos Santos Pimenta Rodrigues

Resumo

Palavras-chave: relatos de viagem, viajantes, artes, Lisboa, Era Moderna

Com o presente trabalho pretendemos trazer à evidência relatos de viajantes que estiveram em Lisboa, na transição da Idade Média para a Era Moderna, mais concretamente entre 1451 e 1571, articulando as suas narrativas sobre a cidade com o panorama artístico coevo, nomeadamente no que concerne o Urbanismo, a Arquitetura e as Artes Decorativas. Através da análise destes documentos, procuraremos um melhor entendimento da cidade e do seu crescimento, do modo como se estruturava, dos edifícios e dos seus programas construtivos, bem como da sua habitabilidade.

Numa primeira parte será feito o esclarecimento de alguns conceitos chave para a compreensão da articulação e reflexão realizadas, bem como o método utilizado para a sua realização.

Numa segunda parte, empreenderemos o confronto dos relatos de viagem com crónicas e outra bibliografia da especialidade de modo a complementar a informação sobre a cidade, a sua organização e dimensão, as diferentes áreas de desenvolvimento urbano, bem como o seu edificado, procurando um melhor entendimento do modo de construção e do desenvolvimento de espaços de habitação.

Abstract

Key words: travel reports, travelers, arts, Lisbon, Mediaeval, Early Modern Age

With this dissertation we want to bring to evidence the travel reports from visitors of Lisbon during the transition between the Middle Ages and the Modern Age, more exactly between 1451 and 1571, by articulating the narratives of foreigners written about the city with the artistic panorama, namely as far urbanism, architecture and decorative arts are concerned. Through the analysis of these documents, we will look for a better understanding of the city and its growth, how it was structured, of its buildings and their constructive programs, as well as its habitability.

On the first part there will be made the clarification and explanation of some key concepts and the used method, for a better understanding of the articulation and reflection made on the second part, which consists of the confrontation of the travel reports with chronicles and specific bibliography of this field of knowledge in order to complement the known information about the city, its organization and dimension, the different areas of urban development, as well as its buildings, construction methods and the development and composition of housing spaces.

Índice

Introdução.....	1
1. Questões teóricas	3
1.1 Conceitos.....	3
1.2 - Método.....	9
2. <i>Assim vos vejo</i>	14
2.1 Quem vê Lisboa?	14
2.2 Urbanismo.....	21
2.3 - Arquitetura.....	40
2.4 - Os interiores domésticos e as artes decorativas	67
2.4.1 – “Por dentro é mais cómodo que vistoso”	67
2.4.2 - As artes decorativas	72
Conclusão.....	80
Bibliografia.....	84
Webgrafia	88
Imagens	89
Anexo 1	100
Anexo 2	105

Introdução

Assim vos vejo, encerra a dualidade de sermos o outro dos outros, em que por um lado assim somos vistos e por outro assim vemos quem nos vê.

A viagem é para mim um tema de especial interesse. Gosto do contacto com outras culturas e considero viajar uma das formas mais interessantes e completas de se adquirir conhecimentos. Por outro lado, foi sempre uma constante da minha vida profissional, onde procuro sobretudo a oportunidade de tornar as viagens dos outros mais enriquecedoras, interpretando e partilhando a minha cultura e a minha história.

Posto isto, a escolha de um tema para este trabalho onde a viagem se constitui enquanto pedra basilar, surgiu de forma muito natural. Simultaneamente, enquanto historiadora da arte, sou profundamente crente que esta se constrói e enriquece através da análise das trocas de conhecimento, num processo alicerçado em visões e reflexões múltiplas. O olhar dos outros, pleno das suas próprias crenças, conhecimentos e experiências, é na minha opinião, uma mais-valia importantíssima numa historiografia da arte, que acredito, se deve construir de modo cada vez mais global e inclusivo.

Os relatos escritos ao longo das viagens são um terreno de grande amplitude, encerrando elementos que se podem constituir enquanto enormes contributos no levantamento de novas e significativas questões através de informações de interesse transversal a todas as áreas do conhecimento.

A imagem do meio ambiente é resultado de uma dinâmica de interação entre o observador e o seu meio, ou seja, a sua perceção. Falamos assim de um processo cognitivo que permite a interpretação da envolvência através de estímulos captados pelos órgãos sensoriais, escolhidos e organizados mentalmente pelo observador por forma a que lhe façam sentido, num processo no qual junta a esses estímulos as suas memórias criando um sistema individual de significado.

No sentido de uma melhor organização e sistematização de informação, foi dividido o presente trabalho em dois grandes capítulos: o primeiro onde se procurou a definição de conceitos e metodologia, numa dinâmica mais teórica; e um segundo, onde propomos uma análise da cidade de Lisboa no que diz respeito ao seu urbanismo, à sua arquitetura e aos interiores dos seus edifícios no período compreendido entre meados do século XV

e meados do século XVI, articulando os relatos de viagem coevos com a bibliografia da especialidade e a cronística.

Procuramos assim refletir sobre estes olhares externos à realidade lisboeta e através da informação que encerram complementar o conhecimento que temos de Lisboa num período de transição alavancado por uma conjuntura económica, social e cultural sem paralelo, procurando o seu posicionamento num momento fraturante da história mundial.

Por último, e por serem os relatos de viagem de grande riqueza de conteúdos, procurámos sempre que justificado projetar estudos futuros, onde a informação que não teve lugar na presente dissertação, mas que se possa vir a constituir um contributo em posteriores pesquisas.

1. Questões teóricas

1.1 Conceitos

O que pretendemos propor com este trabalho é que seja, sobretudo, um promotor da reflexão. A extensão das informações que são relatadas durante uma viagem não se podem abarcar nem nos limites temporais nem espaciais de uma dissertação de mestrado. A diversidade dos elementos registados pelos viajantes permite variadíssimas camadas de leitura, trazendo pormenores que abrem inúmeras possibilidades de interpretação e que podem ser aproveitadas por várias disciplinas científicas.

Torna-se assim necessário esclarecer, *à priori*, alguns conceitos importantes na condução da reflexão que aqui se realizou, pois, a temática axial deste trabalho, aparentemente simples, não o é na realidade. Cingimos esta conceptualização a dois aspetos basilares: o que motiva o relato, a viagem, e o que foi considerado relato de viagem.

Começamos por alguns desafios encontrados e que devem ser identificados para uma boa condução da reflexão a que nos propusemos, pois se por um lado, somos atraídos pela abundância de informação contida nas notas e textos produzidos durante uma determinada viagem, por outro, esta riqueza pode colocar o investigador perante um desafiante exercício de contenção na identificação e seleção da informação a ter em linha de conta.

A disseminação dos textos por várias geografias e instituições mostrou ser, claramente, um aspeto condicionador da sua recolha. Atualmente, contudo, numa modernização e adaptação das técnicas de arquivo, o facto de muitas obras já se encontrarem em formato digital obviou, em parte, esta dificuldade e revelou-se de extrema importância, tendo grande parte da pesquisa do presente trabalho sido realizado durante a crise pandémica de 2020 e 2021, com o conseqüente encerramento ao público de bibliotecas e arquivos e a necessária adaptação aos recursos disponíveis em contexto de confinamento.

O facto de grande parte dos relatos de viagem se encontrar escrita em língua estrangeira ou em latim, revelou-se igualmente desafiante e exigente, solicitando ao investigador um conhecimento dessas mesmas línguas. Porém, mesmo nos casos em que este conhecimento existe, estamos perante obras escritas numa linguagem antiga o que dificulta a sua compreensão e interpretação. Ainda nesta questão, é frequente encontrarmos textos que já são traduções dos originais, requerendo um olhar ainda mais

cauteloso, pois uma tradução é, por si, uma leitura e interpretação feita pelo tradutor. E por último, de acordo com o verificado nos textos em que nos foi possível acesso ao original, existe uma tendência para tornar contemporânea a linguagem original ao fazer uma tradução, o que poderá, em alguns casos, impactar numa alteração do significado.

A viagem é, desde logo, a ignição que põe o motor em marcha. Apesar de ser um conceito facilmente identificável, de tão intrínseco à atividade humana foi, ao longo dos tempos, ganhando significados distintos. Etimologicamente, é uma palavra latina que deriva de “via” – caminho, e na sua essência prendia-se com o aprovisionamento para uma jornada. Porém, a sua estreita e orgânica relação com a história do Homem e da Civilização, levaram a que esta fosse feita por diferentes razões, o que tem impacto no seu significado. Para lá, porém, de todas as possíveis variáveis motivacionais, pode-se estabelecer um denominador comum à sua leitura enquanto conceito: uma viagem, qualquer que seja a forma de que se revista, é sempre tão física como intelectual e espiritual e é neste espírito que se construiu o presente trabalho.

De forma simples, tendo em conta a documentação encontrada para esta investigação, optou-se por considerar uma definição ampla e pouco restritiva. Partimos assim da consideração de que viagem é a “ida e estadia num ou em mais locais, mais ou menos longínquos, por um determinado período de tempo, antes do regresso ao lugar de partida.”². Desta forma, foi possível considerar viajantes de várias origens, com várias motivações, em trânsito por Lisboa ou sendo esta o destino final, permitindo a inclusão de vários documentos escritos durante uma deslocação, sejam estes oficiais, como os decorrentes de missões diplomáticas ou de visitas, epistolográficos, memórias ou diários.

Qualquer que seja o formato ou a intenção subjacente, o que se regista numa viagem, é sempre a percepção de quem escreve sobre o que vê, dando lugar a uma convocação sensorial que dá a este conceito a possibilidade de leitura mais factual, mas paralelamente, mental, intimista e espiritual. Pois o texto que resulta do registo efetuado durante uma viagem, por muito que se pretenda objetivo, é sempre a “história de um viajante no interior da viagem que fez, história de uma viagem que em si transportou um viajante, história de viagem e viajante reunidos em uma procurada fusão daquele que vê e daquilo

² Infopedia.pt/dicionários/língua-portuguesa/viagem (consultado a 23.02.22)

que é visto, encontro nem sempre pacífico de subjetividades e objetividades. Logo: choque e adequação, reconhecimento e descoberta, confirmação e surpresa.”³

E isto leva-nos ao segundo conceito, os relatos de viagem, e sobre estes registos importa lançar um olhar mais minucioso.

Foram considerados como fontes para a presente investigação, os relatos de viajantes estrangeiros, que estiveram em Lisboa entre meados do século XV e meados do século XVI, procurando articular a informação contida nas descrições feitas com a produção artística portuguesa coeva.

Escritos, frequentemente, de forma sincrónica (ou bastante próxima) aos acontecimentos, os relatos de viagem trazem-nos testemunhos preciosos do passado, registando momentos numa dinâmica quase fotográfica de instantâneo, ressaltando e destacando pormenores numa articulação espaço-temporal que não encontra paralelo em outros géneros literários.

O reconhecimento por parte de investigadores dos escritos em viagem enquanto fontes historiográficas, é hoje tal como já o foi no passado, aceite de forma unânime. Aliás, “o interesse que este género de fontes tem vindo a despertar, não só em investigadores, mas também no grande público, parece-nos um indicador da consciência crescente do contributo que elas podem dar a várias áreas do conhecimento.”⁴, e a sua pertinência é categoricamente defendida por alguns autores. Percy Adams que tem vindo a dedicar parte do seu trabalho ao entendimento da literatura de viagens, é perentório em afirmar que “nenhum pensador ou historiador pode passar sem os viajantes”⁵.

Ao longo dos seus trabalhos, o autor analisa a forma como os escritos de viagem, quer na sua contemporaneidade quer ao longo dos tempos, vão assumindo contornos variados, mais informativos e pragmáticos em cronologias mais antigas, como se verifica na cronologia proposta nesta investigação, avançando na direção de uma maior especialização com conseqüente separação entre dois tipos de escrita de viagem: os de carácter factual e as descrições de carácter mais literário.

A História da Arte, é um campo disciplinar onde a observação direta de peças e objetos se valoriza em muito pelo posicionamento destas *in loco*, sendo que a viagem surge

³ Saramago: 1981, p. 5

⁴ Paulino: 2013, p.14

⁵ Percy Adams apud Paulino: 2013, p. 18

amiúde como condição essencial para esta tarefa. Foi com base na viagem e nas anotações ou registo fotográfico que durante ela se fizeram, que surgiram importantes estudos pioneiros na afirmação da História da Arte enquanto disciplina autónoma do conhecimento, em trabalhos como o de Aby Warburg e o Atlas *Mnemosyne*, por exemplo. Uma produção historiográfica mais contemporânea, dá-nos conta da valorização da dinâmica e do processo, posicionando-se a viagem e os registos que dela resultam como elementos essenciais para o entendimento das trocas de objetos, artefactos, modelos, e sobretudo, conhecimentos e informação. Podemos assim afirmar, que o historiador da arte recorre à viagem e aos registos efetuados ao longo da mesma, enquanto meio para a visualização e entendimento mais aprofundado dos objetos de estudo.

Num período em que a arte se repensa e a sua história se autonomiza enquanto disciplina, em finais do século XVIII e após alguns anos em que se assistiu a uma certa incubação, reacende-se o interesse pelo “outro” e o “exótico” numa procura pelo desconhecido e pela novidade, mas também pelo entendimento de origens e fundamentos, tendo os relatos de viagem escritos em épocas anteriores ganho um renovado interesse e fascínio. Não é, portanto, de estranhar serem deste período alguns dos inventários de relatos de viagem e traduções de textos originais incluídos na presente dissertação.

A utilização destes textos enquanto fonte requer reflexões de ordem vária, que vão desde o conhecimento de quem escreve os relatos, os seus diferentes locais de origem, as suas motivações e os seus itinerários. Embora este não tenha sido o critério principal para a escolha dos relatos a trabalhar, foi tido em consideração que a “origem geográfica, cultural e social de cada viajante constitui uma herança que influencia a forma de olhar qualquer realidade (...)”⁶, tendo, tanto quanto possível e face aos dados biográficos conhecidos, havido o cuidado de identificar, contextualizar e confrontar os textos escritos com a realidade de cada autor.

Esta comparação que os relatos de viagem possibilitam entre a vivência de cada viajante e as dos “outros”, constitui-se em si uma importante contribuição para a riqueza desta fonte, pois permite articular a realidade visitada com a dos países de origem dos viajantes ou cidades pelas quais já passaram, o que viabiliza a criação de uma história comparada e uma maior amplitude de contextualização.

⁶ Paulino: 2013 p.18

No mesmo sentido, foi necessário ainda ter em linha de conta a duração da viagem, que pode influir no modo como se desenvolve a narrativa. Uma estadia mais prolongada poderá tender a acentuar desconfortos ou situações de conflito, resultar numa maior compreensão e conseqüente aceitação de aspetos culturais ou tradicionais mais diferenciados ou ainda no esbatimento da memória de alguns detalhes.

Outro aspeto também a ser tido em consideração, é o afastamento temporal entre a ação e a escrita dos relatos. Se o relato for escrito tendo decorrido algum tempo após a viagem, existe um maior distanciamento emocional o que poderá, ou não, resultar num maior amadurecimento das impressões, mas também traduzir-se em alguma confusão e imprecisão nos factos descritos e num exacerbamento de algumas situações vividas.

A análise crítica de documentos escritos por estrangeiros, nunca é sinónimo de isenção, pois por muito imparciais ou contemporâneos à ação que sejam os relatos de viagem, “(...) não são só os viajantes que transportam consigo noções culturais, estéticas, e até literárias, com as quais interpretam o mundo. O mesmo acontece connosco ao enfrentarmos o discurso do «outro» sobre nós. A consciência que temos, ou não, dos nossos próprios filtros pesa de forma determinante no modo como entendemos esse discurso.”⁷

O rigor académico e o carácter científico de uma pesquisa desta natureza, solicitam ao historiador da arte um esforço de articulação entre o afastamento das suas crenças, de modo a possibilitar tanto quanto possível neutralidade ao longo das suas leituras, enquanto simultaneamente lhe é convocado e exigido um conhecimento dilatado do contexto visado nos textos e da *entourage* dos viajantes e da sua obra, que permita estabelecer uma panorâmica de conjunto.

É assim necessário ter sempre em mente que “(...) do ponto de vista da análise, o perigo reside em considerar como neutra, ou objetiva, a observação que não o é. Nenhum observador é neutro, e é precisamente o conhecimento do que constitui a sua parcialidade que torna possível uma interpretação mais correta dos dados. Mesmo quando os viajantes observam e, até, perseguem uma utópica objetividade, «investigando» aspetos de carácter

⁷ Paulino: 2013, p.20

supostamente factual da sociedade e das instituições do país, o que dizem revela, uma e outra vez, o olhar de quem está de fora, ora superficial, ora lúcido, mas sempre perplexo.”⁸

Ainda na parte conceptual, foi ainda necessária a delimitação das fronteiras temporais sobre as quais a pesquisa incidiu. Pelos compreensíveis limites de espaço e tempo, delimitou-se este estudo aos relatos de viajantes que estiveram em Lisboa entre 1451 e 1571, atravessando assim quatro reinados de um período de fraturantes e aceleradas mudanças na sociedade da capital portuguesa com impacto no seu posicionamento a nível mundial.

Por fim, no que concerne as definições de espacialidade surgiram algumas dúvidas, principalmente na referenciação dos países de origem dos viajantes. Nesta cronologia, em alguns países da Europa viviam-se longos períodos de guerra e constantes alterações de fronteiras. Optou-se, por facilidade, considerar a origem dos viajantes tanto quanto possível nos limites de territórios coevos às viagens realizadas e a menção à área geográfica da atualidade. No respeitante à representação dos itinerários, optámos por apresentá-los sobre mapas contemporâneos, sabendo *à priori* não ser esta uma representação exata da realidade coetânea dos relatos, mas que acreditamos ser suficiente para permitir uma ideia geral das viagens realizadas. Os mapas e os itinerários detalhados de algumas das viagens realizadas podem ser encontrados no Anexo 1.

Delimitar o espaço geográfico sobre o qual incide o olhar do presente trabalho, foi relativamente fácil, porém. O território continental português, ao contrário da tendência que se verificava no resto da Europa, sempre se pautou politicamente por contornos mais perenes e menos flexíveis. A conquista definitiva de Silves em 1249, fixou até aos nossos dias o essencial dos limites fronteiriços do país, e Lisboa, “situada a meio caminho, entre os limites norte e sul do território, erguida à beira-mar, cuja importância para a vida do País começava a parecer evidente, encontrava-se numa situação ideal”⁹. Na cronologia proposta, Lisboa encabeçava a vocação marítima de um país, tornando-se entreposto comercial a nível mundial como eixo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. (figura 1)

⁸ *Idem, idem*

⁹ França: 1977, p.18

1.2 - Método

Numa primeira fase desta investigação foi efetuado um levantamento dos recursos disponíveis, identificando-se os viajantes que tenham estado em Lisboa na cronologia que nos propusemos estudar e nos deixaram as suas impressões.

Após uma leitura mais generalista na procura destas referências, seguiu-se a sua organização e sistematização. O critério adotado para esta tarefa foi a data em que estes estrangeiros estiveram em Lisboa, selecionando-se em primeiro lugar aqueles cuja viagem e estadia se encontra compreendida entre 1451 e 1571, não descartando, porém, documentação relacionada com outras cronologias, com o objetivo de uma compreensão mais alargada da temática.

Apesar destes documentos terem sido contemplados em diversos estudos e obras, e na ausência de uma compilação bibliográfica dos mesmos, esta identificação e levantamento partiu da leitura de obras de carácter generalista e multidisciplinar.

Nos últimos anos, em particular, a questão de alteridade e o contributo da visão “outra” para a produção historiográfica têm-se revelado merecedores de um olhar mais atento por parte da comunidade académica. Contudo, tal como já mencionado, a disseminação destes textos em instituições e arquivos geograficamente distantes pode, frequentemente, constituir-se um obstáculo à pesquisa, pelo que este processo de recolha se revelou moroso e prolongado.

De grande importância neste levantamento de viajantes e dos seus textos, foi sem dúvida a obra *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI, Olhares, relações, identidade(s)*. Esta compilação editada em 2019 por Paulo Catarino Lopes, introduz ao longo dos textos dos vários autores, a visão dos “outros” sobre Portugal, de modo pluridisciplinar, confrontando a entidade nacional com a supranacional, seja no “campo da política, da cultura ou de religião.”¹⁰

Esta visão de conjunto sobre as relações entre Portugal e a Europa no período coincidente com o do presente trabalho, permitiu um primeiro contacto com os viajantes que estiveram em Portugal, a sua identificação, um melhor entendimento das relações entre países e das comunidades estrangeiras que aqui viviam, tendo por isso sido essencial.

¹⁰ Lopes: 2019, p.9

Face à inexistência de um inventário de relatos de viagem sobre Portugal, recorreremos a alguns trabalhos de produção internacional, nomeadamente espanhóis, uma vez que muitas das viagens realizadas decorreram em território ibérico.

Importa aqui refletir um pouco sobre a *Hispania* da Antiguidade Romana, em que as regiões de Espanha e Portugal (e também Andorra, Gibraltar e parte do sul de França) eram percecionadas como uma unidade. Esta situação, embora tenha conhecido desenvolvimentos no sentido de uma maior autonomização e separação entre territórios, manteve-se nos planos de viagem de alguns dos viajantes do século XV e XVI um sentido de coesão.

Uma obra que se revelou de particular interesse para este primeiro levantamento, foi a publicada em 2003, resultado da compilação das atas do I Colóquio Internacional Los extranjeros en la España Moderna, nomeadamente no artigo *Notas para um estudo historiográfico dos viajantes por Espanha e Portugal durante os séculos XV ao XVII* da autoria de Carlos García-Rómeral Pérez¹¹.

Este artigo, foi de extrema utilidade na tarefa de inventariação dos relatos de viagem escritos sobre Portugal, uma vez que nele encontramos não só a referência a algumas obras de produção mais antiga, mas ainda assim reveladoras do interesse que estes documentos suscitaram na produção historiográfica, como também um notável trabalho de organização e sistematização de textos que nos permite um olhar abrangente sobre a produção deste género de literatura.

Os repertórios bibliográficos de livros de viagens sobre Espanha e Portugal tiveram início no último quartel do século XIX. As primeiras intenções de utilização dos relatos de viagem como fonte de informação surgem na conferência levada a cabo por Juan Facundo Riaño (1829-1901) historiador e historiador de arte espanhol, que a 1 de maio de 1877, perante os membros da Sociedade de Geografia de Madrid, apresentou uma recolha de diferentes textos de viajantes em Espanha do século XV, tendo nesta ocasião sido referidos nomes como o do flamengo Guillebert de Launoy, Jacobo de Lalaing, um anónimo alemão, Jörg von Ehingen, Leo de Rosmithal e Roger de Machado. Alguns anos, mais tarde, este historiador utilizou as descrições contidas nestes textos para analisar o Alhambra num artigo publicado na revista Espanha (março-abril 1884).

¹¹ Bibliotecário da Comunidade de Madrid

Cerca de uma década mais tarde, R. Foulché-Delbosc (1864-1929) bibliógrafo, hispanista e lusitanista francês, publicava na Revista *Hispanique*, fundada em 1894, a sua *Bibliographie des voyages en Espagne et en Portugal*, publicado em 1896.

Num trabalho de importância seminal, Foulché-Delbosc apresenta um repertório de 858 livros de viagens produzidos desde a Antiguidade até 1895. Relativamente aos séculos XV e XVI, o bibliógrafo francês menciona seis que correspondem ao século XV e trinta e nove relativos ao século XVI. Esta situação é, por um lado, sintomática de uma intensificação das viagens e da produção deste género de textos neste período, espelhando uma época intensamente rica em acontecimentos sociais e políticos e a crescente importância e influência da Península Ibérica na Europa coeva. Nesta ocasião foi “observada, vista, desenhada, espiada, criticada e admirada quer por aliados quer por inimigos.”¹². Contudo, não podemos deixar de observar a importância da invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468) cerca de 1439, desenvolvimento tecnológico que terá contribuído para uma maior disseminação e circulação destes textos, permitindo que uma maior quantidade chegasse até aos nossos dias, podendo indicar não ter havido apenas uma intensificação da produção de relatos de viagem, mas também uma maior acessibilidade e disseminação das obras.

Foulché-Delbosc, realizou um meritório e minucioso trabalho de inventariação e recolha, onde as diferentes entradas bibliográficas são detalhadas, incluindo o autor, o título, os colaboradores na redação (ilustradores, redatores, etc.), o lugar de edição, os editores e/ou impressores, o ano e a descrição física dos relatos, o número de páginas, as ilustrações e o tamanho. A primeira entrada bibliográfica coincide geralmente com a primeira edição conhecida por Foulché-Delbosc, seguida de algumas novas edições, reimpressões, da separação das traduções por idioma e a ordenação das mesmas de forma cronológica pelo ano da sua publicação. Em muitos casos, no final da descrição do livro, é adicionado o itinerário do viajante.

Na sequência do trabalho de Foulché-Delbosc, surge em 1920 pela mão do crítico literário italiano Arturo Farinelli (1867-1948), a *Introducción a más apuntes y divagaciones bibliográficas sobre viajes y viajeros por España y Portugal*. Este trabalho acontece

¹² García-Rómeral, Carlos Pérez: 2002, p. 281

enquanto complemento do trabalho do autor francês, mostrando claramente o interesse pela imagem da Península Ibérica transmitida através dos relatos de viagem. A organização bibliográfica é também nesta obra feita de forma cronológica, por data de realização da viagem e inclui manuscritos, livros e publicações periódicas.

No que concerne apenas à realidade portuguesa, sentimos falta deste trabalho de sistematização. Os relatos de viagem, considerados como um género literário “menor” e acessório até finais do século XIX começam, no entanto, a partir desta altura a merecer também a atenção da historiografia e da historiografia de arte. Não conhecemos nenhum trabalho de sistematização de informação e textos como os realizados em Espanha, mas a sua menção e referência foi feita de forma pontual e integrada em obras de produção portuguesa, utilizando-se a informação neles contida como forma de validação dos conteúdos estudados.

Não sendo possível, pela extensão do presente trabalho, a realização de um levantamento exaustivo e completo de todas as referências constantes em obras desta disciplina serão, no entanto, feitas algumas referências que consideramos se revestem de pertinência para este trabalho. Na sua obra *A Ribeira de Lisboa*, Júlio Castilho (1840-1919) refere frequentemente alguns relatos de viagem como o de Jerónimo Münzer e o “Pelegrino Curioso” de Bartolomeu de Villalba. Também Alexandre Herculano, na sua obra *Opúsculos* (1873-1876), não só refere como transcreve alguns relatos de viajantes, como o relativo à viagem do Legado Cardeal Alexandrino, assim como os relatos dos cavaleiros Tron e Lippomani.

Após a leitura de obras no sentido da contextualização e entendimento do período em estudo, sendo o presente trabalho orientado para a historiografia da arte portuguesa, foi necessária a leitura e releitura de obras da especialidade. Face a muita e boa historiografia existente, considerámos ser de particular interesse a leitura mais detalhada da historiografia da arte portuguesa produzida por estrangeiros. Mais uma vez, a riqueza dos olhares “outros” e a dicotomia de alteridade mostraram ao longo da produção historiográfica momentos paradigmáticos em que o distanciamento emocional e uma perspetiva de “fora para dentro” possibilitou para além da frescura de um novo olhar, a desconstrução de algumas ideias, a análise mais isenta e a introdução de novas questões que se tornaram exemplares no entendimento do panorama artístico da cidade de Lisboa.

Ainda, e não menos importante, houve lugar para a leitura de obras mais especializadas, muitas delas de carácter monográfico, significativas para a análise dos relatos de viagem,

que serão referenciadas ao longo da discussão nomeadamente trabalhos realizados sobre as comunas muçulmanas e judaicas, comunidades estrangeiras a viver na cidade, sobre desenvolvimentos urbanísticos, etc.

A amplitude da pesquisa feita para esta dissertação, permitiu um cruzamento contextual e interdisciplinar essencial para um trabalho em que ao investigador é solicitada uma leitura não apenas factual das fontes, mas também uma interpretação dos silêncios e omissões nelas contidos.

Na organização do discurso optou-se pela divisão de dois grandes capítulos separando-se as questões teóricas do pragmatismo da análise dos textos, que intitulámos de *Assim vos vejo*. A utilização do termo “as artes” deixou de forma deliberada em aberto a inclusão de diferentes tipologias artísticas. Ao longo da pesquisa foram encontrados elementos que permitiram a divisão da análise crítica em três subcapítulos: urbanismo, arquitetura e interiores dos edifícios, ao longo dos quais se articularam as narrativas dos viajantes com crónicas, documentação oficial e bibliografia da especialidade.

2. Assim vos vejo

2.1 Quem vê Lisboa?

Como já mencionado, a imagem construída pelos viajantes é em muito influenciada pelas suas experiências. Assim, para uma análise das informações contidas nos seus relatos de viagem é necessário algum conhecimento das suas biografias.

Os dados biográficos dos viajantes aos quais tivemos acesso são, frequentemente, fruto da pesquisa de quem traduziu ou trabalhou sobre estes documentos, se bem que em alguns casos sejam os próprios viajantes que nos fornecem alguns elementos identitários.

Numa visão de conjunto, foram trazidos a este trabalho relatos de viajantes europeus por acharmos interessante a possibilidade de integrar Lisboa num quadro comparativo com outras congéneres europeias. Tanto quanto nos foi possível tentámos ainda que os países de origem fossem diversificados por forma a integrar visões diferenciadas, sabendo de antemão, que a perceção transmitida se constrói a partir da realidade individual e, por isso, uma maior variedade permite enriquecer a visão de conjunto.

Assim, foram escolhidos relatos de viajantes oriundos da Áustria, Polónia, Alemanha, Espanha, Bélgica, França e Itália, por facilidade aqui referidos à luz da sua designação contemporânea, mas que à data das viagens poderiam pertencer a outros territórios. Apresentamos os textos estrangeiros traduzidos de forma livre a partir das edições consultadas para este trabalho.

Na generalidade, os viajantes são oriundos de classes sociais altas, movimentando-se com facilidade em esferas de elite, detentores de educação e cultura, muitas vezes conhecedores de línguas estrangeiras e possuindo experiência de viagem. Há ainda casos em que os viajantes são detentores de cargos oficiais ou vêm integrados em comissões do alto poder clerical.

A edição do diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein e respetiva tradução que usamos neste trabalho, foi fruto do trabalho de Aires A. Nascimento com a colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa.

Trata-se da narrativa dos embaixadores enviados por Federico III da Alemanha, vindos a Portugal para a celebração do casamento do imperador alemão com D. Leonor, filha de D. Duarte de Portugal e irmã do rei D. Afonso V. Fazia também parte da missão

acompanhar a imperatriz a Roma, onde se daria o encontro com Frederico III e onde o Papa celebrou o matrimónio de ambos. (figura 2)

Em 1503 esta narrativa foi divulgada em edição de Augsburgo, preparada por Nicolau bispo titular de Hipona e confessor da casa imperial, onde de forma explícita se diz que o editor da obra foi Nicolau Lankman de Valkenstein, capelão imperial de Frederico III. Segundo Aires Nascimento “ao apresentar-se como bispo titular de Hipona e ao declarar que para a preparação da edição recorre a materiais acumulados durante a sua juventude, e bem assim dedicar a edição ao Imperador Maximiliano e à memória dos pais deste, tem de ser identificado com Nicolau que usa o título de bispo de Hipona entre 1491 e 1497.”¹³

Ao estudarmos esta narrativa, há assim que levar em linha de conta que vários anos decorreram entre a viagem e as notas que dela advieram, o que pode dar azo a algumas imprecisões. A edição de 1503, foi financiada por um abastado habitante de Salzburgo Tiago Wacker. “Desta edição [1503] se serve A. Caetano de Sousa para a publicar nas *Provas do Livro III da História Genealógica*¹⁴ sendo a utilizada, directa ou indirectamente, pelos historiadores portugueses posteriores”¹⁵

Segundo Aires do Nascimento, “O exame da versão do manuscrito [1503]¹⁶ deixa-nos, por outro lado, a suspeita de que Nicolau Lanckman teria deixado a sua obra em estado inconcluso. Efetivamente, são abundantes os passos em que surge de novo o omnímoto «etc», onde parece legítimo supor que a intenção do autor era apenas anotar fatos e situações sem fixar uma redação última. É significativo, aliás, que não haja dedicatória nem declaração de intenções da sua parte.”¹⁷

Nicolau von Popplau, nobre de admirável originalidade e espírito de aventura, esteve em Portugal em 1484.¹⁸

¹³ Valkenstein: 1992, p.9

¹⁴ Sousa: 1947, pp. 329-370

¹⁵ Existe ainda uma edição posterior: a nova edição de Jerónimo Pez - *Scriptores Rerum Austriacum Veteres ac Genuini*, ed. Hieronimus Pez, Lipsiae, 1725, após o contacto com o manuscrito de Valckenstein (descoberto no Mosteiro de Santa Doroteia), confirmando ter encontrado algumas discrepâncias relativamente à edição de 1503.

¹⁶ Manuscrito que se encontra em Viena na Biblioteca Palatina, Cod. 3286

¹⁷ Valkenstein: 1992, p.11

¹⁸ Os dados biográficos que apresentamos têm como fonte: <https://www.deutsche-biographie.de/sfz96846.html?language> (consulta 10.03.23)

Nasceu em Breslau, na Silésia (região histórica hoje dividida entre a Polónia, a República Checa e a Alemanha) em data desconhecida algures em meados do século XV. O seu entusiasmo pela novidade e o seu espírito explorador levaram-no a visitar o centro da Europa e mais tarde, também as distantes paragens do Oriente onde acabou por falecer.

O seu pai, de nome Gaspar, procedia de uma das mais antigas famílias polacas germanizadas, homem abastado que repartiu a sua fortuna entre os seus dois filhos: Gaspar e Nicolau, cujo relato foi aqui analisado.

Nicolau von Popplau terá sido um homem instruído, estando em 1456 matriculado na Universidade de Leipzig, mas pouco tempo depois já se encontrava a trabalhar no negócio da família ligado ao comércio. Em 1467/68 esteve várias vezes em Cracóvia e participou nas batalhas do Rei Georg von Podiebrad contra os hussitas, pelas quais o Papa Paulo II lhe entregou um brasão de armas em 1469. Em 1474, Nicolau von Popplau separou-se dos negócios familiares, tendo estes sido continuados pelo seu irmão.

Em 1480 entrou ao serviço militar de Frederico III, imperador do Sacro-Império Romano, mas a sua vontade de viajar levou-o a obter cartas de recomendação que lhe permitiram a 2 de fevereiro de 1483 empreender uma viagem de três anos que o levou por Viena, Inglaterra, Portugal, onde esteve em 1484/85, Espanha e França. Popplau foi talvez influenciado pelo relato da viagem realizada entre 1465 e 1467 por Leo Rozmital (1410-1485), uma vez que *grosso modo* fez o mesmo itinerário.

A referência a conversas com personalidades influentes, mostram que se movimentava em contextos cortesãos e podem indicar a sua participação em missões diplomáticas.

O relatório decorrente da sua viagem foi formalmente dirigido ao imperador, mas aparentemente destinado a um público mais vasto. Foi redigido após a viagem, talvez em Ulm ou Nuremberga em 1485/86, a partir de notas.

Após esta viagem, empreendeu ainda uma outra, que seria a última, ao Oriente com o intuito de viajar até à Palestina. O rigor e exigência desta viagem, que representava grandes perigos, poderá ter estado na decisão de em 1486 fazer testamento deixando a sua fortuna a jovens famílias com dificuldades financeiras.

Em finais de setembro desse ano dá início à sua viagem até à Terra Santa, tendo falecido na cidade de Alexandria, no Egipto, em data desconhecida.¹⁹

Os seus relatos de viagem foram publicados a título póstumo e fazem-se de notas tiradas em 1483 e 1486, escritos em alemão. O original não foi descoberto até agora, mas existe uma cópia na biblioteca de Santa Isabel em Breslau, que o publicou no jornal *Schlesien ehedem und jetzt* no ano de 1806²⁰, cujas páginas apenas se podem encontrar em algumas bibliotecas alemãs. A edição que serviu de base à análise que aqui realizamos, pertence à Coleção de Javier Liske²¹

O *Itinerarium sive peregrinatio excellentissimi viri, artium ac utriusque medicinae doctoris Hieronymi Monetarii de Feltkirchen, civis Nurembergensis*, escrito por Jerónimo Münzer é uma obra paradigmática para o entendimento da história de Espanha e Portugal em finais de quatrocentos, sendo referência recorrente em muitos trabalhos da especialidade. Escrito em latim e alemão, é composto de manuscritos vários que se conservam na Biblioteca de Munique.²²

Segundo Manuel Gómez-Moreno, que em 1951 fez o prólogo da tradução de José López Toro e no qual obtivemos estes dados biográficos, enquanto escritor de viagens Münzer assinava usando um pseudónimo, latinizando o seu apelido alemão, assinando assim enquanto Münzer, ou Müntzer, ou ainda *Monetarius*.²³

A curiosidade e interesse com que viajante germânico registava as suas observações, motivou a inclusão do seu relato em diversos estudos, pelo que dispomos de bastantes elementos biográficos.

Nasceu em Feldkirch, junto ao confim ocidental do Tirol, e supõe-se de origem abastada; doutorou-se em Medicina na Universidade de Pavia e estabeleceu-se logo em Nuremberga; mas passados seis anos, em 1484, havendo uma epidemia, voltou a Itália e chegou até Roma, onde ficou satisfeitíssimo pelo contato com homens instruídos, vendo lugares santos, monumentos e espetáculos, em atitude de grande contemplação. Pela

¹⁹ Liske: 1878, pp.5,6,7

²⁰ *Idem*, p. 12

²¹ Franciszek Ksawery Liske (1838-1891), historiador, redator e diretor de arquivo, nascido em Szlaskow (Posen) - <https://www.deutsche-biographie.de/pnd117059366.html> - última consulta 07.03.2023

²² Cod. Lat., 431

²³ Münzer: 2019, p. VIII

segunda vez, em 1494, teve de sair de Nuremberga, pelo mesmo motivo, chegando então a Espanha, acompanhado por três jovens, filhos de opulentos mercadores, de seu nome Antonio Herwart, de Augsburgo; Gaspar Fischer e Nicolas Wolkenstein, que sabiam italiano e francês e com eles empreendeu viagem a 2 de agosto, pela Suíça e pela França, chegando a Perpignan, a 17 de setembro. A sua saída foi por Roncesvalles, a 8 de fevereiro de 1495, de onde viajou até à Gasconha. Por fim, consta que faleceu em Nuremberga em 1508, tendo sido sepultado no cemitério da igreja de S. Sebaldo.

Dotado de um espírito curioso, ávido de conhecimento e com notável poder de observação, deixou-nos um extenso e pormenorizado relato, subindo aos locais altos das cidades e comparando-as com outras pelas quais tinha passado, num notável documento de interesse e relevância pluridisciplinares. É uma obra que revela particular interesse para a compreensão da história de Espanha, tendo estado em Granada pouco tempo depois da sua tomada pelos reis Católicos e registado informações preciosas para o entendimento do processo da sua conquista.

Trazemos a este trabalho o relato de Lunardo de Cá Masser, principalmente pela sua visão política do país, complementar a um melhor entendimento da contextualização. A sua estadia em Lisboa, e apesar de ter estado na cidade cerca de dois anos, teve como missão a observação do modo como o país se posicionava no comércio internacional e na nova rota para a Índia inaugurada por Vasco da Gama. Este interesse foi de tal ordem, que chegou a ser feito prisioneiro sob suspeita de espionagem após denuncia de Benedetto Tondo, sobrinho de um grande comerciante Bartolomeu Marchionni. A sua libertação, apesar das suspeitas que sobre si recaíam, foi um movimento político levado a cabo por D. Manuel I a quem não interessava um confronto diplomático com a República de Veneza, com a qual Portugal mantinha relações comerciais.

Filho de Francesco de Cá Masser, secretário de chancelaria, desde muito jovem Lunardo esteve ligado à prática mercantil, o que terá pesado na escolha da Senhoria de Veneza ao enviá-lo a Portugal.

Chegou a Lisboa a 3 de outubro de 1504, após ter passado por Espanha. Trazia uma longa lista de instruções, com as várias missões de que estava incumbido, com o objetivo de passar informações sobre as viagens portuguesas à Índia, e as relações com indianos e muçulmanos, embora, tenha entrado na capital do reino, como simples mercador.

Nos dois anos que ficou em Portugal, enviou regularmente informações sobre o comércio com a Índia, mas também sobre a estrutura, política e organização de Portugal.

Terá regressado a Veneza em 1506, doente e sem recursos financeiros, sabemo-lo vivo ainda em 1517, data em que concorreu a um lugar de escrivão. Segundo Tucci, seria Cá Masser o secretário que a 11 de março de 1531 morreu à porta do Collegio della Serenissima Signoria.²⁴

Ochoa Álvarez de Isásaga, encontrava-se em Portugal em 1500 relatando as festividades de Natal na Corte Portuguesa, enviando notícias sobre a Rainha D. Maria, aos seus pais, os reis Católicos da recém unificada Espanha, havendo, porém, poucos elementos que permitam reconstituir a sua biografia. Seria alguém próximo da Casa Real Espanhola, pela missão que lhe foi confiada, e terá nascido em Vilafranca.²⁵

Jan Taccoen van Zillebeke, segundo afirma o próprio, tinha a idade de sessenta anos quando esteve em Lisboa, o que dá a sua data de nascimento no ano de 1454.²⁶ Homem abastado, detendo grandes feudos na atual Bélgica, foi senhor de Zillebeke, Herenthage (em Zillebeke e Geluveld), Singelbaanst (Komen), Fresnoy (provavelmente Fresnoy-en-Gohelle) and Cessoie (provavelmente nas localidades de Attiches). Possuía ainda um número de feudos em Zillebeke, Geluveld, Komen e nos arredores de Veurne e Bergues.

Além disto, detinha várias casas ou mansões onde residia, em Zillebeke, Komen e Ieper (os chamados Gravenhuis)²⁷

Após a morte do seu pai em 1464, assume a Casa Zillebeke, com apenas dez anos de idade.

O seu espírito algo aventureiro se bem que profundamente religioso, ainda muito influenciado pelo espírito de cruzada e luta contra o infiel, levaram-no a realizar três tentativas de viagem à Terra Santa, sendo que apenas a terceira foi bem-sucedida. Foi durante esta última, que fez escala em Lisboa, visitando o seu filho Wulfaart que aí residia, antes de prosseguir viagem em direção à Terra Santa.²⁸

²⁴ <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/proj-dic-italianos.asp?id=335> (consulta 05.02.23)

²⁵ <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/isasaga-ochoa-almazan-de/ar-70560/> (consulta 08.08.23)

²⁶ Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. 7

²⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. 80

²⁸ “O *Livre de Voeiages* de Jan Taccoen está preservado num manuscrito único, catalogado como manuscrito nr. 793, na Biblioteca Municipal de Douai, França. Está escrito em papel, tendo o seu último

A Peregrinatio Hispanica, que assim chamamos pelo título do manuscrito, *Incipit peregrinatio hispania*²⁹, é um documento de grande interesse. O seu autor, Padre Claude de Bronseval, secretário de Dom Edmé de Saulieu, abade de Claraval, acompanha-o durante a sua longa visita regular dos abades da Península Ibérica feita sob as ordens do Capítulo Geral.³⁰

Bronseval, anota em forma de diário, as etapas da viagem dia a dia, num documento cuidadoso e detalhado, descrevendo “o estado espiritual e material dos mosteiros visitados, os procedimentos realizados pelo seu abade, descreve e aprecia os caminhos, as hospedarias, as populações, as suas impressões dos locais, dos monumentos e das cidades.”³¹

Este diário, constitui um documento de interesse particular sobre um período relativamente pouco conhecido do monaquismo cisterciense na Península Ibérica. Mantido na Abadia de Claraval, foi encontrado em finais do século XVIII em Marimond. No século seguinte, o arquivista Emilie Jolibois, compra-o com o intuito de o traduzir e publicar. Este documento, atrai o interesse da Real Academia de História de Madrid, e anos mais tarde, é encontrado por um neto de Jolibois na biblioteca de seu avô e entrega-o a Marcel Bataillon que o analisa e lhe dedica um estudo publicado em 1949.³²

De características essencialmente informativas, Bronseval procura registar todas as atividades de Monsenhor Saulieu e sua comitiva durante esta visita, de forma cronológica, muito pragmática e sem preocupações literárias.

Temos poucos dados biográficos sobre Bronseval. Seria já secretário de D. Edme Saulieu (41º Abade de Claraval desde 1509) em 1520, quando o acompanha numa viagem da Flandres a Itália, e de modo oficial, é tudo o que sabemos sobre este monge. Demonstra ao longo do seu relato, ser um homem de fé, virtuoso e dotado de grande espírito de observação, prestando atenção aos mais ínfimos detalhes da vida monástica. As penosas condições da viagem não serão certamente alheias a uma visão, por vezes, impaciente,

restaurado sido realizado em 1846. Contém 100 folia e mede 230mm x 150 mm.” - Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. 84

²⁹ Bronseval: 1970, p. 15

³⁰ *Idem, idem*

³¹ *Idem, idem*

³² A versão manuscrita, em latim, foi entregue à Biblioteca Nacional de Paris, sendo um caderno de grande formato, 28,5cmX19cm, escrito frente e verso

demonstrando grande intolerância ao relaxe da vida dos mosteiros e à não observância das regras da ordem.

Em 1571, o papa Pio V envia o seu sobrinho Miguel Bonello, mais conhecido pelo título de Cardeal Alexandrino, como Legado aos reis de França, Espanha e Portugal. Na sua numerosa comitiva vinha João Baptista Venturino, que tomou a seu cargo descrever (em italiano) o processo da viagem, acompanhando a sua relação com notas e comentários sobre as terras por onde passavam e sobre os indivíduos com quem contactavam.

Excertos deste relato foram trazidos a público por Alexandre Herculano, tirados de uma cópia do códice 1607 da Biblioteca do Vaticano.

2.2 Urbanismo

Entre meados do século XV e meados do século XVI, tiveram lugar paradigmáticas transformações de impacto mundial. “Viajava-se mais, lia-se e escrevia-se mais, estudava-se mais, a vida material sofisticava-se, o comércio era mais diversificado e mais complexo, a guerra mais estrondosa e os exércitos mais devastadores, o pensamento era mais ousado, o espírito científico tornava-se mais preciso, despontava o teatro e as artes aperfeiçoavam-se sob o impulso de criadores geniais”.³³

Fruto desta conjuntura global, Lisboa, afirmando-se como potência marítima e centro de comércio global, foi visitada e vista por infinitos olhares, constituindo o registo destas impressões solo fértil para um melhor entendimento da cidade e da sua imagem.

A cidade despertava uma curiosidade que tenderia a crescer até meados da centúria de quinhentos. Atraídos pelo seu florescimento económico aqui chegavam pessoas das mais variadas origens, nas ruas trocavam-se todo o tipo de objetos, peças de arte, livros e conhecimentos. Não é de admirar que despertasse interesse e que surja aos olhos dos viajantes com carácter de excecionalidade e nobreza, ombreando com outras cidades europeias com as quais, por vezes, são estabelecidas algumas comparações.

No extremo ocidental da Europa, Lisboa beneficia de uma exemplar localização que lhe confere singularidade.

³³ Jordan: 2017, p. 22

A poucos quilómetros do Oceano Atlântico, mas dele protegida, chega-se deste até à cidade através “um braço de mar de três léguas”³⁴, em forma de Estuário, que a liga ao mar. “O sítio, protegido do oceano, mas a ele ligado por águas tranquilas. Com montes e vales férteis sob um clima ameno, naturalmente atraiu populações (...)”³⁵

O Tejo e o porto davam (e ainda dão) as boas-vindas serenas após a viagem no tempestuoso Atlântico, não sendo de estranhar pois, que o rio navegável desde a sua foz até à cidade, se constituísse não apenas como elemento de atração para populações desde o paleótipo e neolítico como, durante largos séculos, se tenha mantido como uma das principais entradas na cidade e um dos seus elementos de referência.

“A cidade de Lisboa é tão grande...”³⁶ – Dimensão

Através dos relatos de viagem, vão-nos sendo dados elementos que permitem a reflexão sobre a sua dimensão e o seu crescimento físico.

Nicolau Lankeman de Valkenstein refere que Lisboa, em 1451, “tem um grande e alto monte, com um castelo muito forte (...)” e “um bom e grande porto de mar”³⁷, mostrando duas zonas distintas da cidade. Esta é a imagem que Damião de Góis em 1530 considera a cidade antiga: “A antiga cidade de Lisboa ocupava apenas uma colina elevada que se prolongava até à margem do Tejo.”³⁸

Em 1494, Münzer reforça esta imagem, descrevendo à sua chegada, Lisboa como sendo “um monte altíssimo”³⁹, mas acrescenta “tem a ocidente outro monte, cuja parte oriental está toda habitada;”⁴⁰, e ainda “no meio uma grande planície até ao mar toda povoada.”⁴¹ Neste caso, o médico alemão dá-nos conta que a cidade se desenvolvia em três polos distintos, nas colinas da Alcáçova e de S. Francisco e na zona de vale, fixando uma imagem que perdurará ao longos dos relatos seguintes. Contudo, Münzer estabelece uma separação entre estes polos, considerando tratar-se de duas cidades distintas, que por via da densidade do seu povoamento, “são mais três cidades do que duas.”⁴²

³⁴ Münzer: 2019, p.69

³⁵ França: 1980, p.6

³⁶ Popplau: 1878, pp. 17, 18

³⁷ Valkenstein: 1992, p. 29

³⁸ Góis: 1937, p. 36

³⁹ Münzer: 2019, p. 69

⁴⁰ *Idem, idem*

⁴¹ *Idem, idem*

⁴² *Idem, idem*

Bronseval, em julho de 1532, volta a registar que “duas colinas com um vale que as separa e uma longa linha ao longo do porto constituem Lisboa.”⁴³ Esta afirmação denota um alongamento da extensão da zona portuária, dando esta zona como parte integrante da cidade, ainda que mantendo a imagem da cidade em apenas duas do “sistema de colinas dispostas irregularmente em frente ao estuário do Tejo.”⁴⁴

O seu crescimento é, contudo, de forma muito clara afirmado já em 1514 no relato de Taccoen, ao dizer que “Lisboa, segundo dizem, era muito diferente há trinta ou quarenta anos, não passando nesse tempo de uma pequena cidade.”⁴⁵

As impressões dos viajantes, são algo ambíguas. Enquanto Lisboa é adjectivada de grande e maior, é notado que a zona povoada e urbanizada se mantém, praticamente, inalterada ao longo de grande parte da cronologia. Desde finais de Quatrocentos e até à segunda metade de Quinhentos, a cidade continua a organizar-se em duas colinas e uma zona de vale entre elas, apesar de Góis ter uma visão diferente em 1530 – “Hoje a extensão da cidade abrange vários montes e vales, cuja parte mais importante e célebre fica ao oriente.”⁴⁶

Podemos assim concluir, que a percepção de grandeza que os viajantes têm da cidade, advém do “número de casas que se constroem (...)”⁴⁷ e da sua concentração num determinado espaço que, aos olhares estrangeiros não se ampliou de forma significativa.

Mas quais seriam de facto a dimensão e os limites de Lisboa neste período?

Pensamos que para esta compreensão, é necessário percorrer alguns números relativos à história da cidade por forma a melhor estabelecer uma ordem de grandeza e ritmo de crescimento.

Quando conquistada em 1147, a cidade contaria com cerca de quinze mil habitantes, vivendo entre os muros da cerca moura, numa área de cerca de 15 hectares.⁴⁸ A análise do número de paróquias e a sua localização, revela uma tendência crescente nestes números e um transbordar da população para além desta cerca cujo perímetro conheceu

⁴³ Bronseval: 1970, p. 327

⁴⁴ França: 1977, p. 20

⁴⁵ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 128

⁴⁶ Góis: 1937, p.35

⁴⁷ *Idem, idem*

⁴⁸ França: 1977, p. 18

dois alargamentos, de tendência longitudinal paralela ao rio, a Este e a Oeste, em períodos diferentes e sempre próximo da zona ribeirinha. Com D. Dinis (no século XIII) e com D. Fernando (no século XIV), assistiu-se a um alargamento das muralhas para nelas albergar em segurança a crescente população. As sete paróquias existentes em meados do século XII, seriam mais do triplo (vinte e três) um século mais tarde.⁴⁹

Dos muros construídos em diferentes épocas podem hoje encontrar-se ainda alguns vestígios: a oriente, nas Escadas Norberto Araújo (Cerca Moura), na zona de vale, no Museu do Dinheiro (Muralha de D. Dinis) e a ocidente no atual Centro Comercial do Chiado na Rua da Misericórdia (muralha fernandina), entre outros.

Se bem que os dados estatísticos relativos a esta época devam ser encarados com cautela, mesmo que de forma aproximada podemos verificar que a população de Lisboa “entre meados do século XV e os meados do século XVI, (...) oscila entre 60.000 e 65.000 habitantes, número avaliado com base no recenseamento de 1427, e os 100.000 habitantes”⁵⁰ o que demonstra uma cidade em franco e acelerado ritmo de crescimento demográfico.

A comparação estabelecida nos relatos de viagem com outras cidades, permitem-nos igualmente estabelecer uma ordem de grandeza da sua dimensão: para Nicolau Valkenstein Lisboa é “muito maior que Viena na Áustria”⁵¹, para Popplau é “tão grande como a de Colónia ou Londres”⁵², para Münzer “maior que Nuremberga”⁵³ e para Taccoen “tão grande quanto Bruges”⁵⁴. E se estas comparações, em números de habitantes conhecidos atualmente, não representam significativa assimetria entre Lisboa e as cidades mencionadas, o mesmo não se passava com outras cidades do reino sendo que se destacava largamente destas, numa clara tendência macrocéfala que, como hoje sabemos, perdurará no tempo. Já em 1504, o veneziano Lunardo de Cà Masser, a registava como “a maior do reino”.⁵⁵

⁴⁹ *Idem*, p. 20

⁵⁰ Moita: 1983, p. 15

⁵¹ Valkenstein: 1992, p. 29

⁵² Liske: 1878, p. 17

⁵³ Münzer: 2019, p. 69

⁵⁴ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 128

⁵⁵ Godinho: 1979 – p. 77

A explicação dada por alguns dos viajantes mostra uma das formas encontradas para albergar a população que crescia em ritmo acelerado contida num espaço relativamente limitado. Para Münzer, Lisboa é mais populosa que Nuremberga, “porque numa só casa, geralmente há três, quatro ou cinco habitantes”⁵⁶; a mesma razão é apontada por Taccoen, dizendo que em cada casa “vivem três e quatro famílias, umas sobre as outras”⁵⁷ e cerca de meio século mais tarde, na descrição da viagem do Cardeal Alexandrino, é-nos novamente dito que “cada morada (tem) três ou quatro andares.”⁵⁸ Ou seja, a construção em altura seria assim uma das soluções à qual se recorria para albergar a demanda da demografia, pesando consideravelmente na percepção de Lisboa como sendo uma cidade grande.

Em 1530, na sua *Lisboa de Quinhentos*, Damião de Gois dava como limites da cidade, a oriente e a ocidente respetivamente, “o templo de Santa Clara e o Paço Velho de Santos”. Porém, contrariamente ao que os viajantes descrevem, dá-nos conta de que estava a “cidade, sentada em cinco colinas”⁵⁹ e não em apenas duas. As descrições de Bronseval contemporâneas da obra de Goes, parecem dar-nos conta de ter percorrido a pé várias colinas, mas sem especificar quais, não sendo, porém, a sua percepção da cidade diferente da de outros viajantes: “no dia 3, de madrugada, subi a pé e percorri as duas colinas que rodeiam a cidade para cumprir várias missões.”⁶⁰ Estas cinco colinas e os respetivos vales, “feracíssimos e agradáveis”, abarcavam “um espaço tal que o perímetro pode atingir uns sete mil passos.”⁶¹ estabelecendo para além dos limites orientais e ocidentais supracitados, o limite sul natural do rio e um limite norte, na atual zona dos Anjos, Largo de Santa Bárbara.

A imagem que Damião de Góis transmite da Lisboa de Quinhentos, apesar de divergente na área que ocupava, é idêntica à transmitida pelos olhares estrangeiros: “A grandeza e magnificência do interior da cidade são tamanhas que, com razão, pode ela pleitear primazias com tôdas as capitais da Europa (...)”⁶²

⁵⁶ Münzer: 2019, p. 69

⁵⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 123

⁵⁸ Herculano: 1874, p.83

⁵⁹ Góis: 1937, p. 40

⁶⁰ Bronseval: 1970, p. 385

⁶¹ Góis: 1937, p. 40

⁶² *Idem*, p.43

“Há em Lisboa muitas Lisboas”⁶³ - Estrutura e organização

De meados do século XV a meados do século XVI, embora ainda que de forma empírica é possível face à natureza das suas construções e dos seus habitantes, identificar diferentes zonas na cidade tendo por base grandes edifícios ou áreas onde vivia uma população específica.

A praça do Rossio, no lado norte do vale que desce até ao rio, aninha-se entre as colinas do Castelo e de S. Francisco, e desde cedo revelou um carácter de centralidade que perdurou, como sabemos, até aos nossos dias.

É mencionada desde os primeiros relatos aqui referidos. Em 1451, foi nesta praça, no ainda em construção, palácio dos Estaus, que Lankemann de Valkenstein e a restante comitiva de Federico III ficaram alojados.⁶⁴ No seu relato, menciona ainda que o cortejo de D. Leonor saindo da Sé em direção a poente, desceu “em direção à praça da cidade”⁶⁵; nesta data e para este viajante parecia não haver outra.

A praça volta a ser considerada como maior nas palavras do alemão Münzer, dizendo que “Tínhamos o nosso alojamento numa grande e significativa casa do rei (...) A casa está na praça maior, num largo campo junto ao mosteiro de S. Domingos.”⁶⁶

Surge em 1514 numa referência indireta pela mão de Taccoen, registando dois dos grandes edifícios que aí se situavam: o Hospital Real de Todos-os-Santos e o Mosteiro de S. Domingos⁶⁷

Em 1531, Claude Bronseval, embora não tenha feito nenhuma descrição da praça terá tido contacto prolongado com a mesma pois ficou juntamente com Monsenhor Saulieu alojado no Hospital Real de Todos-os-Santos, podendo enunciar esta ausência de informação uma alteração no seu posicionamento enquanto praça principal da cidade, que seria confirmada em 1571, pelo olhar de Venturino. Na sua visita ao Arsenal ou Armaria do Rei, diz que este se encontra, “pegado com a praça principal, á beira do Tejo.”⁶⁸

⁶³ Castilho: 1935, pp. 17,18

⁶⁴ Pina: 1904, p. 122

⁶⁵ Valkenstein: 1992, pp. 37, 39

⁶⁶ Münzer: 2019, p. 74

⁶⁷ Fonseca, Jorge, Stols: 2014, pp. 128, 129

⁶⁸ Herculano: 1884, p. 92

Será assim, volvidos cerca de cem anos sobre a viagem de Valkenstein, que vemos o papel da Praça do Rossio secundarizar-se e o Terreiro do Paço a ganhar contornos de praça principal na cidade.

Este processo de afirmação da área junto ao Tejo foi fruto de um longo processo. Com o crescimento das atividades comerciais e da demografia, será já com D. Dinis no século XIII, que junto ao rio e do porto se começou a desenhar uma rua principal. “(...) a Rua Nova dos Ferros, onde se arruavam os mercadores de artigos de luxo e onde, num recinto limitado por grades, «os ferros», eram tratados os negócios importantes do comércio e da finança.”⁶⁹

O reordenamento desta zona, enunciava também um interesse pelo desenvolvimento e “dinamização da área ocidental da cidade, constituída pelas colinas de S. Francisco e Carmo.” Surge na documentação em 1290, 1307, e 1318, a referência a edifícios de propriedade régia e da sua doação pelo monarca, numa indicação do interesse em urbanizar, esta área da cidade.⁷⁰

O rio e a zona ribeirinha envolvente, portanto, mesmo antes de D. Manuel I ter fixado a alteração do eixo de desenvolvimento de Lisboa para a frente de rio com a construção do Paço da Ribeira, constituía-se já uma área vital. Segundo Irisalva Moita, em meados do século XV, “o seu centro comercial já há muito se desviara em direção à Baixa”⁷¹, situação que viria a ser reforçada com a intensificação da atividade marítima e comercial que se continuou a verificar durante grande parte do século XVI.

Com a construção do Paço da Ribeira, em 1501⁷², para onde D. Manuel I se “transfere em 1505 dos Paços da Alcáçova”⁷³, o monarca consolida esta tendência de descida do centro urbano até ao rio, assumindo-se o “Terreiro do Paço como centro político e administrativo”⁷⁴

Esta mudança de eixo de crescimento urbanístico, não passou despercebida aos viajantes, que ao longo do tempo a foram destacando de forma regular nas suas impressões. Se nos de cronologia mais antiga, é ainda o núcleo medieval, a colina da Alcáçova, que surge

⁶⁹ França: 1977, p. 18

⁷⁰ Carita: 1999, p. 35

⁷¹ Moita: 1983, p.9

⁷² Senos: 2002, p. 54

⁷³ Moita: 1983, p. 10

⁷⁴ *Idem, idem*

referenciado como a cidade, o rio e o porto vão-se introduzindo não apenas enquanto elementos da paisagem natural, mas também como elementos da paisagem urbana.

Assim, em 1451 Valkenstein dava-nos conta de que a Imperatriz, D. Leonor, foi conduzida de modo solene até “ao porto fora da cidade”⁷⁵, mostrando que nesta data este teria ainda um posicionamento marginal ao centro urbano. Face à ausência de menção ou feita esta de forma superficial e pouco detalhada, em expressões como “grande edifício no porto”⁷⁶, mas ainda assim mostrando que grandes edifícios aí se construíam, será apenas em 1514 que o porto de Lisboa volta a surgir destacado nos relatos de viagem. Diz-nos Taccoen que o rei (D. Manuel), “fez nela um belo palácio novo, onde agora vive, junto ao rio, que é o porto.” E adianta, “Dizem que é mais belo porto da Cristandade.”⁷⁷. Como já atrás mencionado, também Bronseval lhe fez referência em 1531, tendo nesta data mostrado a sua integração inequívoca no perímetro urbano.

Lisboa, sempre albergou no seu espaço habitantes de várias culturas que aqui permaneceram por via de processos de conquista, de tolerância religiosa numa primeira fase (tendo-se alterado substancialmente com as medidas do poder real para a sua expulsão em finais do século XV), de migrações internas, do tráfico escravo e pela atração exercida pelo crescimento de atividades comerciais.

Diferentes zonas foram-se definindo, caindo a preferência dos seus habitantes, sempre que podiam escolher, sobre zonas com clima mais ameno e maior exposição solar, de fácil acessibilidade ou em locais próximos das suas atividades profissionais, sendo que era comum a casa de habitação ser também a oficina ou a loja.

Interessante verificar que mesmo com a mudança operada por D. Manuel I com a transferência do paço real para a frente de rio, as encostas sul das duas colinas principais se mantiveram enquanto localização de casas das classes mais altas, que como adiante veremos se destacavam das de mais, principalmente pela sua dimensão. Na colina do castelo, vemos em meados de quatrocentos surgir o palácio do Duque de Bragança, junto a S. Cristóvão⁷⁸, e outros mencionados pelo mesmo viajante pela cidade, mas que não conseguimos identificar; em 1531 é-nos dito por Bronseval que o tutor do príncipe D.

⁷⁵ Valkenstein: 1992, p. 51

⁷⁶ Münzer: 2019, pp. 72, 73

⁷⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, P. 128

⁷⁸ Pina: 1904, vol.II, p. 122

Afonso, Dr. Pedro Margalho, que “habitava sobre a colina oriental da cidade.”⁷⁹ De igual modo, iremos encontrar na colina ocidental, influentes personalidades como o confessor de D. João III, no convento de S. Francisco, ou o da Rainha no Convento do Carmo.

Esta permanência das classes mais altas nas zonas de encosta mesmo após a transferência do poder real para a zona baixa, pensamos relacionar-se com a falta de espaço para novas construções de maior dimensão numa área predominantemente ligada a atividades comerciais e onde a maioria das habitações, pelo elevado interesse que a zona tinha, seriam prédios de rendimento, tal como nos diz Venturino em 1571 “(...) cada morada tem três ou quatro andares, que se alugam facilmente pela grande frequência d’extrangeiros”.⁸⁰ Em todo o caso, é possível encontrar algumas exceções, como no caso dos Albuquerque e a sua instalação na Casa dos Bicos junto ao rio por exemplo, situação que se reveste de alguma excecionalidade.

Existiam ainda na cidade, zonas definidas através de decisões políticas, como se verificava no caso das comunidades muçulmanas e judaicas, vivendo estas em bairros próprios por determinação do poder central.

“De um lado cristãos, de outro sarracenos, (...), por outra parte também judeus de ambos os sexos.”⁸¹

São as palavras de Nicolau Lankeman Valkenstein, que nos trazem a primeira referência das diferentes comunidades a viver em Lisboa, ao referir a sua participação nos cortejos cerimoniais do casamento de D. Leonor. Isto mostra-nos como estas comunidades faziam parte da cidade e da sua vida social: “No dia dezassete do mês de Outubro, de manhã, antes do nascer do sol, vieram de um lado, cristãos, de outro sarracenos, e de, outro ainda, homens da selva, por outra parte também judeus de ambos os sexos.” É ainda anotado que a estas comunidades era permitida uma certa liberdade na expressão da sua identidade cultural – “Quaisquer deles vinham cantando, na sua língua, dando vivas e dançando.”⁸²

⁷⁹ Bronseval: 1970, p. 343

⁸⁰ Herculano: 1884, p. 84

⁸¹ Valkenstein: Lisboa, 1992, p. 41

⁸² *Idem, idem*

Na continuação dos festejos, refere de novo: “Depois veio até à praça grande multidão, a saber, cristãos, sarracenos, judeus, mouros, e homens da selva (...)”⁸³

No presente trabalho, iremos apenas dedicar um olhar mais aprofundado às minorias judaicas e muçulmanas e ao seu posicionamento na organização urbana de Lisboa. Porém, tal como observado por Valkenstein, o cortejo era ainda integrado por “mouros”, que consideramos de forma crítica, pela distinção feita entre mouros e sarracenos, ser uma referência aos escravos. Também Nicolau von Popplau enuncia uma diferenciação entre mouros, de acordo com os seus países de origem: “a parte mais próxima do mar em África se chama (...) Berbéria, e os seus mouros são brancos, *mauri* em latim, que no nosso país se chamam pagãos.”⁸⁴ Ou seja por oposição aos mouros muçulmanos oriundos do Norte de África, encontraremos os “mouros negros”. Igualmente, em 1514, Taccoen faz esta diferenciação – “habitam a mesma (Lisboa) tantos Mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros infiéis.”⁸⁵

Amiúde, ao longo dos relatos, encontramos referências à população escrava e ao seu tráfico, resultado em alguns casos, como nas palavras de Taccoen, de uma profunda sensação de desconforto e choque, sendo anotadas impressões sobre o seu comércio e as suas condições de vida. Maioritariamente de origem africana, esta comunidade realizava trabalhos importantes para a cidade, como a recolha de dejetos, o transporte de água no chafariz D’El Rei, a limpeza da cidade e dificilmente se encontrava casa sem criada escrava que realizava todo o serviço doméstico.

Quer a comunidade muçulmana quer a judaica, apesar do seu carácter minoritário, gozavam de uma longa tradição em Portugal, que remontava a tempos anteriores à fundação da nacionalidade, tendo-se tornado uma parte intrínseca do seu tecido social e urbano.

Os muçulmanos oriundos do Norte de África, invadiram a Península Ibérica no século VIII e permanecendo no território que havia de ser Portugal até cerca de meados do século XIII. Em Lisboa, tal como nos é dito por Nicolau Popplau “depois dos cristãos a terem conquistado mantiveram-se no castelo durante sete anos até um entendimento entre vencedores e vencidos, de maneira que se deixou aos últimos um bairro, onde sem

⁸³ *Idem*, p. 49

⁸⁴ Liske: 1878, p. 28

⁸⁵ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, P. 123

aborrecimentos podem viver e edificar as suas casas e onde existem até ao presente dia.”⁸⁶
Ou seja, no terceiro quartel de Quatrocentos, este viajante afirma que esta comunidade vivia na cidade de modo pacífico.

Existem indicadores da existência de uma comunidade judaica, ainda durante o domínio muçulmano na Península Ibérica. A situação dos judeus em território peninsular mostrou então ser mais favorável do que noutras geografias europeias de vocação cristã. Protegidos pelos califas, terão tido papéis de relevante importância em funções ligadas à administração, às finanças e à cultura.

Ou seja, até meados do século XIV, é possível encontrar indicações de que estas minorias se encontrariam integradas de forma plena na vida e sociedade portuguesa, começando, porém, a surgir sinais de alguma tensão entre a comunidade cristã e as não cristãs. São assim desta cronologia as primeiras medidas tomadas pelo poder real, propostas para minimizar algumas situações de conflito e que tiveram impacto na sua distribuição pela cidade.

Assim nas cortes realizadas em Elvas em 1361, a pedido popular, foram criados lugares específicos para mouros e judeus habitarem, com base no facto de estes fazerem “*algumas cousas desordinhadas de que os christãos recebem scandalo e noio*”⁸⁷ e em 1449, a situação persistia de acordo com Rui de Pina, que dá conta de um incidente grave entre cristãos e judeus, e de como a judiaria de Lisboa foi roubada, tendo havido confrontos físicos que resultaram em algumas mortes.⁸⁸

“A imposição de residência exclusiva dos indivíduos da minoria, no espaço da judiaria, foi algo que cresceu, durante a dinastia de Avis, apesar de a legislação que a impunha provir de meados da centúria anterior, nomeadamente do reinado de D. Pedro I.”⁸⁹ No reinado de D. João I, estas medidas tornaram-se mais restritivas, tendo sido ordenado o fecho das mourarias e judiarias ao toque das Trindades (pôr do sol), apesar de nem sempre se ter cumprido esta imposição, continuando-se a circular com relativa facilidade.⁹⁰ Esta

⁸⁶ Liske: 1878, pp. 35, 36

⁸⁷ Barros: 1998, p. 141

⁸⁸ Pina: 1904, vol. II, p. 119

⁸⁹ Tavares: 1995, p. 13

⁹⁰ Barros: 1998, p.41

conjuntura manter-se-á pelo menos até finais do século XV, tendo Münzer notado que os bairros judeus “fechavam-se todas as noites.”⁹¹

O modelo organizacional destas comunidades minoritárias era em muito semelhante. Mourarias e judiarias eram os espaços designados na cidade, reguladas pelo poder central e por leis comuns que não as diferenciavam entre si, gozando as suas comunas de liberdade para se organizarem dentro dos seus próprios contextos. A comuna, “(...) entidade religiosa, administrativa, judicial, fiscal e cultural, autónoma do concelho cristão”⁹² era assim um órgão de poder local detentor de alguma autonomia dentro dos seus próprios limites.

Contudo, e apesar do seu tratamento igualitário, é possível verificar a existência de assimetrias entre ambas as comunidades. Ao contrário do que vemos nas mourarias, frequentemente em zonas menos atrativas da cidade, as judiarias eram espaços localizados em zonas menos periféricas, onde a atividade comercial era mais intensa. Esta implantação “espontânea” estaria “diretamente relacionada com a sua própria atividade económica.”⁹³ Em Lisboa, a mouraria, situava-se a norte dos muros da cidade, na encosta da colina do castelo, zona com menor exposição solar, longe do rio e do centro comercial da cidade.

Em 1484, Popplau corrobora esta localização periférica do bairro muçulmano - “Esta cidade e capital também tem pagãos nos seus arredores, e dela mesma ocupam uma parte”⁹⁴; Dez anos mais tarde, a mouraria é também localizada pelo médico alemão Münzer, fora das muralhas – “Os sarracenos têm também junto às muralhas da cidade, na parte baixa do castelo, as suas casas e mesquita na qual estivemos.”⁹⁵ Julgamos, ainda que de forma crítica, que se refere à Mesquita Grande que Filomena Barros localiza na Rua do Físico.⁹⁶

Ambas as comunidades se organizavam no seu espaço em torno dos seus principais edifícios, os “símbolos visíveis da organização comunal e da sua identidade religiosa”⁹⁷.

⁹¹ Münzer: 2019, p. 69

⁹² Tavares: 1995, p.14

⁹³ Tavares: 1995, p. 13

⁹⁴ Liske: 1878, p. 36

⁹⁵ Münzer: 2019, p. 70

⁹⁶ Barros:1998, p. 142

⁹⁷ *Idem, idem*

Para além da referida Mesquita grande, destacavam-se ainda na organização urbanística, a mesquita pequena, perto de uma das portas de saída e a escola. Todos estes edifícios, assim como a cadeia, o poço dos mouros e o cemitério eram do controlo e responsabilidade da própria comuna. Fora desta jurisdição, encontramos os banhos e a carniçaria, ambos propriedade real.⁹⁸

Por seu lado, enquanto havia apenas uma mouraria, eram três as judiarias. O número de judiarias num centro urbano, era diretamente dependente do número de habitantes, ou seja, cidades mais populosas e com comunidades judaicas maiores teriam maior número de judiarias. Era na judiaria grande “a mais antiga, que o poder comunal se reunia na Sinagoga grande e onde se encontravam todos os edifícios necessários à vida da comunidade, com exceção das casas de oração que existiam em todas as três.”⁹⁹(figura 3)

Taccoen van Zillebecke dá-nos informação do número de mouros conversos a viver em Lisboa em 1514: “Existem uns dez ou doze mil Mouros, entre (homens), mulheres e crianças, que são todos Cristãos porque, quando já conhecem a religião, os batizam”¹⁰⁰ que de forma crítica consideramos incluir os de origem muçulmana e os escravos.

Em meados do século XV, Lisboa teria uma população ativa judaica de cerca de 500 indivíduos, entre mercadores e mesteiros, que permite calcular em cerca de 2000 os que habitavam a cidade em “três bairros próprios, por baixo do castelo, aos pés da montanha”¹⁰¹, que seriam a “judiaria grande ou velha, a nova ou pequena e a de Alfama, a única que ainda hoje sobrevive.”¹⁰². E em finais da centúria, de acordo com Jerónimo Münzer mantêm-se o número de judiarias: “Têm os judeus três bairros próprios, por baixo do castelo, aos pés da montanha (...)”¹⁰³

Dando por certas as palavras de Júlio de Castilho, seria na zona onde hoje se encontra Igreja da Conceição Velha, chamando-se em finais do século XV “Villa Nova” (...) sendo esta, em concreto denominada de Gibraltar (...), a Judiaria Grande, para ahi transferida desde o sítio que El-Rei D. Dinis doou, em 1317, ao Almirante Peçanha: o bairro da Pedreira *hu moralão os Iudeus.*”¹⁰⁴ De acordo com este autor, a “esnoga, ou synagoga dos Judeus (...)” seria “transformada por D. Manuel I na bella egreja da Conceição dos

⁹⁸ *Idem*, pp. 142, 143

⁹⁹ Tavares: 1995, p. 14

¹⁰⁰ Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. 128

¹⁰¹ *Idem, idem*

¹⁰² Tavares: 1995, p.14

¹⁰³ Münzer: p. 69

¹⁰⁴ Castilho: 1893, p. 205

Freires.”¹⁰⁵ No documento de doação da casa de Belém aos Religiosos de S. Jeronymo, e escambo com a Ordem de Christo, pela Judiaria grande confirma D. Manuel, ser esta a Judiaria Grande – “Ficava a casa grande que foi esnoga dos Judeus, situada no logar que hora chamam Villa-Nova, que foi pollo passado Judaria grande.”¹⁰⁶

Apontamos para que tenha sido a Sinagoga Grande aquela que Jerónimo Münzer visitou, muito pelo carácter grandioso lhe atribui – “entrei na sua sinagoga, e nunca vi outra igual (...). Oh que bellissimo lugar e cátedra para pregar (...)”, estabelecendo uma curiosa comparação, “como nas mesquitas.” Ainda, e de forma clara, dá conta do poder económico da comunidade judaica – “Ardiam na sinagoga dez grandes candelabros; e em cada um deles cinquenta ou sessenta lâmpadas. São muito ricos os judeus de Lisboa e recebem os tributos reais que compraram ao rei.”¹⁰⁷

As atividades económicas às quais as minorias se dedicavam eram também agentes de diferenciação entre elas. O poder económico que a comunidade judaica detinha dar-lhe-ia acesso a altos cargos administrativos, permitindo que alguns dos seus membros se movimentassem em esferas próximas da corte e do poder real. Já a comunidade muçulmana trabalhava em atividades agrícolas ou manuais, como a tecelagem ou o trabalho em ferro e apesar de sabermos que médicos (os físicos) ou astrónomos também frequentavam a corte, estas seriam condições de exceção.

A relativa harmonia na integração destas comunidades como já atrás visto, vai-se deteriorando ao longo dos tempos, acentuando-se as diferenças entre as várias comunidades e obrigando a uma intensificação das medidas tomadas pelo rei. Desta situação nos dão conta os relatos dos viajantes. Münzer refere um acentuar da tensão entre a minoria judaica e os cristãos à qual, apesar de não ser novidade à época, não seria alheia à pressão exercida pela recém unificada vizinha Espanha para a saída destas comunidades do território: “(os judeus) mostram-se muito insolentes com os cristãos e têm um profundo medo do exílio, pois o rei de Espanha ordenou ao de Portugal, que exterminassem os marranos, assim como os judeus (...)”¹⁰⁸ e dá conta de uma ação real cautelosa na sua expulsão dizendo que D. João II “concedeu uma trégua de dois anos inteiros para que

¹⁰⁵ *Idem, idem*

¹⁰⁶ Souza: 1946-55, p. 256

¹⁰⁷ Münzer: 2019, p. 69

¹⁰⁸ Münzer: 2019, pp. 69, 70

vão saindo do reino calmamente. Tendo isto em consideração, os judeus saem continuamente e procuram no estrangeiro lugares para viver.”¹⁰⁹

O viajante alemão, dá aqui conta de uma situação, que transitará para o reinado seguinte e que será motivo de alguma preocupação para D. Manuel I, quando sobe ao trono em 1495. Após a expulsão dos judeus de Castela e Aragão três anos antes, Portugal pela sua proximidade surge como uma das possibilidades mais viáveis para os acolher. Porém, “esta imigração que duplicou a população judaica a residir no reino, criou focos de instabilidade social e de banditismo nas próprias comunas e quebrou o relativo bom relacionamento destas com o conselho.”¹¹⁰

A tensão acentuava-se ainda pela enorme riqueza da comunidade judaica. Fora da judiaria, “na praça e na rua nova, (...), encontram-se judeus imensamente ricos, quase todos mercadores, e que vivem apenas do trabalho dos escravos.”¹¹¹

Em 1514, a narrativa de Taccoen sugere que a conversão de judeus ao cristianismo terá, contudo, permitido uma permanência desta comunidade e a manutenção da sua riqueza e poder: “muitos judeus convertidos ao Cristianismo, que desenvolvem grande atividade comercial e mandam no rei e na cidade.”¹¹²

Para além das comunidades de minoria religiosa, nesta cronologia, é possível ainda encontrar viver em Lisboa comunidades estrangeiras que apesar de não terem a obrigatoriedade de viver num espaço a si destinado pelo poder central, tenderam a fixar residência em “bairros” ou áreas da cidade específicas onde gozavam da proximidade dos seus conterrâneos e das suas atividades económicas.

Em 1495, Münzer fala-nos destas comunidades, dedicados ao comércio na sua maioria e vivendo de forma abastada: “Os mais ricos, geralmente, são alemães e holandeses. (...) A maior parte dedica-se ao comércio.”

Para além destes, uma das comunidades de estrangeiros mais antigas a residir em Lisboa eram os oriundos da Península Itálica. Os desenvolvimentos comerciais, principalmente após a descoberta do caminho marítimo para a Índia e a inauguração da nova Rota do Cabo, atraíram à capital portuguesa mercadores italianos, formando uma comunidade relativamente alargada. Porém, já desde o século XV que era possível encontrar nomes

¹⁰⁹ *Idem*, p. 70

¹¹⁰ Tavares: 1995, p. 69

¹¹¹ *Idem*, p. 74

¹¹² Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. p. 128

de prestigiadas famílias a viver em Lisboa, quase sempre envolvidos em atividades comerciais. “As grandes casas comerciais florentinas, a dos de ‘Bardi, em Lisboa desde o século XIV, a de Bartolomeo Marchioni e Girolamo Sernigi, a do cremonês Giovanni Francesco Affaiati já eram apreciadas e famosas aquando da viagem de Vasco da Gama (...)”¹¹³

Gozando de liberdade, o estabelecimento destas famílias não se cingiu apenas a uma zona da cidade. Verificamos, contudo, que habitavam principalmente zonas de centralidade, próximas do rio e do porto, muito por via das atividades comerciais que praticavam. Assim, podemos encontrar desde meados do século XV em diante, colónias de italianos nas freguesias da Sé, Madalena, S. Julião e S. Nicolau, áreas onde “se concentrava a maior força do negócio”.¹¹⁴ É ainda possível encontrar estas famílias, numa área de expansão ainda mais para poente como Belém e Alcântara que aí possuíam grandes casas e quintas.¹¹⁵

A construção da igreja do Loreto em 1518, “contribuiu, sem qualquer dúvida”, para o desenvolvimento da cidade de Lisboa em direção ocidental.”¹¹⁶. (figura 4)

Apesar da importância e longevidade desta comunidade em Lisboa, nos relatos visados neste trabalho não lhes é feita referência.

A cidade, constituiu-se desde o final da Idade Média “como um dos primeiros e principais polos de atração de migrantes flamengos e manteve esta posição de destaque ao longo da Idade Moderna (...)”.¹¹⁷ O termo “flamengo”, era, na Era Moderna, usado “quando se referia aos habitantes dos Países Baixos *lato sensu*, incluindo não somente toda a Bélgica e os Países Baixos, (...) como também a Flandres francesa, o Artois, o Luxemburgo e as regiões fronteiriças com a Alemanha e se confundia até com Hanseáticos e outros alemães.”¹¹⁸

A influência flamenga teve um forte impacto na sociedade portuguesa, ditando modas, criando um estilo próprio do “à flamenga”, associado a uma imagem de luxo, qualidade

¹¹³ Alessandrini, Flor: 2013, p. 104

¹¹⁴ *Idem*, p. 108

¹¹⁵ *Idem*, p. 112

¹¹⁶ *Idem*, p. 115

¹¹⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, p. 7

¹¹⁸ *Idem*, p. 8

e prestígio e “sedimentaram vínculos de transmissão cultural muito férteis e de longa repercussão.”¹¹⁹

O comércio seria também um dos fatores de maior atração para esta comunidade. Como nos é dito por Jerónimo Münzer, os “mais ricos, geralmente, são alemães e holandeses.” E que a “maior parte dedica-se ao comércio”, não sendo, pois, de estranhar que os encontremos a habitar preferencialmente em zonas centrais, próximas do porto como “(...) na praça e na rua nova.”¹²⁰

Esta afirmação de Münzer encontrará em 1514 validação nas palavras de Taccoen van Zillebecke, quer no que diz respeito ao poder económico desta comunidade, quer no que diz respeito às áreas da cidade onde se encontravam. Referindo-se ao Rossio, dá-nos conta que teriam em S. Domingos “(...) uma capela dedicada a Santo André. Aí se celebra, aos domingos de manhã, uma missa rezada para os jovens e uma missa cantada, com canto e água benta. A capela está toda coberta de tapeçarias com as armas da Flandres, o Leão Negro, e com bancos estofados à volta. Os seus ornamentos estimam-se em dois mil escudos. Vi lá algumas joias muito ricas. A capela está fechada com grades metálicas e existem ainda, diante da mesma, dois altares e um grande espaço para os flamengos serem sepultados dentro da igreja.”¹²¹

A cidade seria também um ponto de escala para flamengos em peregrinação “tanto como escala alternativa a Veneza para Jerusalém, como pela sua proximidade de Santiago de Compostela e de Guadalupe”¹²² Foi esta a razão que trouxe até Lisboa o Taccoen van Zillebecke, tendo aqui feito escala a caminho da Terra Santa. Neste caso, havia ainda uma motivação familiar, já que o seu filho Wulfaart aqui residia.

“Não existe senão uma boa rua”¹²³ - A Rua Nova dos Mercadores

A circulação de pessoas na cidade de Lisboa pelas razões de sobrepovoamento de certas áreas já atrás vistas, fazia-se de forma difícil, situação notada por alguns viajantes. Não é

¹¹⁹ *Idem, idem*

¹²⁰ Münzer: 2019, p. 74

¹²¹ Fonseca, Manhaeghe, Stolz: 2014, pp. 128, 129

¹²² *Idem*, p. 9

¹²³ *Idem*, p. 123

assim de estranhar que as preocupações urbanísticas desde cedo tenham demonstrado ser este um problema premente, a necessitar de intervenção do poder real.

Ruas estreitas, muitas vezes atravancadas por varandas ou andares de ressalto e mal pavimentadas, terão contribuído para uma visão partilhada pelos viajantes. Em 1514 o flamengo Taccoen van Zillebeke é perentório ao afirmar: “A cidade é mal pavimentada. Quando chove é difícil de andar.”¹²⁴

Esta regra era confirmada por uma exceção, que não escapou ao olhar do flamengo: “Não existe senão uma boa rua, que é bem pavimentada. Há aí toda a espécie de ofícios e mercadorias.”¹²⁵

A Rua Nova dos Mercadores, é mencionada por vários viajantes e de modo transversal a toda a cronologia, sempre com carácter de excecionalidade. (Imagem 6)

Devemos, contudo, fazer aqui uma ressalva. Pelo desenvolvimento da narrativa dos viajantes e pela articulação que em alguns casos foi possível fazer com crónicas e documentação coevas, assumimos ainda que de forma bastante crítica e cautelosa de que estes olhares se referem, de facto, à Rua Nova dos Mercadores (de orientação este / oeste, longitudinal ao rio), e não à Rua Nova d’El Rei (de orientação sul / norte, perpendicular ao rio). Localizadas bastante próximas, são ambas referidas amiúde apenas como Rua Nova, em ambas existiam lojas e oficinas, em ambas e com base na iconografia conhecida, havia prédios construídos sobre arcadas e ambas seriam áreas preferenciais de habitação de mercadores. O esclarecimento desta dúvida carece, no entanto, de um estudo mais aprofundado e exaustivo, em que se articulem e comparem diversas fontes, para além dos relatos de viagem, a cronística, documentos oficiais de empraçamento de obras ou contratos de aforamento e bibliografia da especialidade. (Imagem 7)

O viajante austríaco Valkenstein, descreve-a como “uma praça grande e ampla mais comprida e larga que a de Viena, na Áustria, no mercado novo onde se vendem cereais.”¹²⁶ Aqui se terão montado estruturas para a realização de torneios,¹²⁷ e Rui de

¹²⁴ *Idem, idem*

¹²⁵ *Idem, idem*

¹²⁶ Valkenstein: 1992, p. 41

¹²⁷ “(...) No meio dela, a todo o comprimento, havia uma barreira feita de tábuas e barrotes que dividia os combatentes de lança; esta barreira era extensa e estava toda coberta com um bom pano, de cor cinzenta.”, *idem, idem*

Pina, confirma que D. Afonso V, “desafiou os cavaleiros para as justas reaes, que manteve na Rua Nova.”¹²⁸

No final do século XV, o alemão Münzer volta a fazer-lhe referência, desta feita como local onde habitavam ricos comerciantes e atribui-lhe uma característica interessante: “(...) rua nova, que está construída ao estilo alemão.”¹²⁹

Em 1571, Venturino diz ter percorrido “bellas ruas, direitas e largas” dando conta de uma aparente melhoria da circulação. Mas, continuando a destacar “a que chamam *rua nova*, a qual é bellissima e povoada de nobres edifícios”¹³⁰. Ou seja, se as ruas de Lisboa eram já belas, direitas e largas, a rua nova era belíssima continuando, portanto, a deter um carácter de destaque no panorama urbanístico da cidade.

O olhar atento do viajante alemão Jerónimo Münzer diz, em 1495, estar construída “ao estilo alemão.” Embora não tenhamos conseguido precisar a razão desta expressão, quando olhadas algumas vistas de Nuremberga ou Feldenkirsh de onde o viajante é oriundo, fomos levados a crer que terá sido a sua dimensão, amplitude e a regularidade dos seus edifícios que terá levado Münzer a fazer esta observação. Por outro lado, em algumas representações de ruas de Nuremberga, são visíveis edifícios também assentes sobre uma galeria, que acreditamos tal como na rua nova, seriam espaços dedicados ao comércio.

As características observadas pelos viajantes, são fruto de um longo processo de melhoramentos nesta rua. Numa “(...) primeira referência em 1294, sabe-se que foi globalmente reestruturada por D. Dinis, por ocasião da construção da muralha da Ribeira, mas também porque nela o monarca concentraria parte significativa do seu investimento imobiliário, através de um parcelamento regular e linear destinado à construção de mais de três dezenas de casas. Paralela ao Rio Tejo, com cerca de 213 metros de comprimento, a rua desde o início invulgarmente larga, rondando os nove metros na maior parte da sua extensão, mas ultrapassando-os em determinados pontos (...)”.¹³¹

A rua continuou a registar medidas de melhoramento por parte do poder régio nos anos seguintes: D. João II terá mandado recalçá-la, obra que seria continuada pelo seu

¹²⁸ Pina: 1904, vol.II, p. 122

¹²⁹ Münzer: 2019, p. 74

¹³⁰ Herculano: 1884, p. 82

¹³¹ Trindade, 2019, p. 292

sucessor D. Manuel, que terá também levado a cabo outras medidas no sentido da regularização de fachadas dos prédios.

Todavia, o prestígio que a rua detinha era mais devido às características dos seus habitantes do que da qualidade dos seus edifícios. Aqui se comerciavam produtos de todo o mundo com uma clara tendência para os de importação, mas não era apenas um local de compra e venda, aqui se podiam encontrar também uma série de outros ofícios como barbeiros, livreiros, sapateiros, fanqueiros, etc.

O instantâneo desta rua, registado nas pinturas de Kelmscott, tal como já observado na imagem 6 em anexo neste trabalho, revela alguns elementos que os viajantes corroboram nas suas descrições, servindo estes como uma espécie de legenda a uma obra paradigmática para o entendimento desta rua e da cidade.

2.3 - Arquitetura

Ao longo dos escritos dos viajantes, são mencionados vários edifícios que ainda hoje se constituem enquanto objetos de estudo e se podem observar, mas também alguns que ao longo do tempo se foram perdendo.

Por questões de organização, dividimos o património edificado em três grandes grupos: edifícios de prestígio, dependentes da coroa, onde se incluem os paços reais e edifícios administrativos, edifícios de vocação religiosa e a “casa comum”, onde se encontram contemplados todos os outros que não se incluem nas categorias anteriores.

O termo “casas” aparece aqui entre aspas, pois o vocabulário usado nas descrições dos viajantes constitui-se por si, um objeto de estudo. A terminologia relativa à cidade, aos seus edifícios e ao interior dos mesmos é, frequentemente, ambígua. O mesmo termo é usado para situações distintas, como é o caso de casa / casas, havendo uma consequente alteração do seu significado, introduzindo um obstáculo à criação de um padrão de vocabulário, que permita uma melhor interpretação e entendimento por parte da sua historiografia.

“As casas são altas e de pedra”¹³² - Materiais usados na construção dos edifícios

Embora seja esta a imagem percebida pelo flamengo Taccoen Van Zillebeke, verificamos que relativamente aos materiais usados na construção de edifícios na Lisboa coeva, a realidade não seria bem esta.

O estudo dos materiais de construção é um tema relativamente pouco trazido à História da Arte. A dispersão de informação poderá ser um dos primeiros obstáculos, pois esta encontra-se muitas vezes em documentos oficiais de natureza diversa, como Regulamentos, Livros de Vereações ou Cartas de Quitação, disseminada assim em variadíssimas fontes, que requerem um esforço para a sua localização, recolha e sistematização. Por outro lado, e na procura de um contacto direto com estes materiais há necessidade de recurso à arqueologia para aprofundamento destas questões, já que os núcleos urbanos da transição da Idade Média para a Era Moderna se encontram sob as atuais cidades.

Deste modo, torna-se necessário “uma análise cruzada destas diferentes fontes”, que embora seja uma metodologia cada vez mais usada na moderna historiografia, é “ainda pouco utilizada na investigação desta temática.”¹³³

Neste caso, concentrar-nos-emos nos materiais referidos nos relatos de viagem, tentando aprofundar a questão através destes olhares. Impõe-se, porém, uma breve contextualização da informação sobre os recursos usados à época.

Numa primeira abordagem, verificamos que os materiais usados na construção dos edifícios dependem em muito dos recursos disponíveis no meio ambiente envolvente, apresentando por isso variações consoante as áreas geográficas em estudo. Neste sentido, é importante ter uma visão de conjunto dos recursos naturais existentes, embora paralelamente, não se possa descartar o uso de materiais importados de outras regiões, sendo ainda necessário ter em linha de conta que o seu uso depende também do “engenho, da habilidade e da técnica do homem para os trabalhar.”¹³⁴

Há ainda que considerar que em alguns casos, como em Lisboa, foi feito o aproveitamento de estruturas ou materiais de estruturas pré-existentes do período medieval. E por fim, o uso de certos materiais não excluía outros, sendo que podemos encontrar

¹³² Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 123

¹³³ Melo: 2012, p.128

¹³⁴ *Idem, idem*

simultaneamente recursos variados, uns mais tradicionais e outros mais inovadores numa dinâmica de persistência e concordância com a inovação tecnológica.

Em 1484, escrevia Nicolau von Popplau durante a sua viagem a Lisboa, que “os cristãos de Lisboa e Portugal, assim como os da Galiza, usam muita argila, ao estilo dos pagãos, na construção dos seus edifícios (...).”¹³⁵

O uso da argila no processo construtivo surge neste olhar especificado enquanto processo pagão, observado não só na capital com também no resto do país e numa visão mais alargada igualmente na Galiza. Desta leitura tão abrangente, e sempre em sentido crítico, julgamos poder dizer que o recurso à argila na construção seria uma prática corrente no último quartel de Quatrocentos, o que faz sentido quando sabemos ser a argila um material de baixo custo, fácil de encontrar, trabalhar e transportar.

“Pela documentação desta época, verificamos que neste período se refazem ou restauram muros de fortificação inicialmente feitos com pedra e barro ou em taipa, o que sugere que durante a segunda metade do século XV eram estes os sistemas mais usados para construção, tanto de fortalezas como de outros edifícios de expressão vernácula.”¹³⁶

Em Lisboa, a prevalência de modelos muçulmanos durante a Idade Média e a Era Moderna repercute-se sobretudo na organização e urbanismo da cidade, não se podendo desvalorizar, contudo, a sua presença em áreas mais pragmáticas relacionadas com os materiais e técnicas de construção dos seus edifícios, facto a que não será alheia a permanência de uma significativa comunidade muçulmana na cidade.

Outro dos materiais mais usados na construção era a madeira. Em meados de Quatrocentos é frequentemente mencionado por Nicolau Valkenstein: “E passaram (rei de Portugal e respetiva comitiva) assim processionalmente pela cidade até um grande palácio, formado para o efeito, de tábuas e barrotes, levantado e construído com duas torres altas em torno (...)” e um pouco mais adiante na sua narrativa, dá-nos conta da estrutura montada para os torneios que aí tiveram lugar dizendo que “No meio dela (Rua Nova), a todo o comprimento, havia uma barreira feita de tábuas e barrotes que dividia os combatentes de lança; esta barreira era extensa e estava toda coberta com um bom pano, de cor cinzenta”¹³⁷

¹³⁵ Liske: 1878, p. 36

¹³⁶ Carita: 1999, p. 158

¹³⁷ Valkenstein: 1992, p. 41

Embora parte de um conjunto arquitetónico de características efémeras, destinados a uma situação pontual, é-nos mostrado ser este um material usado frequentemente, com o qual se trabalhava com relativo à-vontade e sem grandes dificuldades técnicas.

Em trabalhos de produção historiográfica mais recente, é-nos dado conta do processo de “petrificação”, usando uma expressão decorrente de um colóquio realizado em França, em 2019. A expressão foi usada para definir um processo no qual o recurso à pedra assume maior importância em relação aos demais materiais construtivos. Este processo, ocorreu em várias geografias, na procura do combate às fragilidades de edifícios e a sua vulnerabilidade a agentes externos como a água ou o fogo.¹³⁸

Chegados a 1514, aos olhos de Taccoen, em Lisboa “as casas são altas e de pedra, rebocadas de branco”¹³⁹ numa nota que encerra em si uma importante questão para a compreensão da forma de construir em Lisboa no início do século XVI.

Em primeiro lugar centremo-nos na altura das casas, embora esta seja uma questão que será vista em maior detalhe mais à frente neste trabalho. A construção em altura, está diretamente relacionada com o emprego da madeira, pois era este material que permitia a construção de paredes finas e altas, aliviando a carga que os pisos mais altos exerceriam na estrutura. Veja-se, por exemplo, o caso dos abodamentos de igrejas e claustros nas construções durante a alta Idade Média, onde a madeira era o material mais usado antes do desenvolvimento de formas de construção que permitiram a sua substituição pela pedra.

O recurso a este tipo de material representava, porém, um grande perigo nas cidades, não sendo assim de estranhar as medidas de combate, impostas pelas autoridades, a estruturas de madeira e o incentivo à procura de outros materiais mais perenes. Esta tendência do recurso à madeira na construção foi posta em causa logo a partir de meados de quatrocentos. “Nos empreendimentos urbanísticos de iniciativa régia, a pedra e cal transformava-se numa opção única (...).”¹⁴⁰

Ou seja, a madeira apresentava vantagens económicas, mas também logísticas permitindo a construção de edifícios mais altos, como parecia ser tendência já de há longa data em Portugal. Assim sendo, mesmo em regiões com abundância de outros materiais, como a

¹³⁸ Trindade: 2022, p. 287

¹³⁹ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 123

¹⁴⁰ Trindade: 2022, p. 318

pedra, recorria-se à madeira como material eleito, “na construção em altura das fachadas (frontais), nos sobrados, nas divisões dos espaços interiores, para forrar compartimentos, na armação da cobertura, como guarnição de portas e janelas”.¹⁴¹

Ao referir que as casas são de pedra, e talvez por via do distanciamento físico e temporal entre a observação dos edifícios e a escrita do relato, ou simplesmente por desconhecimento, cremos existir aqui alguma confusão por parte do viajante flamengo.

Na verdade, “casas levantadas em silharia foram uma minoria”.¹⁴² A pedra aparelhada era usada em casas mais ricas ou edifícios de maior aparato como mosteiros, palácios, etc. pois representava grandes custos e investimento, não só devido aos processos de extração e transporte do material, como pela necessidade de mão de obra especializada, mais cara do que a usada na construção em madeira ou em adobe. Venturini no terceiro quartel do século XVI, refere que “O palácio dos castello, todo por fora de cantaria (...)”¹⁴³, especificando a pedra enquanto material de construção do paço da Alcáçova. Nas casas comuns, porém, pelos motivos atrás apontados o uso de pedra aparelhada cingia-se a cunhais ou cantaria de portas e janelas, isto é, em elementos mais estruturais e, como tal merecedores de maior cuidado e investimento.

Devido a estas exigências do emprego da pedra, procurou-se responder às crescentes necessidades de segurança, durabilidade e rapidez de construção otimizando-se técnicas para produção de “argamassas à base de cal”, tendo este esforço de aperfeiçoamento técnico constituído preocupação de arquitetos como Boytaca ou os irmãos Arruda, que disso nos dão conta nos documentos por si deixados sobre o Norte de África.¹⁴⁴ Criticamente, julgamos ser das paredes de argamassa e de cal que advém a observação de Taccoen.

Por fim, e referido também por este viajante lancemos um olhar às coberturas das casas, que este descreve como “planas e cobertas por uma espécie de telhas”¹⁴⁵, contrastando seguramente com a inclinação dos telhados da sua terra natal, assim construídos para escoamento da neve, o que em Lisboa pela amenidade do clima, não era necessário.

¹⁴¹ Trindade: 1995, p. 86

¹⁴² Trindade: 2022, p.313

¹⁴³ Herculano: 1884, p. 93

¹⁴⁴ Carita: 1999, pp. 157, 158

¹⁴⁵ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 124

No geral, em Lisboa, a escolha para a cobertura dos edifícios recaía sobre a telha, embora a predominância deste tipo de cobertura não signifique a inexistência de outros materiais, como o colmo ou a palha, cujo uso se pode observar tanto em zonas rurais como nos centros urbanos. A utilização destes materiais, de grande vulnerabilidade ao fogo e de rápida degradação, foi desde cedo e progressivamente posta em causa, dando lugar a soluções mais perenes um pouco por toda a Europa, embora num processo lento. “Em Bruges, nas últimas décadas do século XIII, já só são admitidos telhados de telhas, tendência encorajada ou mesmo imposta pelo município que, para isso, contribui com um terço das despesas.”¹⁴⁶ Através da observação de Taccoen podemos ainda inferir uma diferenciação nas telhas, uma vez que as refere como sendo “uma espécie”, denotando que as que observa em Lisboa não são exatamente iguais às que cobrem as casas da sua terra natal.

No que concerne o património edificado, os olhares dos viajantes registam elementos que demonstram manutenção de formas construtivas, mas adaptadas às novas demandas de crescimento da cidade e a preocupações no sentido de a dotar de melhores condições de segurança.

Assim vejo as “casas” do rei.

Consideramos neste capítulo não apenas a residência real, mas também edifícios de propriedade régia e de carácter administrativo. No período compreendido entre meados do século XV e meados do século XVI, houve lugar a novas construções de iniciativa real, com profundo impacto no urbanismo da cidade.

A construção de um novo paço real no dealbar do século XVI, assim como de outros edifícios de administração pública, muito ligados à dinâmica da expansão marítima e ao comércio, estabeleceram novas formas de articulação do desenvolvimento urbano.

O Castelo e o Paço da Alcáçova foram, no entanto, referências transversais a toda a cronologia, sendo recorrentemente registados pelos olhares estrangeiros, embora se tenha verificado uma mudança da sua perceção na imagem da cidade.

Começamos então pelo relato de Nicolau Lankman de Valkenstein, que o assinala como “muito forte”, comparando-o com o de Graz, na Estíria (hoje Áustria), num “monte alto”,

¹⁴⁶ Trindade: 2002, p. 94

onde habita o “sereníssimo senhor rei de Portugal.” (Imagem 8) Na mesma localização diz ainda existirem “um arcebispado, uma escola de leis e muitos mosteiros”¹⁴⁷. Ou seja, na Lisboa quatrocentista, à volta da Alcáçova gravitavam outros edifícios de importância na administração da cidade, quer do ponto de vista civil quer do ponto de vista religioso. Não deixa de ser curioso e algo paradoxal, no entanto, que mais à frente no seu relato o viajante austríaco lhe confira um posicionamento exterior à cidade – “foram conduzidos do Paço que ficava na cidade, ao castelo real, situado intramuros, num alto monte.”¹⁴⁸.

Münzer em 1495, refere que Lisboa, é “um monte altíssimo em cujo cume há dois alcazares reais (...)”¹⁴⁹ De forma crítica pensamos que o viajante alemão se refere ao Paço da Alcáçova e ao castelejo, ou seja, à estrutura militar. Interessante é o facto de ser este o único a estabelecer esta diferenciação entre as duas estruturas.

Ao longo do seu relato, recorre ao castelo como ponto de referência na cidade: “na parte baixa do castelo”; “no monte oposto ao castelo; “no mosteiro de Santo Agostinho, que está na parte de cima do castelo”¹⁵⁰, ou seja, coloca-o numa posição axial de onde o núcleo urbano irradia. Certamente que neste caso não será alheio o facto de ser a colina do castelo a mais alta na cidade, destacando-se na paisagem urbana. O castelo é, nas suas palavras um edifício “verdadeiramente régio, com os seus pavilhões, aposentos e outras coisas.”

151

É de notar, que entre o início e meados do século XVI, o castelo ou não é mencionado ou quando o é, surge exclusivamente como referente de orientação. Os viajantes Cà Masser e Taccoen não lhe fazem referência. Claude Bronseval refere-o na localização de alguns edifícios, como por exemplo: “(...) subiu ao mosteiro de Santo Elói, situado numa colina abaixo do castelo da cidade, de onde se pode ver inteira.”¹⁵²

Esta situação altera-se, contudo, no reinado de D. Sebastião. No relato escrito durante a deslocação a Lisboa do Cardeal Alexandrino, o rei e a corte, encontram-se de novo a habitar o castelo no topo da colina. Aliás, esta situação é referida de forma claríssima por Venturino: “chegámos ao paço real, situado no sítio mais alto da cidade, que d’alli se

¹⁴⁷ Valkenstein: 1992, p. 29

¹⁴⁸ *Idem*, p. 34

¹⁴⁹ Münzer: 2019, p. 69

¹⁵⁰ *Idem*, p. 70

¹⁵¹ *Idem, idem*

¹⁵² Bronseval: 1970, p. 339

descobre quase toda, fazendo uma vista soberba com o braço de mar que a cerca cheio de grande multidão de navios.”¹⁵³ Surgem adiante mais referências à localização da morada real – “Quando chegámos á igreja de Sancta Maria, perto dos paços reaes, (...)” E ainda – “Partindo da sé o Legado com o cardeal infante e muitas outras pessoas, foi apear-se ao dicto palácio, chamado castello”¹⁵⁴

Venturino dá ainda algumas importantes e muito detalhadas indicações em relação ao interior do castelo e das suas diferentes dependências, que serão vistas em maior detalhe no capítulo deste trabalho relativo aos interiores das casas. O seu aspeto exterior, porém, não parece impressionar o olhar do italiano – “O palácio do castello, todo por fóra de cantaria, assim como não tem forma alguma d’architectura, por ter sido feito em diversas epochas (...)”¹⁵⁵, denotando a antiguidade do edifício e a existência de várias campanhas de obras ao longo dos tempos. Propomos uma leitura para a falta de arquitetura a que o viajante se refere, que se prende com a observação vários edifícios de épocas diferentes (já aflorado por Münzer em finais do século XV), denotando assim alguma falta de coesão estilística entre as várias campanhas de obras, ou seja, a questão não seria a ausência de forma de arquitetura, mas a presença de várias. O facto de Venturino se referir ao edifício como palácio do castelo, indicia a existência de um outro palácio, que inferimos ser o da Ribeira junto ao rio. Refere ainda a existência de uma capela no Paço da Alcáçova, que é de “bom tamanho”.

O castelo assume assim, um papel de presença constante na cidade ao longo de toda a cronologia, quer como morada da família real, quer como elemento de destaque na paisagem urbana de Lisboa. O seu papel, enquanto morada do rei foi, no entanto, sendo alterado demonstrando que com D. Manuel se deu uma mudança para a frente ribeirinha, recuperado enquanto morada real nos finais da segunda dinastia.

Outros dos edifícios que surge mencionado amiúde nos relatos de viagem é, naturalmente o Paço da Ribeira, e naturalmente também, nos posteriores a 1501, data apontada por Nuno Senos para o arranque da sua construção.¹⁵⁶ A primeira referência encontrada chega-nos pela pena de Lunardo de Cá Masser que a ele se refere, em 1504, não existindo qualquer referência a alguma fase de construção anterior. Na carta de Ochoa de Isásaga

¹⁵³ Herculano: 1884, pp. 83,84

¹⁵⁴ *Idem*, p. 84

¹⁵⁵ *Idem*, p. 85

¹⁵⁶ Senos: 2002, p.54

aos Reis Católicos em 1500, indica-se que as celebrações das festas natalícias tiveram lugar no castelo.

O veneziano Cà Masser, relata à sua senhoria que “Vive permanentemente aquele Sereníssimo Rei (D. Manuel I) naquela cidade de Lisboa, por ser esta a principal do reino. É de igualar seja em grandeza, seja em localização e comércio e habitada por uma geração universal de mercadores. Ainda que aquela cidade seja única para todo o resto daquele reino, na qual se ergue o seu palácio novamente construído, ainda não concluído, não é muito faustoso, pelo contrário é de baixo valor, de traça modesta e pobre, é uma habitação aceitável para a sua corte e criadagem.”¹⁵⁷ Esta visão algo desencantada do novo palácio achamos poder ser justificada pelo facto, de tal como o autor refere, estar ainda em construção.

A construção do Paço da Ribeira continuou nos anos seguintes. Crê-se que “nos finais de 1505 se podia fazer uso das partes concluídas, embora o edifício estivesse ainda em obras.”¹⁵⁸

Cerca de uma década mais tarde, o flamengo Taccoen tem já uma visão mais positiva do conjunto palaciano à beira-rio. Diz ter D. Manuel I, construído “um belo palácio novo, onde agora vive, junto ao rio que é o porto.”¹⁵⁹

No relato deixado por Bronseval, o paço é mencionado várias vezes, mas apenas como o local onde o rei habita e onde são levadas a cabo reuniões com Monsenhor Saulieu e a sua comitiva. Não são dados detalhes sobre o palácio, apenas algumas referências a dependências, como a igreja e a câmara do rei onde tiveram lugar alguns dos seus encontros, sem grande detalhe.

Como já referido atrás, aquando da visita do Cardeal Alexandrino e da sua comitiva, D. Sebastião habitava o paço da Alcáçova, pelo que a maioria dos detalhes que nos são dados se referem a este edifício, não sendo feitas referências ao paço junto ao rio, mas indicando a existência de dois palácios.

¹⁵⁷ Godinho: 1979, p. 77

¹⁵⁸ Senos: 2002, p.51

¹⁵⁹ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p.128

“(…) mandou conduzi-los ao palácio destinado para eles na cidade” - *O Palácio dos Estaos*

Assim nos deu conta, Nicolau Valkenstein do palácio construído em Lisboa para acolhimento de embaixadores e delegações estrangeiras em missão oficial a Lisboa. Rui de Pina, confirma dizendo que os enviados de Frederico III “foram aposentados nos estaos do Rocio onde lhe foram aparelhadas as casas necessárias como a taes pessoas cumpria.”¹⁶⁰ (Imagem 9)

Com a permanência mais prolongada da corte em Lisboa, surgiu a necessidade da construção de um palácio para o alojamento de nobres e embaixadores estrangeiros durante a sua estadia na capital.

Anteriormente o alojamento destas individualidades era assegurado por moradores em casas particulares, o que significava um custo por vezes pesado para os mesmos. A ideia de providenciar boas condições de alojamento a individualidades que visitassem a capital remonta ao século XIV, tendo-se então destinado verbas para ajudar os moradores que os acolhiam. Este foi, no entanto, um processo demorado, só se vindo a concretizar no século XV, com D. João I e a construção de “albergues honrrados e que possam sem vergonha pousar os que veerem aa dita cidade por seus dinheiros”¹⁶¹, não passando de uma intenção até à regência de D. Pedro, que concretiza o projeto por carta régia de 9 de junho de 1439.¹⁶²

Hospedarias, estalagens ou simplesmente casas, são aos olhos dos viajantes geralmente descritas como tendo más condições. Surgem desde cedo nos relatos situações em que os viajantes passam muito tempo à procura de local para pernoitar, e quando o conseguem são de fraca qualidade, sem segurança, com má comida e muitas vezes recebidos sem grande vontade. “Teve pena de me ver sem albergue, e levou-me a um que em Portugal chamam *Stallasum*. Nestas casas vive cada um para o seu dinheiro, bem ou mal.”¹⁶³ É compreensível que em muitos locais por onde os viajantes passaram no país, por não serem muito visitados que isto acontecesse, não o seria, contudo, em cidades maiores como Lisboa que recebiam muitos visitantes. As situações relatadas mostram, porém, ser esta uma realidade comum quer em zonas mais rurais quer nas grandes cidades. Relatos

¹⁶⁰ Pina: 1904, vol. II p. 122

¹⁶¹ Macedo apud. Rijo: 2016, p. 21

¹⁶² Oliveira apud. Rijo: 2016 p. 21

¹⁶³ Liske: 1878, p. 19

de enganos, roubos e más condições no alojamento multiplicam-se ao longo dos relatos, e algumas, como verificado com Nicolau Popplau tiveram, inclusive, intermediação do próprio rei. Não é por tudo isto estranho que se façam considerações pouco abonatórias aos portugueses e ao seu modo de receber quem os visita.¹⁶⁴

Em meados de Quinhentos a situação não parece ter-se alterado. Ao longo do relato de Claude Bronseval, para além das grandes dificuldades passadas durante o seu itinerário em Portugal e que são relatadas com irritação, em Lisboa, até se terem hospedado no Hospital Real de Todos-os-Santos, dá conta que “Nós percorremo-la (Lisboa) em grande parte e não conseguimos encontrar um local para nos alojarmos. Quando finalmente encontrámos um extremamente pobre para nós e para as bestas (...)”¹⁶⁵ Apesar do tempo que separa os dois relatos, não parece ter havido considerável melhoria nos locais de alojamento.

Assim, e face a este panorama algo problemático a construção do palácio do Estaus surge totalmente justificada.

Localizava-se no topo norte da atual praça do Rossio, numa área que corresponderá *grosso modo* ao Teatro D. Maria II, zona ampla e ainda com pouco edificado em época coetânea à sua construção. Próximo situava-se o Mosteiro de São Domingos, algumas casas de habitação e as cavaliças reais, que serviam para acolher as montadas dos seus hóspedes.

Ou seja, sendo que a embaixada de Frederico III já aí ficou alojada, a construção do Palácio dos Estaus pode assim ser balizada entre 1439 e 1451, não estando então ainda totalmente construído nesta data. “As obras estariam dadas como concluídas em 1456, pois já recebia outras importantes comitivas.”¹⁶⁶

As palavras de Valkenstein evidenciam um esforço de bem receber e tratar estes viajantes de forma cuidada - “vinham, entretanto, perante a residência dos embaixadores do senhor

¹⁶⁴ “Los portugueses son holgazanes, y no les gusta trabajar, y por eso no quieren hospedar á los indígenas, ni a los viajeros tampoco, para ganar dinero, son groseros, sin bondade, gente sin compasion, inclusa la gente del Rey mismo.” – Liske: 1878, pp. 31,32

¹⁶⁵ Bronseval: 1970, p. 329

¹⁶⁶ Diário Ilustrado. Lisboa: Impr. de Souza Neves, 1880, apud. Rijo: 2016, p. 21

imperador, quase todos os dias, tocadores de tubas e trompetas, com diversões variadas”
167

Na envolvente dos Estaus, foram-se construindo habitações, algumas de propriedade real, que eram aforadas ao rei por ricos comerciantes. Em 1495, escreve o viajante alemão Münzer que “Tínhamos o nosso alojamento numa grande e significativa casa do rei, na casa do genro de Martín Bohemo, chamado don Jodoco de Hurder, de Bruges, homem nobre e capitão da ilha do Faial e do Pico (...)” ficando esta “na praça maior, num largo campo junto ao mosteiro de S. Domingos.”¹⁶⁸

Em 1532, Monsenhor Saulieu e Claude Bronseval, foram alojados na “casa de um velho judeu, ganancioso e voraz que se converteu ao cristianismo por precaução.” E dá ainda elementos da sua localização - “Depois de ter celebrado a missa na igreja do hospital real vizinho, Monsenhor foi imediatamente convidado (...) a aceitar alojamento nesse local.”¹⁶⁹

Depois de Valkenstein nenhum outro viajante fez menção clara ao Palácio dos Estaus. As referências que Münzer e Taccoen fazem localizam as casas onde ficaram nesta área, que de acordo com a sua narrativa são casas ricas, ou habitadas por pessoas ricas. O Cardeal Alexandrino, foi acomodado no Paço da Alcáçova, tendo, no entanto, visitado as cavalariças reais que estão juncto a S. Domingos (...)”¹⁷⁰, mantendo-se estes edifícios nas mesmas funções durante toda a cronologia.

Porém, aquando da visita de Alexandrino, em algumas das salas do Paço dos Estaus tinham lugar sessões do Tribunal do Santo Ofício; desde meados do século XVI, “assentou-se a Inquisição nos Estãos, e fez-se cárcere para os culpados”¹⁷¹

O Palácio dos Estaus marcou assim uma das mais emblemáticas praças de Lisboa, um local bem preparado para recebimento de visitantes e constituiu-se um polo de desenvolvimento urbano que tenderia a crescer nos séculos seguintes, com a construção de outros edifícios prestigiantes como o Hospital Real de Todos-os-Santos.

¹⁶⁷ Valkenstein: 1992, p. 43

¹⁶⁸ Münzer: 2019, p. 74

¹⁶⁹ Bronseval: 1970, p. 331

¹⁷⁰ Herculano: 1884, p. 93

¹⁷¹ Macedo: 1932, p. 8

“Um hospital magnífico (...)”¹⁷² – Hospital Real de Todos-os-Santos

Em 1514, o flamengo Taccoen van Zillebecke descreve assim uma das obras mais significativas da cidade de Lisboa, que marcou o Rossio durante largos séculos até à sua destruição pelo terramoto de 1755. (Imagem 11)

A sua fundação, datada de 1492, deu-se por iniciativa régia numa ação de assistência levada a cabo por D. João II, resultando da fusão de pequenos hospitais pré-existentes na capital desde a Idade Média.

Foi uma obra de grande investimento, sem comparação “nem na magnificência das instalações, nem na bondade para com os pobres (...)”¹⁷³

É uma instituição que quer pelo impacto e melhoria que teve na capital, quer pelo seu enquadramento numa rede europeia de obras assistenciais, tem merecido o interesse e estudo das mais diversas disciplinas.

A sua construção prolongou-se no tempo, sendo que após o lançamento da primeira pedra a 15 de maio de 1492 só estaria concluído em meados do reinado de D. Manuel I. Disto nos dá conta Taccoen aquando da sua visita dizendo em 1514 que “na sua construção trabalha-se arduamente.”¹⁷⁴ Fornece ainda a sua localização, perto do mosteiro dominicano,¹⁷⁵ sendo assim o terceiro grande edifício localizado na praça do Rossio.

De acordo com Damião de Góis, “(...) o edificio dividido em quatro alas com hortos aprazíveis: tem trinta e quatro galerias, que em toda a volta dão para habitações magnificas, onde se veem limpos e asseados os refeitórios, os dormitórios, com camas e roupas alvíssimas.”¹⁷⁶

É uma obra paradigmática que não passou despercebida a alguns viajantes. Apesar de já em construção aquando da visita de Münzer e Cà Masser, acreditamos que a obra não teria ainda grande expressão uma vez que não é mencionada. Em 1514, como já visto encontrar-se-ia ainda em construção. Podemos assim inferir, ter sido um processo construtivo que atravessou várias décadas.

Em 1531 aqui ficam hospedados durante vários meses os visitantes cistercienses, fazendo Bronseval inúmeras referências ao longo do seu relato e tendo Monsenhor

¹⁷² Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 98

¹⁷³ Góis: 1937, p. 46

¹⁷⁴ Fonseca, Manhaeghe, Stols: pp. 128, 129

¹⁷⁵ *Idem*, p. 128

¹⁷⁶ Góis: 1937, p. 46

Saulieu aqui celebrado várias missas em diferentes capelas, dentro e nos jardins do hospital, o que certamente ajudaria Monsenhor a lidar com o “abominável” calor do Verão na capital.¹⁷⁷ Depois de várias estadias em alojamentos sem condições, o hospital parecia finalmente, aos olhos destes viajantes, um local onde Monsenhor se poderia alojar “convenientemente”.¹⁷⁸ Este manteve-se o alojamento destes viajantes durante toda a estadia, a ele regressando após as visitas que faziam a mosteiros da ordem: “fui para o nosso alojamento habitual no hospital real.”¹⁷⁹

No dia 1 de novembro de 1532, diz-nos ser no hospital real “onde têm lugar as principais solenidades (...), aonde quase toda a população da cidade acorreu para ganhar indulgências anexadas à igreja do hospital, (...) onde assistimos a toda a cerimónia religiosa (...)” observando que “esta não é exatamente observada na cidade pois aí fazem comércio, compras e vendas como num dia normal, o que nos espantou.”¹⁸⁰

Monsenhor Saulieu e Bronseval tiveram várias reuniões e encontros com o rei, com o seu confessor e também com o da rainha, com vários mediadores, com o cardeal D. Henrique, etc. mostrando que do hospital e com relativa facilidade se deslocavam a diferentes locais da cidade, confirmando a sua localização central.

Ainda, mostra que em 1532 o hospital se encontra em pleno funcionamento e teria já conquistado uma posição de afirmação na cidade.

Edifícios administrativos

O Paço da Ribeira e a transferência do poder real para a zona de porto deram origem a grandes construções ligadas ao intenso comércio e a atividades marítimas.

Para além de habitação real, algumas das suas salas “estavam afectas a Serviços Públicos que requeriam a presença do rei, como o Tribunal do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, o Conselho da Fazenda e o Conselho do Estado”.¹⁸¹

¹⁷⁷ Bronseval: 1970, “(...) capela devota e isolada num grande e belo jardim” p. 333; Monsenhor celebrou missa na capela do jardim do hospital (...), p. 339; “Monsenhor celebrou missa muito cedo no jardim do hospital.”, p. 339

¹⁷⁸ *Idem*, p. 332

¹⁷⁹ *Idem*, p.371

¹⁸⁰ *Idem*, p. 447

¹⁸¹ Moita: 1983, p.11

A Alfândega Velha, situada na Praça do Pelourinho Velho, por via do incremento e intensificação do comércio marítimo tornou-se insuficiente para dar resposta ao volume de tráfego, o que terá estado na origem da decisão de D. Manuel I de construir um novo edifício. Em 1530, Damião de Góis descreve a Alfândega Nova como “uma mole imensa de pedra, escorada com grandes traves muito juntas, espetadas a maço no mar, construída à custa por ordem do mesmo rei.”¹⁸²

A casa da Mina e a Casa da Índia

De acordo com Júlio de Castilho, a Casa da Mina, mais tarde Casa da Índia, terá sido edificada antes do Paço Real. “(...) importantes repartições aduaneiras (...) celleiros ou armazéns, colheitas opimas das nossas sucessivas feitorias, (...) eram, como digo, antes do paço situadas na Ribeira.”¹⁸³

Esta informação é confirmada por Münzer dizendo “foram conduzidos à sua *Mina*, que é um grande edifício no porto, onde se guardam grandes quantidades de mercadorias que o rei envia para a Etiópia. Vimos muitos panos com desenhos de várias cores, que o rei faz trazer de Túnis; tapetes, panos, caldeiras de cobre, caldeirões, rosários de limoeiro e de vidro, e outros artigos infinitos”¹⁸⁴

De acordo com as palavras deste viajante a casa da Mina seriam, na realidade, duas casas: a acima referida e um outro edifício onde se encontrava “o que trazem da Etiópia: cardamomo, muitos ramos e cachos de pimenta, dos quais nos ofereceram uma grande quantidade e presas de elefantes. Todo o ouro já tinha, então, sido cunhado, porque é trazido fundido e preparado.”¹⁸⁵ Interessante a referência de que o ouro já viria fundido e preparado.

Nos relatos seguintes não foram feitas nenhuma referências a estes edifícios.

¹⁸² Góis: 1937, p.50

¹⁸³ Castilho: 1893, p. 257

¹⁸⁴ Münzer: 2019, pp. 78, 79

¹⁸⁵ *Idem, idem*

O Arsenal de Guerra

Outro edificio que marcava a paisagem urbana na zona ribeirinha era o do arsenal de guerra. Münzer faz-lhe igualmente referência: “(...) uma grande oficina com muitos fornos, onde se fabricavam ancoras, balas, etc., e tudo o que está relacionado com o mar.” E vimos em quatro grandes edificios, as suas enormes e belíssimas balas, em grande quantidade; também dardos, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo excelentemente fabricado e na maior abundância.”¹⁸⁶

Também Venturino e a sua comitiva visitaram este edificio no terceiro quartel de Quinhentos, considerando-o localizado na praça principal da cidade - “Na segunda-feira seguinte fomos ver o arsenal ou armaria d’el rei, pegado com a praça principal, á beira do Tejo.” A sua descrição dá conta que seria composto dos mesmos edificios que Münzer descreve: - “Compõe-se de três grandes salas todas cheias. (...) N’outra que fica por cima estão lanças para outros; e n’outra morriões e arcabuzes para igual numero de soldados (os portugueses dizem que são para oitenta mil), além de trinta mil armaduras inteiras para cavalaria. Em baixo estão cem peças d’artilheria grossa, e cento e cinquenta de artilheria miúda, bem que muitas d’estas se podiam contar entre as de grande calibre. As munições são abundantes, assim como os materiais para a fabricação, nem nesta parte há mais que desejar.”¹⁸⁷

Nesta praça, podemos assim encontrar importantes e significativos edificios que se impunham na paisagem urbana, dando conta de duas das mais importantes frentes de investimento régio durante esta cronologia: o comércio e a guerra.

Paços, palácios e casas

Posto o olhar lançado aos edificios de propriedade real, viremos agora o olhar para as casas de habitação. Estas serão analisadas em dois grandes grupos: as habitações das elites, ou classes mais altas da população; e aquelas que optámos por chamar de comuns.

¹⁸⁶ *Idem, idem*

¹⁸⁷ Herculano: 1884, pp. 92, 93

O aspeto exterior das casas das elites não parece ter impressionado o olhar dos viajantes, uma vez que surgem nas suas narrativas de forma discreta, essencialmente pelo prestígio dos seus habitantes e a sofisticação dos seus interiores.

O embaixador de Federico III, em 1451, relata que "a imperatriz desposada (...) foi solenemente conduzida (...) do Paço, que ficava na cidade, ao castelo real (...)" Segundo Ruy de Pina, "o recebimento entre a Imperatriz e o procurador de Frederico III se deu nos Paços do Duque, junto a S. Cristóvão."¹⁸⁸ (figura 11)

A data apontada por Norberto Araújo¹⁸⁹ para a construção do primeiro palácio de Vagos é o século XV tendo pertencido ao 1º Duque de Bragança D. Afonso, o que nos remete para a primeira metade quatrocentos. Ou seja, aquando da celebração do casamento de D. Leonor com Frederico III, o paço seria ainda recente.¹⁹⁰

O mesmo autor aponta para que seria aqui que D. Leonor ficou a residir nos dias que intermediaram o seu casamento e a sua partida para Roma, ou seja, entre agosto e outubro de 1451, o que achamos seja a razão pela qual Nicolau Lankemann de Valkenstein, o considera o palácio da senhora Imperatriz. Serão várias as referências ao paço e às celebrações e cerimónias que aí tiveram lugar – "O senhor rei de Portugal determinou várias danças na praça fronteira ao palácio da senhora desposada."¹⁹¹; três dias mais tarde "(...) dia dezoito de outubro, na continuação dos festejos e dos folguedos, chegou frente ao palácio da senhora imperatriz, um animal horrível, em figura semelhante à de dragão, puxado por quarenta homens."¹⁹²; e "no dia vinte e três do mês de outubro, chegou uma grande multidão à frente do palácio da senhora desposada, com diversos instrumentos musicais, trompas, trombetas, etc. (...)"¹⁹³

É ainda referido no mesmo relato que "no dia vinte e quatro do mês de outubro, o senhor rei de Portugal deu um grande festim, em certo palácio, para o efeito erguido naquela

¹⁸⁸ Pina: 1904, p. 122

¹⁸⁹ Araújo: 1950, p. 57

¹⁹⁰ "Paços de S. Cristóvão que pertenceu ao 1º Duque de Bragança. D. Afonso, ao 2º D. Fernando I, e depois ao filho deste, D. Álvaro Regedor da Justiça. (...) O primitivo paço de S. Cristóvão recebeu obras de conservação e alindamento no meado do século XVI, período de que data o portal manuelino que hoje se vê na rua do Regedor." - Araújo: 1950, p. 57

¹⁹¹ Valkenstein: 1992, p. 39

¹⁹² *Idem*, p. 43

¹⁹³ *Idem*, p. 47

ocasião”¹⁹⁴, estando “esse palácio (...) belamente ornamentado com tapeçarias de diversas cores e tecidos e entretecidas com figuras diversas personagens e histórias”¹⁹⁵

Sabemos ainda que o paço antigo, sofreu várias campanhas de obras ao longo dos séculos seguintes, sendo destruído pelo terramoto de 1755, “pouco depois de ter sido reedificado à maneira setecentista, ficando apenas de pé a fachada e o portal manuelino (...).¹⁹⁶ Este portal do século XVI é desde 1910 monumento nacional, e pode ser visto na entrada lateral da Rua do Regedor. (Imagem 12)

Nos relatos de viagem não encontramos referências a outros palácios que não os habitados pela família real. Interpretamos que esta ausência possa ter duas leituras: por existirem poucos e pelo facto dos existentes não terem uma arquitetura discreta e por isso pouco notada.

Os palácios nobres diferenciavam-se das demais construções, sobretudo, pela sua dimensão e pela dimensão do lote que ocupavam, por serem construídos ou terem mais elementos em materiais de maior qualidade, como a pedra, por mais e maiores janelas, pela atenção dada a portais e às molduras das janelas, sendo muitas vezes estes os seus componentes decorativos, e ainda pela existência de uma pedra de armas que identifica o seu proprietário.

As casas mais ricas são apresentadas pelos viajantes mais pelo prestígio e condição económica dos seus habitantes do que pelo seu aspeto e destaque na paisagem urbana.

Em 1514 Taccoen, regista “que as suas casas estão bem recheadas de louças e tapeçarias, porque fazem com elas grande gala, o que sei por experiência.” Ou seja, é através da forma como vivem que retira a sua opinião. “O homem que me alojou, que é de Bruges, mas está lá casado, chamado Gilles de Backere, foi fabricantes de cubas. Agora dedica-se ao comércio. Serve-se diariamente de trinchos, escudelas e pratos de prata e de muitas taças douradas, tão belas que parecem muito valiosas. Nos dias festivos havia sobre o aparador tanta loiça, taças, jarros, pratos de lavar as mãos, tudo dourado, de grande valor e toda a sala coberta de tapeçarias. (...)”¹⁹⁷

¹⁹⁴ No original em latim «*in quodam pallacio specialiter ill tempore ad hoc construto*»

¹⁹⁵ *Idem*, p. 47

¹⁹⁶ Araújo: 1950, p.58

¹⁹⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 128

As “casas” umas sobre as outras

Paradoxalmente, os relatos dos viajantes registam muito mais vezes a casa a que chamámos comum do que as de prestígio. A casa comum, ou aquela que nas representações surge indiferenciada, distingue-se na paisagem urbana não pelo pormenor, mas por uma visão de conjunto. É a casa que cada um habita, reflexo da sua condição social assumindo formas diversificadas. “Isoladamente pouco significa na caracterização do espaço urbano, na leitura do todo. Todavia, o seu carácter repetitivo faz com que ocupe a parte mais significativa do tecido urbano edificado. Ao multiplicar-se no terreno contribui de forma decisiva para a construção da imagem da cidade.”¹⁹⁸(Imagem 13)

Aos olhares estrangeiros, porém, em alguns casos mais atentos aos pormenores poderão ser destacadas algumas características que nos ajudam à sua diferenciação e ao encontro de um padrão que possibilite um melhor entendimento da sua integração na paisagem urbana.

O acidentado relevo da cidade de Lisboa e numa cronologia mais antiga, também a contenção imposta pela muralha, atuam como condicionantes da disponibilidade do espaço para a construção das habitações. Assim, verificamos que as casas se implementavam em pequenos lotes, num esforço de articulação entre o espaço disponível e a população numerosa. No sentido “de aumentar a potencialidade residencial da casa” recorria-se à “sobreposição de andares, ganhando-se assim em altura, o espaço que tantas vezes escasseava na horizontal.” (Trindade: 2002, p. 38)

A construção em altura foi uma solução comum em toda a Europa, onde em média os prédios atingiam os três ou quatro pisos, nas cidades. Apesar desta aparente normalização a altura das casas em Lisboa não deixa de surpreender os viajantes. (Imagens 14, 15)

De acordo com Jerónimo Münzer, em finais do século XV “numa só casa, geralmente, há três, quatro ou cinco habitantes”¹⁹⁹ e cerca de duas décadas mais tarde, o flamengo Taccoen, diz-nos que “em cada uma (casa) vivem três ou quatro famílias, umas sobre as outras.”²⁰⁰ Na verdade, e dependendo da zona da cidade de Lisboa, achamos ser possível que o número de habitantes por casa / edifício fosse superior. Em meados do século XVI, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, afirmava que “as mais das casas sam de dous, três,

¹⁹⁸ Trindade: 2002, p.13

¹⁹⁹ Münzer: 2019, p. 69

²⁰⁰ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 123

quatro, e cinco sobrados.”²⁰¹ Em 1571, também Venturino nos dá conta desta tipologia de casas: “Dobrado era o adorno das janelas e muito junctas, e cada morada três ou quatro andares, que se alugam facilmente pela grande frequência d’extrangeiros.”²⁰²

Numas das raras representações visuais de Lisboa quinhentista que chegaram aos nossos dias, as já referidas pinturas de Kelmscott, “tudo indica estarmos perante um conjunto de edifícios resultante de uma longa evolução, com origem distante no preenchimento de um primeiro loteamento ainda em finais do século XIII.”²⁰³

Luísa Trindade coloca a questão se a opção pela construção em altura em Lisboa poderia estar relacionada com uma influência cultural vinda do Norte da Europa. Face a ser esta uma característica mencionada por vários viajantes oriundos desta geografia tendo-lhes causado espanto, surgem-nos algumas questões: seriam os edifícios dos seus países de origem mais baixos dos que observados na capital portuguesa? Ou seriam estes em muito maior número, impressionando os olhares estrangeiros pela sua quantidade? E ainda, e talvez a mais pertinente, validará a opinião de Luísa Trindade a observação de Münzer de que a rua nova “está construída ao estilo alemão.”?

Não se pode também descartar a possibilidade da influência muçulmana na tendência verticalizante das construções em Portugal. A sua presença levou a que perdurassem no tempo práticas e técnicas construtivas e que a sua influência no desenvolvimento urbano foi e é ainda hoje visível em certas áreas da cidade. Sabemos que em zonas de maior concentração demográfica como no caso da Mouraria ou em Alfama, se deu a construção de inúmeros balcões apoiados em prumos de madeira que avançavam sobre as ruas, à semelhança de muitas cidades muçulmanas. “Estas sacadas em madeira que podiam ocupar a terça parte da rua, vinham por tradição islâmica do musharabié e tinham uma forte presença em toda a cidade, hoje difícil de imaginar.”²⁰⁴

Enquanto processo, todavia, podemos ainda estar perante um resultado de várias influências, produto de permanências e inovações, sabendo de antemão que, quer as comunidades islâmicas, quer a presença de comunidades estrangeiras do norte da Europa, coexistiram na cidade durante largos anos.

²⁰¹ Oliveira: 1551, p.103

²⁰² Herculano:1884, p. 82

²⁰³ Trindade: 2019, p. 295

²⁰⁴ Carita: 1999, p. 82

As casas de Deus

Na cidade de Lisboa, como já atrás mencionado, coexistiam diferentes religiões. Os locais de oração das minorias religiosas, nomeadamente mesquitas e sinagogas, localizavam-se nos seus bairros próprios, sendo apenas referidos por Jerónimo Münzer, que visitou ambas.

No que concerne os edifícios cristãos, a sua sede é aquela que por razões da sua importância é a mais referida, surgindo desde os primeiros relatos.

Impondo-se a meio da colina entre a zona de vale e o castelo, a Igreja de Santa Maria Maior, vulgarmente conhecida como Sé, é ainda hoje um dos mais paradigmáticos edifícios de Lisboa, pelo seu estilo, por todos os testemunhos de várias épocas devido à longevidade da sua presença na cidade e da sua dimensão. (Imagem 16)

Em 1451, Valkenstein diz-nos ser a “igreja metropolitana onde repousa o corpo de S. Vicente”²⁰⁵. Um pouco mais adiante no seu relato refere esta igreja como catedral, e uma curiosa representação preparada para uma das cerimónias realizadas: - “Entretanto uma criança, vestida de anjo, descia da torre alta da igreja, por um engenho de homens, trazendo uma coroa de ouro à senhora Imperatriz, e cantando suspensa no ar. Havia sido armado aí um local à maneira de Paraíso, e dele uma criança angelical, descia pelo ar das alturas, de certa janela da torre, trazendo rosas numa bacia dourada.”²⁰⁶ Ficámos surpreendidos pela sofisticação e engenho desta estrutura.

Segundo Valkenstein, terá sido também aqui que a recém desposada Imperatriz D. Leonor assistiu à missa antes da sua partida para Roma – “No dia vinte e cinco do mês de Outubro, a senhora desposada, dita imperatriz Dona Leonor, foi conduzida pelo senhor rei, pelos príncipes, etc., com grande solenidade, à igreja catedral da cidade, onde repousa o corpo de S. Vicente.”²⁰⁷

As estruturas preparadas para ocasiões comemorativas, voltam a surpreender-nos nos relatos das celebrações de Natal que Ochoa de Isásaga faz em 1500, voltando a dar conta

²⁰⁵ Valkenstein: 1992, p. 37

²⁰⁶ *Idem, idem*

²⁰⁷ *Idem, p. 49*

da montagem de cenários, desta feita no palácio real, que também se nos revelaram de surpreendente requinte e imaginação.²⁰⁸

A referência à igreja mãe de Lisboa volta a ser feita já no século XVI, por Taccoen van Zillebecke, por ocasião das celebrações da Páscoa: “Assisti à Quinta-feira Santa na igreja da Sé, que é uma bela colegiada” e refere-a como sendo “a principal igreja da cidade – cujas igrejas não são nada em comparação com as de cá”. O interesse demonstrado pelo flamengo pela principal igreja, como pode ser lido na continuação do texto prende-se mais com o ritual da época litúrgica do que com a arquitetura do edifício.

Em 1571, Venturino e restante séquito do Cardeal Alexandrino entram na “egreja de Sancta Maria”, referindo ser localizada “perto dos paços reaes.” Nas suas palavras, não tendo acontecido até então, o viajante dá-nos informação de que a principal igreja de Lisboa, como aliás o sabemos hoje todas as catedrais em Portugal, era de devoção a Santa Maria, e refere-se a esta como sendo Sé – “partindo da Sé o Legado com o cardeal infante e muitas outras pessoas (...)”²⁰⁹

De acordo com Damião de Góis, em 1530, seriam vinte e cinco as igrejas paroquiais, não contanto com mosteiros e conventos. Refere ainda o cronista a existência de 131 irmandades, que contribuía anualmente com generosas somas em dinheiro para auxílio dos pobres e obras de carácter social.²¹⁰

Embora estes números distem cerca de trinta e cinco anos do relato do médico alemão Jerónimo Münzer, achamos que servem para dar uma ideia do número de casas religiosas existentes na cidade. Em 1495, dá-nos conta de alguns destes edifícios religiosos: “No monte oposto ao do castelo há um mosteiro de frades carmelitas, tão soberbamente construído pelo infante D. Henrique.”²¹¹ Haverá aqui confusão por parte de Münzer, já que o Convento do Carmo foi mandado construir por D. Nuno Álvares Pereira, e não encontrámos após consulta de obras monográficas nenhuma referência a campanhas de obras levadas a cabo pelo Infante D. Henrique. (Imagem 17)

²⁰⁸ “En cabo de la sala estava fecho un retraymiento grande com paños, de onde sallio un huerto de encantamento, que vénia dentro un arbol menbrillo grande muy bien echo, com muchas ramas espesas llenas de candelas ardiendo, y encima del arbol un dragon muy espantable com três cabeças ferozes y seis manos grandes y com la cola tenia rebujado todo el cuerpo del arbol; y todo el huerto estava cubierto al derredor com paramentos de lienço delgado.” Isásaga: 1963, p. 80

²⁰⁹ Herculano:1884, pp. 83, 84

²¹⁰ Góis: 1937, p. 54

²¹¹ Münzer: 2019, p. 70

Apesar da confusão sobre o encomendante do convento carmelita, Münzer refere a boa construção do edifício dizendo que esta se “poderia pensar ser uma fortaleza.”²¹²

“No mesmo monte (...)” o viajante alemão localiza ainda “o mosteiro da Santíssima Trindade e o de frades menores (...).”²¹³ (Imagens 19, 20) E no monte frontal “o mosteiro de Santo Agostinho, que está na parte de cima do castelo.”²¹⁴ frente ao qual se encontram três dragoeiros que o alemão descreve com grande pormenor e espanto. Este mosteiro é o convento da Graça. (Imagem 21)

O Convento de S. Francisco, ou dos frades menores como é referido, volta a ser mencionado no relato de Bronseval enquanto local onde residia o confessor do rei, mediador dos assuntos tratados entre os visitantes cistercienses e o monarca. Aqui, o francês observa “curiosamente o grande claustro, o de baixo e o de cima. No meio do claustro inferior, estão quatro canteiros lindamente desenhados por meio de uma bordadura decorada com azulejos.”²¹⁵

Diz que Monsenhor subiu “mosteiro de Santo Elói, da ordem de Santo Agostinho situado numa colina abaixo do castelo da cidade, de onde se a pode ver inteira.”²¹⁶

Trata-se de novo de uma confusão por parte de Claude Bronseval no que diz respeito à ordem à qual o Convento de Santo Elói, ou dos Lóios, pertencia. A localização atribuída pelo viajante parece-nos correta, mas o convento pertencia à ordem dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, construído no local onde em 1284 foi fundado um hospital com a invocação de São Paulo e Santo Elói. Em 1552 a comunidade de monges teria cerca de cinquenta religiosos e cinco servidores.²¹⁷

As igrejas de Lisboa parecem não impressionar o olhar de Taccoen van Zillebecke. Para além de mencionar a Sé, quase todas as outras “não são nada comparadas com as de cá” referindo-se certamente às igrejas de Bruges, mostrando estar a escrever o seu relato já no seu país natal e não em viagem.

O Mosteiro de S. Domingos parece, no entanto, surgir aos olhos do flamengo de forma menos incipiente do que os outros edifícios religiosos na cidade. Talvez, e de acordo com a sua descrição, o seu interesse surja pela magnífica capela que os flamengos aí têm de

²¹² *Idem, idem*

²¹³ *Idem, idem*

²¹⁴ *Idem, idem*

²¹⁵ Bronseval: 1970, p. 347

²¹⁶ *Idem, p. 339*

²¹⁷ <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=638> (consulta 10.03.23)

dedicação a Santo André. Nesta capela, integrada no “belo mosteiro dominicano”²¹⁸ celebram-se todos os domingos duas missas, uma rezada para os jovens e outra cantada, e é espaço de sepultamento para os flamengos residentes em Lisboa.²¹⁹ “A capela está toda coberta de tapeçarias com as armas da Flandres, o Leão Negro, e com bancos estofados à volta. Os seus ornamentos estimam-se em dois mil escudos. Vi lá algumas joias muito ricas. A capela está fechada com grades metálicas e existem ainda, diante da mesma, dois altares e um grande espaço para os flamengos serem sepultados dentro da igreja.”²²⁰

O Mosteiro de São Domingos surge muito ligado a comunidades estrangeiras, localizando-se próximo de zonas onde muitos viviam. (Imagem 22)

Para além da capela de Santo André, de ligação à comunidade flamenga, sabemos também aí ter existido uma capela e lugar de sepultamento de italianos, em funções mesmo após a construção da Igreja do Loreto na colina de S. Francisco, em 1518. De acordo com Nunziatella Alessandrini, Pedro Paulo Marchionni, que faleceu em 1564, pertencente a uma família de abastados mercadores com longa tradição na cidade de Lisboa, deixou no testamento, para além das partilhas patrimoniais a vontade de ser “acompanhado na sua última viagem para a capela de Jesus do Mosteiro de S. Domingos (...) por 14 clérigos de S. Julião.”²²¹

Ambas as comunidades eram constituídas por abastados mercadores, e pela descrição de Taccoen acreditamos estarmos perante duas capelas de grande investimento e valor artístico.

Misericórdia

Damião de Góis em 1530, descreve o templo da Misericórdia como sendo “(...) de cantaria, construído com elegância.” e diz-nos manter-se “(...) não pela renda avultada dos prédios, como a maior parte das instituições dos nossos dias, mas apenas pela caridade de homens e pessoas piedosas (...)”²²²

²¹⁸ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, pp. 128, 129

²¹⁹ *Idem, idem*

²²⁰ *Idem, idem*

²²¹ Alessandrini, Flor: 2013, p. 110

²²² Góis: 1937, p. 44

Como já visto, a igreja terá sido construída onde se situava a Sinagoga da judiaria grande, tendo sido dada em troca por D. Manuel I em 1502 à Ordem de Cristo depois da doação da Ermida do Restelo à Ordem de S. Jerónimo.

A igreja não é referida de forma direta pelos viajantes. As referências são feitas sim à sua irmandade e à sua riqueza. A ela alude de modo bastante claro Taccoen van Zillebecke: - “Os mordomos da Misericórdia dão muitas e grandes esmolas, para resgatar cativos de poucas posses. (...) a confraria nada lucra com isso, pois os seus rendimentos provêm todos dos testamentos de ricos mercadores. Sei-o ao certo, pois estive alojado no mesmo local onde estava um dos seus dirigentes; só a custo ele conseguia contar as moedas das esmolas, pesando-as em libras numa balança.”²²³

Damião de Góis, diz-nos que “os dinheiros da Misericórdia, (...) se vão juntando só por dádivas casuais de pessoas piedosas e por esmolas.” Dando conta que as ações levadas a cabo por esta instituição provocam “a generosidade de muitos, nacionais e estrangeiros, para darem mais e mais.”²²⁴

Quer ao longo deste quer de outros relatos as referências a casas religiosas são numerosas e a sua referência tornaria este trabalho exaustivo, pelo que como já referido, preferimos fazer as suas transcrições em quadros apresentados em anexo, por forma a facilitar a sua localização e referenciação futuras.

Salientamos, porém, a descrição de Bronseval sobre o Mosteiro de Odivelas: “É um mosteiro muito importante situado num pequeno vale, no meio de opulentas colinas. Foi danificado pelo tremor de terra (...) há dois anos.”²²⁵ E dá ainda algumas informações sobre o seu interior: “Fomos conduzidos através do claustro no coro inferior da igreja.” “Então, visitámos em seguida a muito bela igreja, longa, pia e convenientemente decorada. O Santo Sacramento está muito devotamente colocado na parede setentrional. Saímos pela porta regular e fomos ao nosso alojamento no priorado dos monges para onde tinham sido levadas as nossas bagagens.”²²⁶ Dando conta da existência de uma comunidade masculina e outra feminina.

No presente trabalho, sentimos muitas vezes a necessidade de refletir criticamente não apenas sobre informações explícitas, mas também sobre os silêncios e as omissões.

²²³ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 127

²²⁴ Góis: 1937, p. 45

²²⁵ Bronseval: 1970, p. 357

²²⁶ *Idem*, p. 359

A que mais nos surpreendeu foi a quase plena omissão de referência ao Mosteiro dos Jerónimos, um dos edifícios, hoje, mais emblemáticos de Lisboa.

Talvez por Monsenhor Saulieu e Claude Bronseval terem tido uma estadia mais prolongada na cidade, foi-lhes possível visitar locais mais distantes, tendo sido os únicos a fazer referência a esta zona da cidade.

A sua situação periférica em relação à cidade, sendo que será apenas em finais do século XIX que a zona de Belém é integrada no perímetro urbano, poderá ser um dos motivos. Para lá chegar, a comitiva francesa teve de andar “ao longo do porto uma boa légua, numa estrada montanhosa (...)”²²⁷A área que liga o Cais do Sodré a Alcântara, atualmente plana, foi aterrada apenas em finais de oitocentos numa obra de grande interesse urbanístico que abriu o acesso à zona mais ocidental. No século XVI, o acidentado do terreno, constituía um obstáculo que nem todos estavam dispostos a enfrentar.

Segundo Damiano de Góis, de Belém “(...) até à primeira extremidade de Lisboa corre a distância de três mil passos. Por todo este trajeto são dignas de ver-se muitas construções de quintas suburbanas, de admirável elegância e aprazimento. Também há campos e pastios (...)”²²⁸

De qualquer forma, não deixa de causar estranheza, que o local escolhido por um dos mais poderosos reis da cristandade na Era Moderna para seu enterramento, obra impactante na imagem da cidade pela sua traça e dimensão, mesmo que não visitada, tenha sido mencionada em apenas num dos relatos de viagem.

E ainda assim, sem grande interesse. O olhar do francês registou apenas o “convento de S. Jerónimo chamado Belém. De um lado, este local fica a dois passos do porto de mar e da entrada deste porto; do outro, planícies ladeadas por montanhas. O rei anterior fez construir este mosteiro.”²²⁹

As observações feitas ao Mosteiro são ao longo do seu diário algo displicentes. A situação parece alterar-se, porém, ao visitar a Torre de Belém, em que vemos o seu olhar assombra-se com esta construção. Foi o único a fazer-lhe referência, apesar da maioria dos viajantes ter entrado em Lisboa por mar.

²²⁷ Bronseval: 1970, p. 339

²²⁸ Góis: 1937, p. 39

²²⁹ *Idem, idem*

“Lá, este mesmo rei Emmanuel, havia construído uma torre inexpugnável no meio da entrada do porto, a duas milhas do mar alto. A estrutura desta torre é extraordinária, porque é construída diretamente sobre o mar, sem nenhuma base rochosa aparente, mas sim na areia. Conseguiu-se na medida do possível, deter a água que aqui vinha inundar tudo com selvageria incansável e abalar as fundações.

Esta torre é algo de assustador. Correntes de ferro correm através das ondas do mar até às praias distantes do porto. Elas são tensas e relaxadas à vontade e servem para proibir qualquer pessoa de entrar e sair do porto.”²³⁰

Entre o relato de Claude Bronseval e a obra coeva de Damião de Góis há uma notável diferença. Enquanto a torre se ergue inexpugnável e extraordinária para o francês é apenas o “fortim de Belém”²³¹ aos olhos do escritor português. E o “templo grandioso, de incrível sumptuosidade e magnificência consagrado a Santa Maria, com um mosteiro dos religiosos que professam a regra de São Jerónimo.”²³² é apenas o Convento a que chamam de Belém para o monge francês.

Talvez um estudo mais aprofundado possa vir a explicar estas visões tão diferentes dos mesmos edifícios.

²³⁰ *Idem, idem*

²³¹ Góis: 1937, p. 38

²³² *Idem, idem*

2.4 - Os interiores domésticos e as artes decorativas

2.4.1 – “Por dentro é mais cómodo que vistoso”

Como veremos ao longo deste capítulo, os interiores das “casas”, termo usado *lato senso*, para designar espaços de habitabilidade transversais à sociedade portuguesa, sofreram alterações ao longo da cronologia aqui proposta, subsistindo, porém, duas características inalteradas: multifuncionalidade e frugalidade. Pelo menos até aos primeiros anos de 1500, estas características, podem ser aplicadas de forma transversal a todas as classes sociais, havendo a partir da data supracitada uma sofisticação das habitações das classes mais favorecidas e uma continuidade de características medievais, mais simples e até de certa ruralidade, nas outras casas.

De uma forma geral, os interiores domésticos das casas correntes medievais eram de reduzidas dimensões e inadequados às novas exigências da era moderna, mas onde ao longo do tempo se foram registando alguns processos de mudança.

A casa corrente medieval, tendo em média uma ou duas divisões, caracterizava-se pela polivalência. No mesmo espaço, tinham lugar todas as tarefas domésticas quotidianas, sendo em muitos casos, simultaneamente o local de trabalho.

Este modelo multifuncional não é apenas encontrado na casa comum. Os relatos dos viajantes, deixam esta mesma imagem relativamente ao palácio real levando-nos a crer que exceção feita a mosteiros e conventos, onde sabemos haver espaços específicos para as várias atividades do quotidiano, esta era uma situação transversal a toda a sociedade.

O reduzido número de divisões e uma estrutura de grande simplicidade seriam características comuns na Europa da Idade Média e da Era Moderna, não deixando, no entanto, de ser mencionadas nos relatos de viagem, o que em nossa opinião, pode ser indicador de que a realidade lisboeta teria contornos algo diferenciados.

Em 1484 Nicolaus Popplau compara as casas portuguesas com as lombardas e as francesas, dando conta do seu aspeto rudimentar – “As casas não estão fornecidas de mobiliário e utensílios domésticos” e também de um certo descuido com as mesmas “nem

tão limpas como as das expressadas nações”, que acreditamos poder advir do seu uso também em atividades profissionais.²³³

O paço real era composto de várias dependências, câmaras e antecâmaras, denotando-se uma certa especialização das dependências de características mais públicas, como espaços de receção e banquetes, salas de audiência e salas de despacho, situação que se diluía à medida que se entrava em espaços de cariz mais privado, nomeadamente os quartos onde, por exemplo, também se tomavam as refeições.

As diferentes divisões dos paços são indistintamente designadas por câmara (e também antecâmara), aposentos ou sala, sem aparente alteração do seu significado.

No relato de Nicolau Valkenstein não encontramos muitas menções aos interiores palacianos. Diz apenas que D. Leonor, já desposada foi conduzida ao castelo real que aí “tomou jantar num aposento, e os embaixadores noutra local, que, todavia, ficava próximo.”²³⁴ E regista a existência de um certo luxo na corte na descrição de um festim oferecido por D. Afonso V, num palácio “especialmente construído para tal ocasião, (...) belamente ornamentado com tapeçarias de diversas cores e tecidos e entretecidas com figuras diversas personagens e histórias (...)” onde “a primeira mesa, e tábua, frente a muitas e grandes baixelas e magníficos objetos de prata e taças, dispostos e colocados de modo régio no respetivo lugar (...)”²³⁵

Cerca de dez anos mais tarde, Nicolaus Popplau projeta uma imagem diferente deste “modo régio” quando visita a corte de D. João II, que à data se encontrava em Setúbal: “Se não há hospedes convidados à mesa, não usa facas; morde com seus dentes, ou parte com as suas mãos o pão, como o rei da Polónia, ainda que tenha uma faca nas mãos. O filho do rei serve-se da faca à mesa. São ambos servidos em pratos e copos ordinários, como se fossem príncipes de uma corte de pouca importância.”²³⁶

Quer no paço da Alcáçova, que no da Ribeira, existiam espaços diferenciados para o rei e para a rainha, e disso nos é dado conta na carta de Isásaga aos Reis Católicos em 1500: “depois o senhor rei foi com a senhora rainha até ao seu aposento; e, deixando-a ali, foi direito à sala grande do seu aposento, que estava muito bem enfeitado com um estrado

²³³ Liske: 1878, p.37

²³⁴ Valkenstein: 1992, p. 34

²³⁵ *Idem*, p. 47

²³⁶ Liske: 1878, pp. 32, 33

grande com um dossel de brocado por cima e por baixo foi posta uma cadeira rica com a sua mesa em frente.” Nesta carta é ainda referido que as refeições eram tomadas em separado, “A senhora rainha tomou a sua refeição na sua câmara (...)”²³⁷, e ainda da existência de locais de oração distintos para o D. Manuel e D. Maria: “O senhor rei ouviu missa na sua capela (...)”²³⁸, e “(...) a senhora rainha ouviu missa no seu oratório (...)”²³⁹

No que concerne o paço da Alcáçova, o confronto entre a carta de Ochoa de Isásaga em 1500 e o detalhe e minúcia da descrição feita por Venturino cerca de setenta anos mais tarde, permitem quase uma reconstituição do interior do paço. Ambos dão conta que se desenvolvia em dois andares, “(...)”, enquanto ele (D. Manuel) ia comer ao andar inferior (*a la cuadro baxa*), (...)”²⁴⁰ ou “Acompanhado de cinquenta tochas, conduziram-no a um aposento no andar nobre, por cima do quarto d’el rei, onde ceou só, e os prelados e gentis-homens de seu serviço em publico, n’uma sala, e em outra bem maior os gentis-homens dos prelados.”²⁴¹ Venturino refere ainda a existência de uma sistema de escadas, portas secretas de ligação às várias dependências, assim como varandas e terraços.²⁴²

Ao longo da sua carta, Isásaga tanto fala de aposentos como de câmara, usando indistintamente esta expressão para se referir às várias dependências do Paço da Alcáçova. É-nos dada a entender a existência de espaços separados para o rei e para a rainha: “E depois o senhor rei foi com a senhora rainha até aos seus aposentos (...)” e continua “e deixando-a lá foi direito à sala grande dos seus aposentos, que estava muito bem preparada (...)”²⁴³ Nesta passagem conseguimos também perceber que os aposentos do rei seriam também compostos de várias salas. Uma vez que são várias as referências a diferentes dependências do paço, optámos por transcrevê-las num quadro em anexo neste trabalho.

De qualquer forma, pela descrição que nos é feita das festividades, apercebemo-nos que as salas se preparavam para a atividade que ia decorrer, trazendo-se móveis, como aparadores com as refeições, por exemplo, o que nos mostra que também no paço as diferentes dependências se adaptavam às diferentes atividades.

²³⁷ Isásaga: 1963, p. 77

²³⁸ *Idem, idem*

²³⁹ *Idem*, p. 73

²⁴⁰ *Idem*, p. 79

²⁴¹ Herculano: 1884, 74

²⁴² Isásaga: 1963, pp. 85, 86

²⁴³ *Idem*, p. 77

Claude Bronseval refere várias dependências no Paço da Ribeira sem grande detalhe, porém. Várias vezes foi à câmara do rei, com quem Monsenhor teve várias reuniões, não fornecendo pormenores sobre o modo como estavam decorados ou divididos.

O relato do Cardeal Alexandrino, é também riquíssimo em informação sobre a forma como as várias dependências da Alcáçova estavam decoradas e com que peças de mobiliário. Apesar de não ter uma opinião muito abonatória do paço, demonstra que aí se vivia de forma confortável, se bem que pouco exuberante: “também por dentro é mais cómodo que vistoso.”²⁴⁴ Uma imagem semelhante é transmitida ao falar do paço onde D. Catarina, já viúva habitava: “Depois de jantar, o Legado cavalgou em uma mulla, acompanhado dos prelados e de quinhentos cavalleiros portuguezes, e seguindo quasi uma milha ao longo da margem do rio, foi apear-se á porta de um convento de freiras franciscanas, donde passou ao palácio da rainha D. Catharina, viúva de D. João III e irman de Carlos V, avó do rei actual.”²⁴⁵ Este seria o palácio de Xabregas, para onde a rainha se retirou depois de enviuar, e onde, de acordo com as palavras de Venturino viveria de modo algo frugal: “Achámo-la (D. Catarina) n’um aposento desadornado, como o era todo palácio.”²⁴⁶

Da multifuncionalidade dos espaços interiores do palácio também Taccoen van Zillebecke nos dá uma imagem clara - “O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com as portas da sala abertas. (...) O monarca dispõe de uma bacia de barro, com quatro asas, com tamanho de cerca de uma pinta, cheia de água. (...) Quando o rei quer uma refeição mais festiva, faz vir para a sala grandes aparadores cheios de ricas louças e manda vir raparigas para a frente da mesa, que dançam enquanto ele come.”²⁴⁷

De modo geral, a dimensão das habitações seria diretamente proporcional ao poder financeiro de quem as habitava, encontrando-se casas térreas e sobradas com uma, duas ou mais divisões. Nas casas térreas, as divisões eram distribuídas de forma horizontal e verticalmente nas com vários sobrados. Frequentemente, nas de um só piso e com duas ou mais divisões, encontramos ainda oficinas ou lojas viradas para a rua e nas traseiras a existência de um quintal, tal como referido por Taccoen, “atrás das casas e estábulos”²⁴⁸.

²⁴⁴ Herculano: 1884, p. 85

²⁴⁵ *Idem*, p. 91

²⁴⁶ *Idem*, p. 90

²⁴⁷ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 129

²⁴⁸ *Idem, idem*

Ainda de acordo com este viajante flamengo, dando a entender não ser esta uma situação comum no seu país, na maior parte das casas “(...) não há chaminés nem retretes. Acendem normalmente o lume num fogareiro, onde cozem e assam, ou fazem-no numa lareira. Ao irem para a cama levam potes ou pequenos bacios e os seus escravos, de manhã cedo, levam-nos à cabeça para a Ribeira.”²⁴⁹ O olhar do flamengo captou ainda a existência de sanitários públicos “(...) mas para os homens há uma boa e grande retrete junto à Ribeira; vai lá quem quer e tem uns bons cem buracos.”²⁵⁰, de dimensão considerável, compreensível sendo esta uma zona de grande movimento e denotando uma preocupação com condições de salubridade.

Nos interiores das casas “a subdivisão faz-se recorrendo aos «repartimentos», em regra de materiais frágeis como a taipa, o tabique, o «tavoado» ou os panos de armar, que, embora rudimentares, permitem atribuir a cada divisão uma função específica.”²⁵¹ Ochoa de Isásaga dá o nome de “retraymiento”, a uma zona dividida com panos no fundo da sala e que seria uma espécie de bastidores para as atividades cénicas que aí decorriam.²⁵²

Com frequência, verifica-se que a cozinha se localiza no piso mais alto, o que facilitaria a extração de fumos, uma vez, que tal como referido por Taccoen, os edifícios não tinham chaminés. Julgamos que o clima ameno da capital portuguesa se poderá constituir como um elemento a ter em conta nesta ausência de fontes de calor. Os custos elevados da construção destas estruturas quer em materiais quer em mão de obra, poderiam ser elementos desmotivantes numa área geográfica em que não seriam tão fundamentais como em climas mais frios.

Existe ainda uma outra tipologia de edifício de habitação, que surge com mais frequência em áreas de maior vocação comercial, como no caso de Lisboa. São as casas que se constroem sobre arcada, e correspondem à imagem que nos é dada, por exemplo, nas pinturas de Kelmscott, onde sobre arcos ou esteios se constroem as casas, ficando a galeria para uso comercial.²⁵³ É ainda possível ver esta tipologia de construção na Iluminura do Livro D’Horas de D. Manuel (imagem 6), na Rua Nova d’el-Rei, e ainda, a existência deste tipo de construção no Rossio (imagem 10), o que nos leva a concluir ser

²⁴⁹ *Idem, idem*

²⁵⁰ *Idem, idem*

²⁵¹ Trindade: 2002, p, 71

²⁵² Isásaga: 1963, p. 80

²⁵³ Trindade: 2002, p. 74

uma tipologia que se poderia encontrar com muita frequência no eixo Rossio – Terreiro do Paço.

No que diz respeito aos pavimentos das casas, também aqui iremos encontrar elementos simples ou inexistentes. “Os pavimentos seriam maioritariamente de terra batida, ao nível do andar inferior, de madeira no sobrado.”²⁵⁴ No relato do Cardeal Alexandrino é-nos dado conta de um outro tipo de pavimento – “Em todos os aposentos havia cheiros suavíssimos, adornos pelas paredes, e juncos no chão. Os do Legado estavam todos tapizados”²⁵⁵ referindo-se ao quarto da sua estadia num palácio no Barreiro.

O aspeto rudimentar e pouco cuidado, e a ausência de sofisticação e conforto dos interiores da casa comum em Portugal, parecem ecoar, de certa forma, também num certo despojamento das casas das classes mais abastadas e até da família real. As casas, câmaras, quartos e outros aposentos, “vestiam-se” para as cerimónias, decorando os interiores e definindo espaços, mas encontrando-se na maior parte do tempo, relativamente vazias sendo o mobiliário necessário trazido à presença do rei ou senhor de acordo com a atividade a ser desenvolvida.

2.4.2 - As artes decorativas

Durante muito tempo pouco olhadas ou olhadas pela historiografia da arte como secundárias ou acessórias, são agora alvo de olhares mais atentos de onde têm surgido obras de enorme interesse.

Na cronologia aqui proposta, as artes decorativas em Portugal revestem-se de uma peculiar relevância, muito por via da grande diversidade de peças e objetos que podemos encontrar, de grande originalidade devido à importação e circulação de peças de todos os pontos do Império. É assim importante a divisão entre as artes decorativas de produção portuguesa e as de importação, onde se contemplam as peças criadas sob encomenda ou não, noutras geografias do império.

²⁵⁴ *Idem*, p. 95

²⁵⁵ Herculano: 1884, p. 74

Têxteis, ourivesaria, cerâmica e mobiliário, eram carregados em pesados barcos que, descarregavam em Lisboa peças únicas, sem paralelo outros países da Europa, e daqui muitas delas seguiriam para outros países europeus.

O exotismo das peças que em Lisboa se comerciavam, manifestava-se tanto ao nível das formas como dos materiais, como marfim, ouro, pedras preciosas, mas também ao nível das formas, adotando-se em muitos casos formas tradicionais dos países de produção com decoração ao gosto dos encomendante.

Destacamos os têxteis neste trabalho pelas abundantes referências que surgem nos relatos de viagem.

Na verdade, no que concerne a família real, sabemos que eram passadas longas temporadas fora de Lisboa, mesmo após a construção do Paço da Ribeira, que de certa forma fixou a corte em Lisboa. Assolada por pestes, a cidade tornava-se irrespirável o que motivava as famílias mais abastadas a dela sair, procurando locais mais respiráveis. Assim, os paços fora da cidade, como no caso de Sintra, vazios a maior parte do tempo, enchiam-se de peças vindas de outros locais.

Esta necessidade de um transporte mais fácil, levou a um gosto muito particular por peças de reduzidas dimensões ou que se movessem com facilidade de uns locais para os outros assim como pelos têxteis, com forte investimento em panos e tapeçarias. Mais fáceis de transportar do que as pinturas, por exemplo, cumpriam a função de aparato e conforto, cobrindo as paredes e os pavimentos.

Em situação de celebração, os interiores e exteriores dos edifícios em Portugal “vestiam-se”, como já referido. Os “panos” forravam paredes, dividiam e definiam espaços e embelezavam os exteriores dos edifícios.

As tapeçarias, acompanhavam a família real e também a nobreza nas suas deslocações aos vários palácios, proporcionando mais conforto nos alojamentos temporários. Eram igualmente usados durante as viagens quando mais longas e obrigando a pernoita, a eles se recorrendo em acampamentos para colmatar o desconforto inerente aos alojamentos improvisados.

As tapeçarias de qualidade, eram artigos de luxo com elevado custo. O seu preço refletia a qualidade dos materiais utilizados, a mão de obra dos autores dos cartões, o trabalho dos tecelões, as taxas pagas a intermediários e os custos de transporte. Assim, tornaram-

se objetos de predileção da família real, de famílias abastadas e do clero, mantendo sempre uma dinâmica de sofisticação, conforto e prestígio.

São peças das quais se encontram grande número de referências, em testamentos, inventários, crônicas, cartas e também nos relatos de viajantes, se bem que são raros os exemplares chegados até aos nossos dias. Apesar da sua extraordinária qualidade de fabrico, o seu manusear e transporte frequente, bem como pó, luz, traças e ratos, são elementos que contribuem para a sua deterioração.

Um dos grandes centros de produção de tapeçarias na Europa era a Flandres, de onde chegaram até aos dias de hoje alguns belíssimos exemplos. Destacamos neste contexto a notável coleção de tapeçarias flamengas do século XVI, do Museu de Lamego, descobertas por Joaquim de Vasconcelos no início do século XX.²⁵⁶ Pertenciam ao episcopado, e durante séculos marcaram a sua presença em várias salas do paço, ilustrando a importância, prestígio e valor artístico que este tipo de peças detinham. (Imagens 23, 24)

Havia também centros de produção em Portugal, embora numa escala mais artesanal quando comparados com a organização da indústria flamenga e a especialização dos seus artistas. Em Lisboa podiam-se encontrar na zona da mouraria tapeteiros a trabalhar, classe que gozava no seio da comuna muçulmana de mais privilégios do que outros mestres, o que enuncia a importância e a procura destes produtos. Filomena Barros, considera os tapeteiros como a “aristocracia comunal”, sendo uma classe de artesãos gozava, desde o reinado de D. João I, de um vasto leque de privilégios, estando “isentos de todos os cargos inerentes ao rei, ao concelho e à comuna (...)”²⁵⁷

A importação de tapeçarias flamengas, que gozava da “proteção dos soberanos vai influenciar positivamente o intercâmbio comercial dos portugueses com Bruges, entreposto da Hansa, originando aí uma feitoria.”²⁵⁸

O recurso aos têxteis é mencionado de forma transversal a toda a cronologia proposta, sendo observado o seu uso quer no exterior e no interior, preparando assim os edifícios para diferentes celebrações, quer no uso quotidiano, criando espaços diferenciados em salas de maior dimensão, um ambiente mais confortável.

²⁵⁶ <https://museudelamego.gov.pt/colecao/tapeçarias-flamengas> - consulta 27.03.23

²⁵⁷ Barros: 1998, p. 97

²⁵⁸ *Idem, idem*

Durante a sua visita, para celebração dos esponsais entre D. Leonor e Frederico III Valkenstein refere que, após a celebração na Sé, o rei de Portugal e a respetiva comitiva, seguindo “processionalmente pela cidade, até um grande palácio, formado para o efeito de tábuas e barrotes, levantado e construído com duas torres altas em torno. As torres e o tecto do palácio eram forrados por um bom pano cinzento e negro, com cores de ouro e prata.” No espaço preparado para a realização de um torneio dá conta de que “havia uma barreira feita de tábuas e barrotes que dividia os combatentes de lança; esta barreira era extensa e estava toda coberta de um bom pano, de cor cinzenta.”²⁵⁹

Ainda sobre os festejos, adianta Valkenstein, que “nesse mesmo dia, à tarde, por ordem do senhor rei de Portugal, todos os panos pendurados e estendidos na praça pelas paredes, durante o tempo do torneio, foram postos à disposição do povo. Cada um levou para seu uso, conforme pode apanhar.”²⁶⁰ Esta atitude do rei, assim como a corrida para apanhar os panos, são demonstrativos da predileção e apreço que estas peças detinham.

Na continuação dos torneios, Valkenstein regista ainda: “panos ricos de diversas cores novamente forma pendurados e estendidos nas paredes, de uma e outra parte, para o torneio.”²⁶¹, sendo que no final, o viajante refere terem os panos, novamente, sido oferecidos ao povo.

Mais à frente, em referência a um palácio “especialmente construído para esse fim naquela época”, diz que “estava belamente ornamentado com tapeçarias de diversas cores e tecidos e entretecidas com figuras diversas personagens e histórias,”²⁶² dando conta de tapeçarias figurativas e historiadas.

Já próximo de 1500, o médico alemão Jerónimo Münzer, em referência aos têxteis, mostra a existência de um comércio de têxteis em Portugal, servindo este de plataforma de ligação entre os países africanos e a Europa. Ao referir-se a D. João II, diz que este “envia a Génova panos de lã de várias cores, como tapetes que fabricam em Túnis; igualmente tecidos...”²⁶³, e alguns dias mais tarde, visitando a Casa da Mina, onde viu “muitos panos com desenhos de várias cores, que o rei faz trazer de Túnis; tapetes, panos, caldeiras de cobre, caldeirões, rosários de limoeiro e de vidro, e outros artigos infinitos.”

²⁵⁹ Valkenstein: 1992, p. 41

²⁶⁰ *Idem*, p. 43

²⁶¹ *Idem*, p. 45

²⁶² *Idem*, *idem*

Esta passagem de Münzer mostra a existência de tapeçarias de outras proveniências que não apenas as flamengas.

Em 1500, pelo Natal, Ochoa de Isásaga, escreve aos reis católicos de Espanha que no dia 24 de dezembro após as orações matinais e refeição na sua câmara, D. Maria reparou que “a casa não estava decorada, como devia para tal festa (...) e mandou que a decorassem logo; e de noite penduraram os panos e o dossel”²⁶⁴

E, ainda na questão do recurso aos têxteis, frequentemente usados para criação de espaços dentro de espaços maiores, relata Isásaga que “ao fundo da sala tinha sido feito um retiro grande com panos.”²⁶⁵

Em 1514, Taccoen, diz-nos que as “casa estão bem recheadas de louças e tapeçarias, porque fazem com elas grande gala, o que sei por experiência.” E adianta, “nos dias festivos havia sobre o aparador tanta loiça, taças, jarros, pratos de lavar as mãos, tudo dourado, de grande valor e toda a sala coberta de tapeçarias.”²⁶⁶

O recurso aos têxteis na decoração de edifícios religiosos é também trazido pelos olhares estrangeiros.

A capela de Santo André, de devoção flamenga, é descrita como sendo de enorme riqueza e “está toda coberta de tapeçarias com as armas da Flandres, o Leão Negro, e com bancos estofados à volta.”²⁶⁷

O Legado Alexandrino, nas palavras de Venturino, presenciou algumas cerimónias, que descreve com algum pormenor e detalhe. Também nesta situação, e apesar desta viagem ter distado mais de um século da de Valkenstein, percebemos que o recurso aos têxteis continuava a ser uma preferência dos portugueses. Chegando ao Barreiro, última paragem antes de Lisboa, diz-nos que na hoje cidade, então vila com trezentos fogos, a casaria do Alcaide “estava toda adereçada de finíssimos pannos de Flandres de seda e ouro, excelentemente historiados.” Os aposentos do Legado, “estavam todos tapizados.”²⁶⁸

Já no dia seguinte, a caminho de Lisboa, deslocaram-se em barcas toldadas de veludo ou tapetes finos. Chegam a uma Lisboa, onde estavam as “ruas ornadas todas de finos pannos

²⁶⁴ Isásaga: 1963, p. 77

²⁶⁵ *Idem, idem*

²⁶⁶ Fonseca, Manhaeghe, Stols: 2014, p. 129

²⁶⁷ *Idem, idem*

²⁶⁸ Herculano: 1884, p. 74

de Flandres e d'outras qualidade, não havendo columna ou parede que d'elles não estivesse coberta.” As janelas “colgadas de riquíssimos tapetes e colchas (...)” de tal modo que “d'um e d'outro lado não se via o tamanho d'um dedo, que não estivesse coberto de tapetes e pannos divididos por quadros de figuras em vulto, ou bordados de vistosa apparencia.”²⁶⁹

E se as ruas se encontravam assim vestidas, no velho Castelo, onde D. Sebastião escolheu morar, também a sala “se encontrava forrada dos mesmos pannos de Flandres” destacando um, no topo de uma varanda, caracterizando-o como belíssimo (...) com uma imagem da virtude (...).”²⁷⁰

No que diz respeito ao mobiliário, também neste caso nos apercebemos haver uma polivalência e versatilidade, sendo as poucas peças postas e dispostas de acordo com a necessidade, a par com certa frugalidade.

Popplau, dá-nos esta informação claramente. Diz o viajante polaco que – “As casas não estão fornecidas de mobiliário (...).”²⁷¹

A carta de Ochoa Isásaga, mostra que o recurso a um estrado, com dossel, era uma das presenças nas salas e aposentos, onde era colocada uma cadeira e mesa para as refeições. A sala grande do aposento do rei, “muito bem decorada, e feita com um estrado grande com o seu dossel de brocado em cima, e por baixo posta uma cadeira rica com a sua mesa em frente.”²⁷²

Dá ainda indicação de uma outra peça de mobiliário, o aparador, que era “feito”. Esta peça seria um móvel de luxo com diversas prateleiras, onde se dispunham pratos e baixelas frequentemente cobertos por um dossel. “E depois de feita a refeição, a senhora rainha vendo que a casa não estava adornada, como devia para tal festa, mandou que a adornassem logo; e de noite penduraram os panos e o dossel e fizeram o aparador.”²⁷³

Esta passagem, mostra-nos, como já atrás referido, que as salas eram “feitas” e preparadas de acordo com as necessidades que a ocasião pedia. Tal como nos é trazido por Venturino, relativamente ao paço onde habitava D. Catarina “(...) começou a conversar (D. Catarina) com o Legado em língua hespanhola e em voz alta, por espaço de hora e meia, tendo-se

²⁶⁹ *Idem*, p. 84

²⁷⁰ *Idem*, pp. 85, 86

²⁷¹ Liske: 1878, p. 27

²⁷² Isásaga: 1963, p. 77

²⁷³ *Idem, idem*

ella assentado no chão e o Legado defronte, em uma cadeira de couro, ambos sem docel, estando, entretanto, os prelados n'outro aposento, onde por orgulho ou descuido, não havia cadeiras.”²⁷⁴

O facto de as rainhas e infantas se sentarem no chão parece ser uma prática comum nesta cronologia. Mais adiante no seu relato, o Legado em visita a D. Maria, irmã de D. João III, “(D. Maria) esperava em pé pelo Legado, n'um aposento forrado de pannos de Flandres de sede e ouro, debaixo de um docel de brocado. (...) Depois assentou-se no chão debaixo do docel, e o Legado defronte della em uma cadeira de veludo carmesim franjada d'ouro.”²⁷⁵

Sendo que os aposentos ou espaços interiores, eram também utilizados para diferentes atividades, as peças como cadeiras, mesas ou cadeiras eram postas e dispostas em concordância com as atividades a desenvolver. As refeições eram tomadas, frequentemente, nos aposentos.

A tomada das refeições sobre um estrado, era uma prática diária. De acordo com o enviado espanhol, D. Manuel I “comeu num estrado, onde costuma comer nos outros dias, sentado numa rica cadeira de dossel de brocado.”²⁷⁶

O estrado e o dossel criavam na sala um espaço diferenciado, onde as figuras reais se sentavam, evidenciando a sua condição.

Adianta ainda o espanhol que o “aparador da senhora rainha estava posto”²⁷⁷ o que nos parece indicar a preparação diferenciada de aparadores diferentes para o rei e para a rainha, possivelmente, contendo comida distinta para ambos, o que será compreensível tendo sido já visto que as refeições eram tomadas em espaços diferentes. Existem outras referências ao aparador da rainha. O aparador, era trazido, com pompa e circunstância – “o manjar da senhora rainha foi trazido num aparador com trompetas.”²⁷⁸, e a rainha (e por extensão acreditamos também o rei) eram servidos segundo um protocolo institucionalizado. Isásaga, diz que “no serviço de mesa não houve mais diferença que nos outros dias” sendo que havia funções para diferentes membros da corte, próximos da rainha, como cortar, fazer o prato, levá-lo até à rainha, servir a bebida, etc.²⁷⁹ As refeições

²⁷⁴ Herculano: 1884, p. 90

²⁷⁵ *Idem*, p. 91

²⁷⁶ *Idem*, p. 79

²⁷⁷ *Idem, idem*

²⁷⁸ *Idem*, p. 79

²⁷⁹ *Idem, idem*

do rei e da rainha, passavam assim por um protocolo que não se cingia apenas aos dias festivos.

Conclusão

Os viajantes dos quais aqui analisámos os escritos, estiveram em Lisboa num período paradigmático da história da cidade, em que esta se posicionava e afirmava de forma axial num mundo que se descobria e se ligava a outras geografias. Era um poderoso e importantíssimo entreposto comercial, fazendo a ponte entre Ocidente e Oriente e por isso despertava uma imensa curiosidade que levou a que fosse retratada e descrita através de inúmeros olhares.

O registo destes olhares, enquanto construções individuais, permite-nos aceder a memórias em que perante o mesmo lugar se criam diferentes versões da mesma história a partir das experiências, vivências e conhecimentos pessoais, o que confere aos relatos de viagem, como fonte documental para a historiografia, uma impressionante riqueza.

Mais descritivos, factuais e detalhados ou fornecendo imagens mais panorâmicas, os relatos de viagem nas suas diferentes formas, são perspectivas outras que fornecem, sem dúvidas, importantes estímulos à reflexão e colocação de novas questões à História da Arte.

A conjuntura socioeconómica durante a cronologia visada levou a uma intensificação das viagens, que se tornaram mais frequentes, agilizadas e com horizontes mais alargados, permitindo, por isso, um maior e mais assíduo contacto com outras culturas e vivências. Por outro lado, deram-se significativos avanços científicos e tecnológicos, de entre os quais destacamos a invenção da imprensa, que teve um enorme impacto na transmissão de conhecimentos e no número de narrativas de viajantes que chegaram até nós.

De forma transversal, a imagem percecionada de Lisboa foi de grandeza. Uma cidade que crescia de forma acelerada em número de habitantes, em muito atraídos pelo seu florescimento comercial. Esta imagem é, sobretudo, registada pela concentração de casario, uma vez que os limites físicos da cidade, essencialmente contidos em duas colinas e uma zona de vale, fixaram-se em finais de quatrocentos e mantiveram-se inalterados. Em 1451, era percecionada como um monte altíssimo, mas aproximando-se da viragem do século, em 1495, a sua imagem fixa-se como atrás referido em duas colinas e um vale que se estende até ao mar, sendo esta a imagem transmitida pelos viajantes até finais da cronologia aqui estudada.

Apesar de durante este período se terem edificado importantes obras de investimento do poder real, foram as muitas casas comuns que se construía na cidade que prenderam a

atenção dos viajantes. Erguidas umas sobre as outras, impressionavam os olhares estrangeiros pela sua quantidade e altura, criando uma mancha na paisagem urbana destacada em quase todos os relatos.

Na transição entre os séculos XV e XVI, o Rossio é, na opinião dos viajantes, a praça maior. Aqui se construíram importantes edifícios como o palácio dos Estaus, obra concebida para bem receber ilustres visitantes como embaixadores e nobres, e o Hospital Real de Todos-os-Santos, importantíssima obra de assistência que durante séculos marcou esta praça. À volta destes edifícios contruíram-se inúmeros prédios de rendimento, alguns de propriedade régia, onde habitavam famílias abastadas, portuguesas e estrangeiras, muitas delas com atividades ligadas ao comércio.

Porém, fruto de um longo processo, outra praça se afirmava na zona junto ao rio, consolidando-se a sua posição de centralidade com a construção do Paço da Ribeira e a conseqüente mudança do poder real para a zona baixa no dealbar do século XVI, integrando o porto na paisagem urbana. Também aqui, se foram construindo ou melhorando importantes edifícios, como o da Alfândega Nova, a Casa da Mina e da Índia e o Arsenal de Guerra, por forma a melhor corresponder à demanda imposta pela expansão marítima e o crescente comércio. Ao longo da leitura dos relatos, vamo-nos dando conta da bipolarização da cidade entre estas duas praças.

Podemos afirmar que com maior predominância de referenciação de uma ou de outra praça, ambas tiveram um posicionamento de destaque ao longo de toda a cronologia, com investimento em grandes construções régias, sendo este o eixo urbano dominante.

Outros grandes edifícios se construíam, não deixando de ser curiosa a quase total ausência de referência ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém, contrariando de certa forma, a presença e importância que estes dois edifícios detêm atualmente na cidade.

Todas estas novas construções evidenciavam dinâmicas de inovação, mas também de permanência de modelos e modos construtivos. A madeira, mostrou ser um material fundamental, ao qual se recorria com à-vontade, permitindo erguer estruturas de forma rápida e possibilitando uma das soluções encontrada para combate à falta de espaço para novas habitações. A construção em altura, compensando com a verticalidade a falta de espaço terreno, foi o denominador comum que impressionou os olhares estrangeiros.

As casas comuns eram espaços pequenos e multifuncionais, servindo não apenas de habitação, mas também como loja ou oficina, e que, ainda em finais de quatrocentos, eram

observadas pelos viajantes com características algo rudimentares e frugais. Esta visão algo crítica e desencantada estendia-se também à corte. Ao longo dos relatos foi, porém, possível registrar sinais de que os interiores domésticos se sofisticavam, tornando-se mais confortáveis quer pelo recurso aos têxteis, quer enchendo-se de peças de grande qualidade.

De entre os elementos de requinte, os têxteis, usados de forma transversal à sociedade, vestiam os interiores e os exteriores e foram amplamente destacados. Os panos, usavam-se para definição de espaços dentro das casas e revestiam paredes exteriores enquanto decoração de espaços civis e religiosos, durante toda a cronologia. Referencia ainda às tapeçarias, sinónimos muitas vezes de prestígio e poder, frequentemente importadas de outras geografias e grandes centros de produção como a Flandres.

É grande a diversidade de temáticas sobre as quais futuros trabalhos se possam desenvolver e enriquecer recorrendo ao contributo dos relatos de viagem.

Desde logo, o alargamento espaço-temporal, que permitirá uma melhor contextualização da História da Arte enquanto processo, e esta visão outra quando estendida ao restante território português, tarefa certamente hercúlea dada a sua extensão, revelar-se-á paradigmática no entendimento da presença da arte portuguesa no mundo.

A compreensão dos interiores domésticos nos quais decorriam as práticas quotidianas, quais os objetos usados, a sua origem, os materiais de que eram feitos, poderá igualmente encontrar nas narrativas de viagem elementos fulcrais para a sua articulação.

O estudo dos têxteis, recurso tão frequentemente mencionado pelos viajantes, sejam eles “os panos” ou as grandes tapeçarias, podem de igual forma beneficiar de um olhar sobre os escritos de viagem, no melhor entendimento do particular gosto português por este tipo de peças.

A arquitetura efémera e a preparação de grandes festas, as sofisticadas produções cénicas de engenho muitas vezes surpreendente, como nos é dado conta por Nicolau de Valkenstein, Ochoa de Isásaga, ou João Baptista Venturino encontrarão, certamente, nos relatos de viagem um solo fértil para desenvolvimento de estudos futuros.

Por último, as informações por vezes tão pormenorizadas que os viajantes trazem, sobre o modo como portugueses e estrangeiros se vestiam, os materiais utilizados, a diversidade de estilos, descritos como “à flamenga” ou “à francesa”, permitirão a construção de uma imagem que aliada às representações visuais em muito se pode enriquecer.

O exercício em que nos posicionamos enquanto o outro dos outros tem tanto de desafiante como de fascinante. A dicotomia entre subjetividade e objetividade impôs muitas vezes o equilíbrio de forças contrárias por forma a interpretar perceções e a tentativa de lhes conferir um valor factual através da articulação de vários elementos, como a origem e a experiência dos viajantes, os factos e imagens relatadas e o seu confronto com documentação coeva e a produção historiográfica, que nem sempre foi possível realizar de forma pacífica. E é exatamente esta dinâmica de reflexão e questionamento que conferem a este tema contornos de enorme interesse.

É, porém, altura de abandonamos este trabalho, pois “se eu pretendesse descrever tudo o que existe no âmbito da cidade, seria arrastado para mais longe do que convém; por isso não quero afastar-me mais tempo daquilo que me propus.”²⁸⁰ Colocamos aqui um ponto final, onde na verdade, o mais correto seriam as reticências, pois o tema está longe de esgotado, tendo-se levantado somente uma ponta do véu e das muitas pedras levantadas muitas mais ficaram por levantar.

E foi assim, enquanto o outro dos outros, que vimos Lisboa.

²⁸⁰ Góis:1937, pp. 39 e 40

Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella, Flor, Pedro, “Indícios, sinais e moradas dos Italianos "estantes" em Lisboa (séc. XVI)”, *Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*, Cátedra A. Benveniste, Lisboa, 2013, pp. 103-121

BARROS, Maria Filomena Lopes de *A comuna muçulmana de Lisboa, sécs. XIV e XV*, Biblioteca de Estudos Árabes, Editora Hugin, Lisboa, 1998

BRONSEVAL, Claude, *Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

BUARCOS, João Brandão de, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na segunda metade do século XVI: Estatística de Lisboa de 1552*, Livraria Ferin, Lisboa, 1923

BUESCO, Ana Isabel, *D. João III*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2011

CARITA, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999

CASTILHO, Júlio de *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga Bairros Orientais*, Serviços Industriais da CML, Lisboa, 1935

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, Círculos de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, 2005

FARINELLI, Arturo, *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media Hasta el Siglo XX*, Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Científicas, Madrid, 1920

- FONSECA, Jorge, Stols, Eddy, Manhaeghe, Stijn, *Lisboa em 1514 – O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, (2ª série), Editora Húmus, Vila Nova de Famalicão, 2014
- FOULCHÉ-DELBOSC, R. ed., *Bibliographie des Voyages en Espagne et en Portugal*, H. Welter, Paris, 1896
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1980
- GARCÍA-ROMERAL, Carlos Pérez, “Notas para un estudio historiográfico de los viajeros por España y Portugal en los siglos XV al XVI”, *Los extranjeros en la España moderna actas del I Coloquio Internacional, Málaga, 2003*
- GÓIS, Damião, *Lisboa de Quinhentos, Descrição de Lisboa*, Livraria Avelar Machado, Lisboa, 1937
- JORDAN, Annemarie, *D. Catarina, A Rainha Colecionadora*, Editora Temas e Debates, Lisboa, 2017
- JORDAN, Annemarie, Lowe, Kate, eds. *A Cidade Global: Lisboa no Renascimento*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2017
- LOPES, Paulo Catarino ed., *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI: Olhares, Relações, Identidade(s)*, IEM / CHAM, Lisboa, 2019
- MOITA, Irisalva, *Lisboa Quinhentista, a Imagem e a Vida da Cidade*, Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1983

- MÜNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal – 1494-1495*, Editora Maxtor, Madrid, 1951 (1º edição), 2019
- NASCIMENTO, Aires A., *Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452*, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumário e [m] que Breuemente se Contem Alguas Cousas Assi Eclesiásticas como Seculares que ha na Cidade de Lisboa*, fl. 15, 1551
- PAULINO, Maria Clara, *Lisboa e arredores em notas de viajante, ca 1750-1850*, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Edição Afrontamento, Porto, 2013
- PINA, Ruy de, *Chronica de El-Rey D. Affonso V*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1904
- POPPLAU, Nicolas, “Nicolas Popplau, siglo XV”, Javier Liske, ed., *Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII*, s.l., Casa Editorial de Medina, 1878, pp. 9-65
- SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal – Círculo de Leitores, Lda. e Editorial Caminho*, Lisboa, 1981
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002
- SOUZA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Caza Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-55, tomo II, VI
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus na Época dos Descobrimentos*, ELO, Lisboa, 1995

TORRES, António de Las, Luiz Suarez Fernandes, eds., *Documentos Referentes a las Relaciones com Portugal Durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Valladolid, 1963

TRINDADE, Luísa, *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Edição Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2002

VILLALBA, Bartolomé, *El Pelegrino Curioso Y Grandezas De España*, Nabu Press, E.U.A, 2010

Artigos em periódicos

ARAÚJO, Norberto, Palácio de Vagos, *Inventário de Lisboa*, fasc. 7, Lisboa, 1950, pp. 57-59

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XV: Instituições e economia, O relato do veneziano Lunardo de Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, nº 4, 1979, pp. 75-88

HERCULANO, Alexandre, “A viagem do Cardeal Alexandrino (1571)”, *Opúsculos*, Tomo VI, Lisboa, 1873-1908, pp. 49-93

MACEDO, Luiz, *Uma curiosa descrição do palácio da Regência em 1836*. Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais. Lisboa: Câmara Municipal Nº 6 (1932), p. 8

TRINDADE, Luísa, “Que se erga parede de pedra e cal”, *Aedificare Revue internationale d’histoire de la construction 2021-1, n°9*, Classiques Garnier, Paris, 2022, pp. 287-321

Webgrafia

AAVV – *História da Construção, os materiais*, coord. Melo, Arnaldo Sousa, Ribeiro; Maria do Carmo, Edição CITEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória e LAMOP Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris (Université de Paris 1 et CNRS), Braga, 2012

http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/21335/1/A_Melo%20e%20Ribeiro%20MC_Os%20materiais%20empregues%20nas%20constru%20c3%a7%20c3%b5es%20urbanas%20medievais.%20Contributo%20preliminar.pdf (consulta 03.04.2023)

Projeto LX Conventos

<https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/geral.aspx?begin=1> (consulta 07.04.23)

Actas do I Colóquio Internacional que decorreu em Málaga em novembro de 2002 - *Los extranjeros en la España Moderna* Edição de M. B. Villar García e P. Pezzi Cristóbal, 2003, 2 volumes, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=3567> (consulta 03.04.23)

HUYLEBROUCK, Roza, *Portugal e as Tapeçarias Flamengas*, Revista da Faculdade de Letras, Série II, vol. 3, 1986

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5827/5485> (consulta 03.04.2023)

BAS MARTIN, Nicolás, *Los Repertorios de libros de viajes como fuente documental*, Anales de Documentacion, nº 10, págs. 9-16

<https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/285> (consulta 03.04.2023)

RIJO, Delminda Maria Miguéns, *Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Santo Ofício*, Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016), pp. 19 – 49

https://www.academia.edu/27938336/Pal%C3%A1cio_dos_Estaus_de_Hospedaria_Rea_l_a_Pal%C3%A1cio_da_Inquisi%C3%A7%C3%A3o_e_Tribunal_do_Santo_Of%C3%ADcio The Estaus Palace from Royal Guest House to Inquisition Palace and Santo Of%C3%ADcio Court (consulta 03.04.2023)

<https://www.deutsche-biographie.de> (consulta 07.04.2023)

Imagens



Figura 1 - Figura de Lisboa no livro *A Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Francisco de Holanda, 1572. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figura_de_Lisboa_\(1572\)_-Francisco_de_Holanda_in_A_F%C3%A1brica_que_Falece_%C3%A0_Cidade_de_Lisboa.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figura_de_Lisboa_(1572)_-Francisco_de_Holanda_in_A_F%C3%A1brica_que_Falece_%C3%A0_Cidade_de_Lisboa.png)



Figura 2 - Detalhe de um fresco da Biblioteca do Cardeal Francesco Piccolomini em Siena: o bispo Enea Silvio Piccolomini apresenta Leonor de Portugal a Frederico III de Habsburgo. Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Libreria_Piccolomini#/media/Fichier:Pintoricc

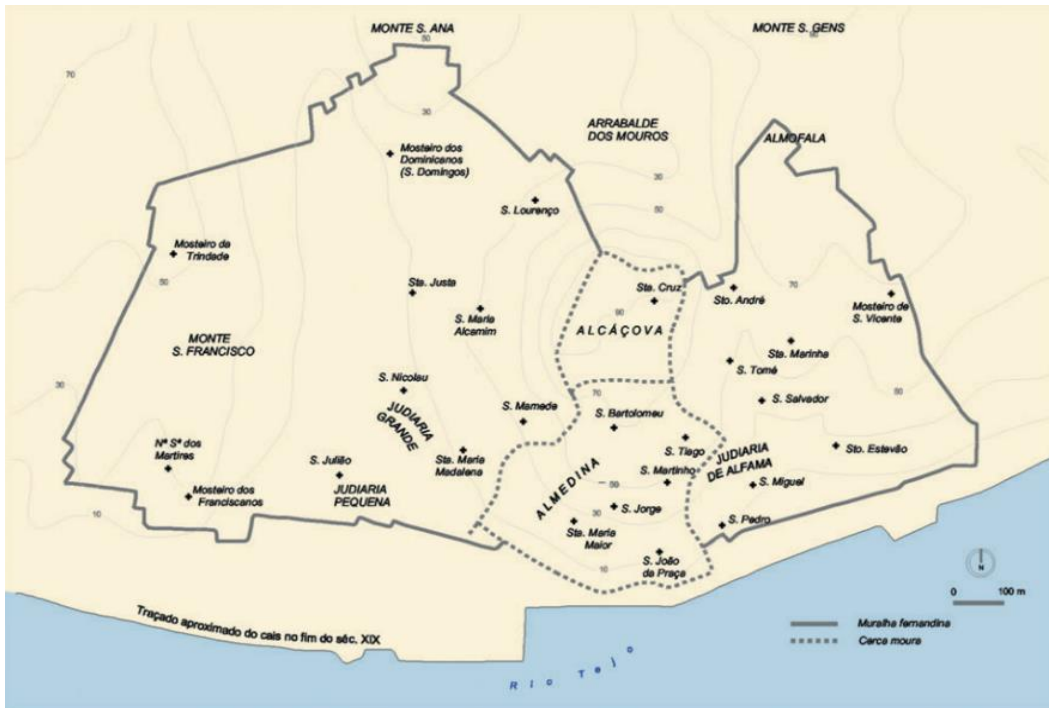


Figura 17 Muralhas e Freguesias de Lisboa nos séculos XII/XIV

Figura 3 - Muralhas de Lisboa nos séculos XII / XIV.

Fonte:

https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/nt1vnyjpf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS57ED36183CF6D/ATLAS_02.PDF



Figura 5 - Localização das principais artérias onde se verifica a presença de italianos em Lisboa entre os séculos XV e XVI. Fonte: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/11317/1/cap_25.pdf



Figura 6 - Livro de Horas, dito de D. Manuel. Atrib. António de Holanda. Portugal, 1517-c. 1551. Têmpera e ouro sobre pergaminho 14 x 11 cm. Proveniência: Palácio das Necessidades, Lisboa. Reservas Museu Nacional de Arte Antiga. Fonte: <http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/iluminura/livro-de-horas-dito-de-d-manuel>



Figura 7 - Castelo de Graz. Gravura sobre cobre de Matthäus Merian. Vista a partir do lado Sudeste c. 1679. Fonte: [https://de.wikipedia.org/wiki/Burg_am_Grazer_Schlo%C3%9Fberg#/media/Datei:Topographia_Austriacarum_\(Burg_am_Grazer_Schlossberg\)_200.jpg](https://de.wikipedia.org/wiki/Burg_am_Grazer_Schlo%C3%9Fberg#/media/Datei:Topographia_Austriacarum_(Burg_am_Grazer_Schlossberg)_200.jpg)



Figura 8 - Detalhe do Castelo de São Jorge e das muralhas da cidade no panorama geral de Lisboa durante o cerco de D. Afonso Henriques na "Crónica de D. Afonso Henriques" de Duarte Galvão (1505). Fonte: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Castle-DuarteGalvao3.jpg>



Figura 10 - Palácio do Conde de Vagos. Portal lateral na Rua do Regedor c. 1901.

Fonte: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/02/>



Figura 11 - Crónica de D. Afonso Henriques, vista de Lisboa atrib. Duarte Galvão (c. 1505). Museu Biblioteca de Castro Guimarães

Fonte: https://catic.esa.ipsantarem.pt/red/hist/ficha_imagem.php?cod=149



Figura 12 - Vista de Nuremberga, Crónica de Nuremberga, 1492, autoria de Hartman Schedel.

Fonte: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-40458793>



Figura 13 - Mercadores de Buges, primeira metade do século XVI, atrib. Simon Bening - Biblioteca Municipal de Munique, cod. lat. 23638, fol. 11vol. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Bruges#/media/File:Simon_Bening_-_Oktober.jpg



Figura 14 - A Sé de Lisboa no século XVI, ilustração de Alfredo Roque Gameiro no livro *História de Portugal popular e ilustrada*, 1899.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_S%C3%A9_de_Lisboa_no_s%C3%A9culo_XVI_-_Hist%C3%B3ria_de_Portugal_popular_e_ilustrada.png



Figura 15 - Maqueta da "IGREJA DO CONVENTO DO CARMO", século XV, apresentada em 3D no Museu da Cidade. Fonte: <https://aps-ruasdelisboacomhistoria.blogspot.com/2014/05/largo-do-carmo-r.html>



Figura 16 - Convento de Santo Elói, Pormenor da maqueta de Lisboa antes do Terramoto de 1755, José Vicente, Museu de Lisboa. Fonte: <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/txconventos/ficha.aspx?t=i&id=638>



Figura 17 - Convento da Santíssima Trindade, Maqueta de Lisboa antes do Terramoto de 1755, Museu de Lisboa. Fonte: <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/txconventos/ficha.aspx?t=ic&id=638>

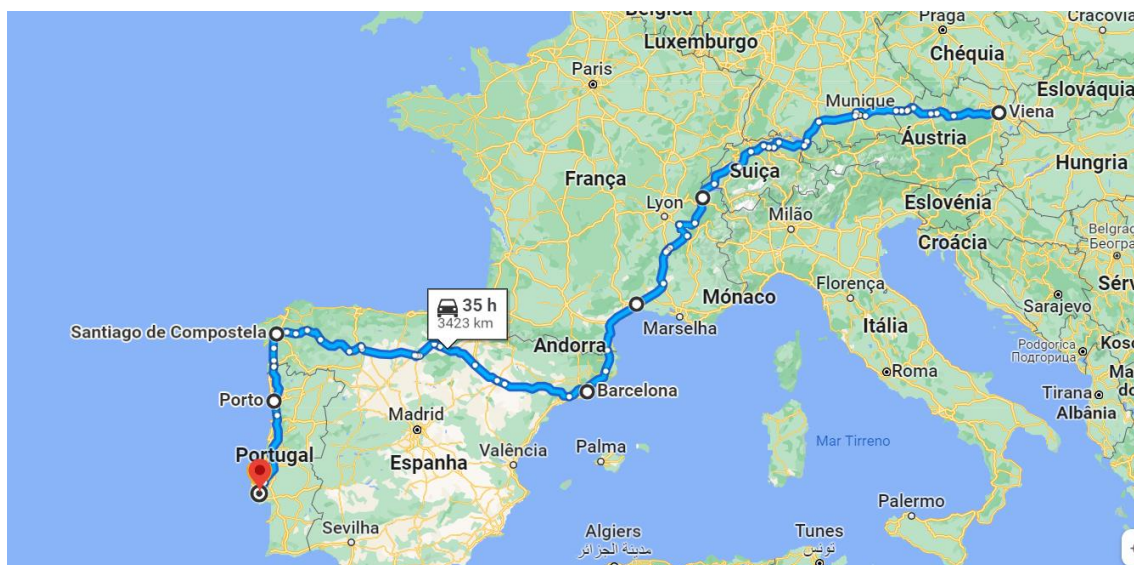


Figura 18 - Convento de São Francisco da Cidade, pormenor da maqueta de Lisboa antes do Terramoto de 1755, José Vicente. Fonte: <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/txconventos/ficha.aspx?t=ic&id=638>

Anexo 1

Mapas e itinerários

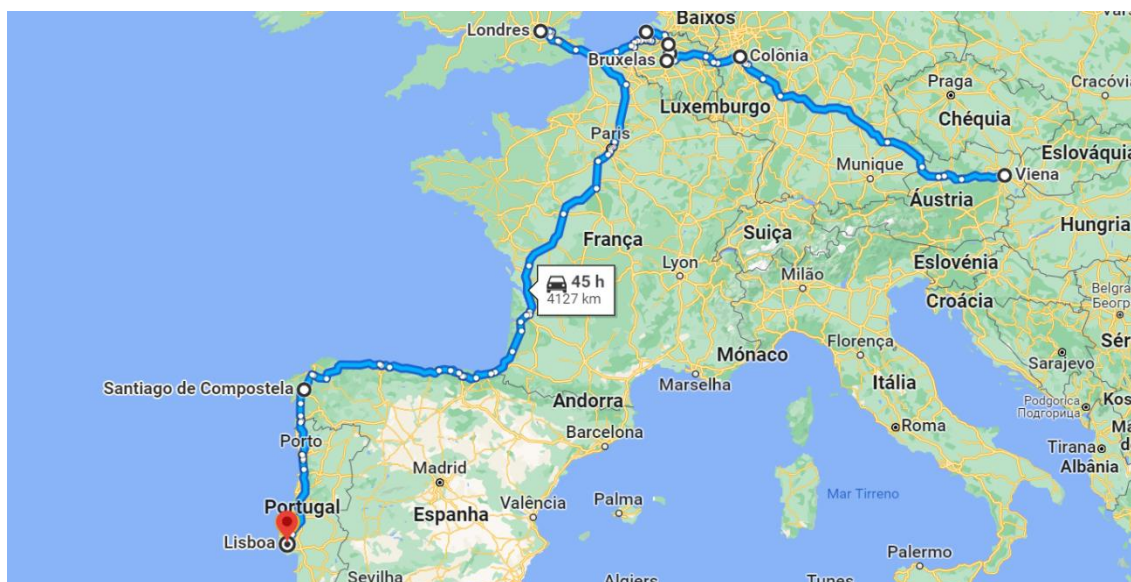
Viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein



Viena, Alemanha, Ducado de Saboia, Genebra, Lés Écheles, Languedoque, Montpellier, Toulouse, Roncesvales, Catalunha, Gerona, Barcelona, Saragoça, Lérida, Burgos, Ponferrada – Galiza, Santiago de Compostela, Tui, Guimarães, Porto, Coimbra, Batalha, Alcobaça, Vila Franca, Lisboa.

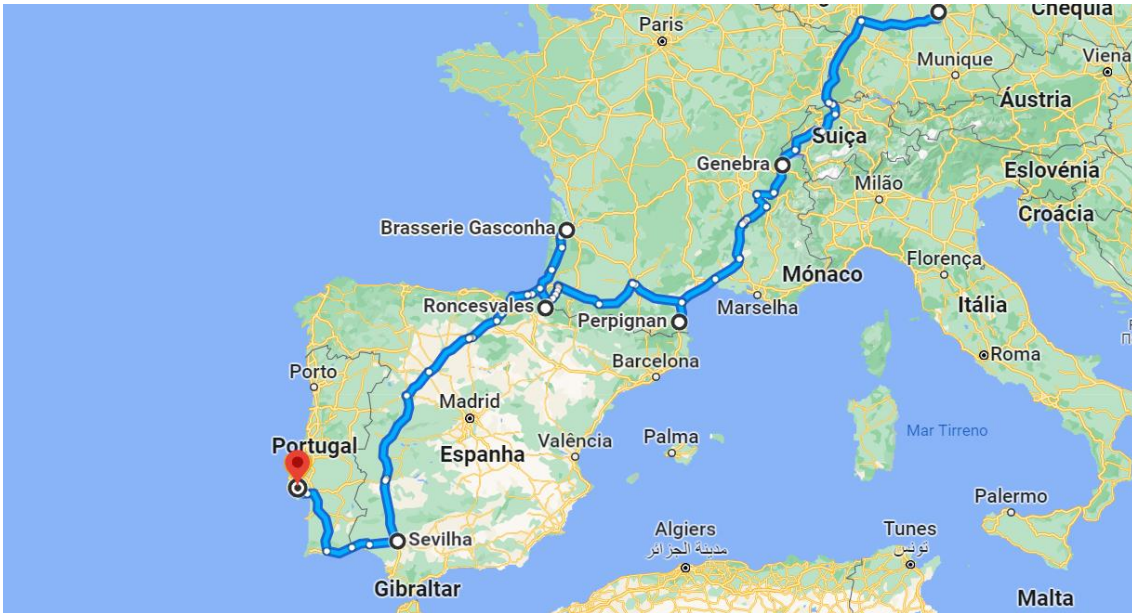
Nota: O percurso entre Vila Franca e Lisboa foi realizado de barco

Viagem de Nicolau von Popplau



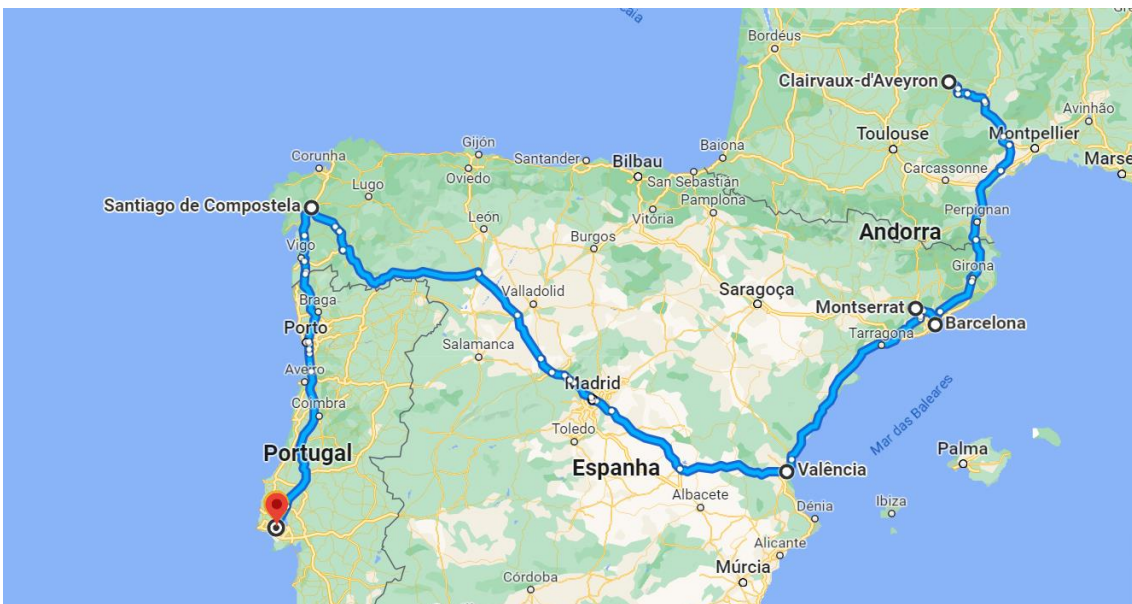
Viena, Heidelberg, Koblenz, Bona, Colonia, Maastricht, Bruxelas, Malinas, Antuérpia, Middleborough, Londres, Santiago de Compostela, Tui, Valencia, Ponte de Lima, Lisboa, Setúbal, Lisboa

Nota: o percurso entre Londres e Santiago de Compostela foi efetuado de barco.



Feldenkirsch, Nuremberga, Genebra, Perpignan, Roncesvales, Gasconha, Sevilha, Évora, Lisboa

D. Edme de Saulieu e Claude Bronseval



Claraval, Barcelona, Monserrate, Valencia, Santiago de Compostela, Lisboa

Cardeal Alexandrino



Roma, através de França, Madrid, Badajoz, Elvas, Vila Viçosa, Évora, Montemor-o-Novo, Palmela, Barreiro, Lisboa

Anexo 2

Transcrições de passagens dos relatos de viagem relativos a urbanismo /
arquitetura e interiores domésticos / artes decorativas

Transcrição Referências Urbanismo / Arquitetura

Data	Autor	Transcrição	Pág.	Localização do documento
Julho 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Lisboa é uma cidade notável, e muito maior que Viena, na Áustria; tem um grande e alto monte, com um castelo muito forte, como o de Graz na Estíria.	29.	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Julho 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"(...) e conduziram-nos a Lisboa, ao castelo situado num monte alto (...)"	29	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Julho 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"(...) e por tanta fadiga em tal tempo quente, pelas vicissitudes dos caminhos e pela chuva, e, para os confortar, mandou conduzi-los ao palácio destinado para eles na cidade (...)"	29	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Julho 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"(...) o senhor rei, em pessoa, levou-os por sua mão (embaixadores), primeiro à ilustríssima senhora rainha de Portugal, esposa do rei, que estava sentada no trono, como era habitual, no seu palácio, (...)"	29	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Agosto 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Seguidamente, o próprio rei de Portugal conduziu-os a um outro palácio, preparado de forma esplendorosa (...)"	30	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Agosto 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Em terceiro lugar, no mesmo dia, foi organizada, no palácio real, uma dança, (...)"	31	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Agosto 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"E (Dona Leonor) foi conduzida com grande solenidade a outro grande palácio, para isto especialmente destinado e engalanado."	31	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"(...) no dia treze de outubro, Dona Leonor, a desposada, por casamento por todos tratada por senhora imperatriz, foi solenemente conduzida, pelo senhor rei de Portugal D. Afonso, e seu irmão, D. Fernando, e pelo Infante D. Henrique, seu tio, com as duas infantas suas irmãs, do Paço, que ficava na cidade, ao castelo real, situado intramuros, num alto monte."	33	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valkenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992

Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia catorze do mês de outubro, a senhora desposada, a imperatriz, foi conduzida com grande solenidade e aparato, do castelo real, até baixo, à cidade de Lisboa, a um palácio situado no meio da cidade, com representações e espetáculos vários organizados com muito esmero um pouco por todo o lado."	35	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Depois, prosseguindo, em quarto lugar, em frente da igreja metropolitana onde repousa o corpo de S. Vicente, estava o reverendíssimo senhor arcebispo, com os seus cônegos e muitos outros clérigos, paramentados, aclamado a senhora desposa, a imperatriz, Dona Leonor, que tinha chegado à sua frente, com os irmãos, as irmãs, e os embaixadores, a cavalo com muito povo. (...)"	37	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Em quinto lugar, junto da igreja catedral, em direção a poente foi feita uma paragem."	37	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia quinze do mês de outubro, o senhor rei de Portugal determinou várias danças na praça fronteira ao palácio da senhora desposada."	39	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia dezasseis de outubro o senhor rei de Portugal veio, do seu palácio régio, até junto da sua irmã, a senhora desposada, em grande cerimonial, (...)"	39	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"E passearam (rei de Portugal e respetiva comitiva) assim processionalmente pela cidade até um grande palácio, formado para o efeito, de tábuas e barrotes, levantado e construído com duas torres altas em torno. As torres e o tecto do palácio eram forradas por um bom pano cinzento e negro, com cores de ouro e prata; neste palácio ficou a morar o senhor rei com os seus."	41	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"À hora prima, porém, veio um fidalgo que tem nome de Almirante, capitão-mor de todo o mar, quinto na hierarquia no reino de Portugal, com cavalos, com grande pompa e fausto. Chegando ao palácio onde o senhor rei de Portugal morava com o seu exército, bradou pelo seu arauto, chamando do palácio o dito rei e o seu exército, para executarem actos de armas. (...)"	41	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia dezoito de outubro, na continuação dos festejos e dos folguedos, chegou frente ao palácio da senhora imperatriz, um animal horrível, em figura semelhante à de dragão, puxado por quarenta homens. (...) Vinham, entretanto, perante a residência dos embaixadores (Estaus) do senhor imperador, quase todos os dias, tocadores de tubas e trompetas, com diversões variadas."	43	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992

Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Em vestes reais e adornos cintilantes, aproximaram-se da aula e paço real (no original em latim «ad aulam regiam et pallacium ubi pro.»), onde, então, a senhora desposada e o senhor rei de Portugal, com sua esposa, duas irmãs da senhora desposada, os embaixadores e os nobres mais importantes se haviam reunido a tomar a refeição."	45	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Ao ouvir isto, o rei de Portugal, com os seus companheiros, saindo do seu palácio, com os seus, para isto escolhidos, bem e magnificamente armados, no meio de vozes, de júbilo, e de soar de trompas, veio até à grande praça."	47	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia vinte e três do mês de outubro, chegou uma grande multidão à frente do palácio da senhora desposada, com diversos instrumentos musicais, trompas, trombetas, etc. (...)"	47	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia vinte e quatro do mês de outubro, o senhor rei de Portugal deu um grande festim, em certo palácio, para o efeito erguido naquela ocasião." (no original «in quodam pallacio specialiter illi tempore ad hoc constructo»)	47	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Depois veio até à praça grande multidão, a saber, cristãos, sarracenos, judeus, mouros, e homens da selva, folgando e cantando durante toda a noite. E havia muitas e grandiosas iluminações diante dos palácios e casas de habitação, em cima e em baixo acompanhando os contornos, ao longo das noites seguintes, quase convertendo as trevas em luz do dia."	49	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia vinte e cinco do mês de outubro, a senhora desposada, dita imperatriz Dona Leonor, foi conduzida pelo senhor rei, pelos príncipes, etc., com grande solenidade, à igreja catedral da cidade, onde repousa o corpo de S. Vicente."	51	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Agosto 1485	Nicolau von Popplau	"Os cristãos de Lisboa e Portugal, assim como os da Galiza, usam muita argila, ao estilo dos pagãos, na construção dos seus edifícios (...)"	36	Liske, Javier, Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII (año de 1878), traducidos del original y anotados por F. R. Casa Editorial de Medina, s.a, https://bvpb.mcu.es/viajes/es/consulta/registro.do?id=577215
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"É um monte altíssimo em cujo cume há dois alcazares, e debaixo deles todo o monte é habitado, cheio de casas, mosteiros e outras igrejas. Tem a ocidente outro monte, cuja parte oriental está toda habitada; e no meio uma grande planície até ao mar toda povoada. É maior que Nuremberga e muito mais populosa, porque numa só casa, geralmente, há três, quatro ou cinco habitantes. São mais três cidades que duas. Têm os judeus três bairros próprios, por baixo do castelo, aos pés da montanha, que se fecham todas as noites."	69	MÜNZER, Jerónimo, Viaje por España y Portugal – 1494-1495, Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1ª edição), 2019

Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"Os sarracenos têm também junto às muralhas da cidade, na parte baixa do castelo, as suas casas e mesquita, na qual estivemos."	70	MÜNZER, Jerónimo, <i>Viage por España y Portugal – 1494-1495</i> , Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1ª edição), 2019
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"A casa está na praça maior, num largo campo junto ao mosteiro de S. Domingos."	74	MÜNZER, Jerónimo, <i>Viage por España y Portugal – 1494-1495</i> , Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1ª edição), 2019
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"Na parte oposta a Lisboa, há um belo monte, em cuja parte cimeira se vê um castelo, chamado antigamente Almania, e hoje, corrompido o vocábulo, Almada, o qual foi arrebatado aos sarracenos	74	MÜNZER, Jerónimo, <i>Viage por España y Portugal – 1494-1495</i> , Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1ª edição), 2019
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"Vivem (ricos mercadores alemães e holandeses) na praça e na rua nova, que está construída ao estilo alemão"	74	MÜNZER, Jerónimo, <i>Viage por España y Portugal – 1494-1495</i> , Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1ª edição), 2019
Outubro 1504	Lunardo da Cà Masser	"O Sereníssimo rei habita de forma contínua na cidade de Lisboa por ser a maior do reino; nesta cidade habitam uma geração universal de mercadores."	77	GODINHO, Vitorino Magalhães, <i>Portugal no começo do século XV: Instituições e Economia, O relato do Veneziano Lunardo de Cà Masser</i> , Revista de História Económica e Social, nº 4, Lisboa, Sá da Costa Editores, 1979
Outubro 1504	Lunardo da Cà Masser	"Ainda que aquela cidade seja única para todo o resto daquele reino, na qual se ergue o seu palácio novamente construído, ainda não concluído, não é muito faustoso, pelo contrário é de baixo valor, de traça modesta e pobre, é uma habitação aceitável para a sua corte e criadagem."	77	GODINHO, Vitorino Magalhães, <i>Portugal no começo do século XV: Instituições e Economia, O relato do Veneziano Lunardo de Cà Masser</i> , Revista de História Económica e Social, nº 4, Lisboa, Sá da Costa Editores, 1979
Julho 1532	Claude Bronseval	"Á medida que nos aproximávamos, olhei com curiosidade a localização e o sítio. Notei que duas colinas com um vale que as separa e uma longa linha ao longo do porto constituem Lisboa que era então, certamente, uma cidade materialmente florescente."	327	Cocheril, Maur Dom, <i>Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533)</i> , prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Nós percorremo-la em grande parte e não conseguimos encontrar um local para nos alojarmos. Quando finalmente encontramos um extremamente pobre para nós e para as bestas, eu me encarreguei sem demora de procurar a casa do embaixador de França que residia fora da cidade, muito longe, num subúrbio localizado a meio, ao longo do mar"	329	Cocheril, Maur Dom, <i>Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533)</i> , prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

Julho 1532	Claude Bronseval	"Estávamos alojados na casa de um velho judeu, ganancioso e voraz que se converteu ao cristianismo por precaução."	331	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Depois de ter celebrado a missa na igreja do hospital real vizinho, Monsenhor foi imediatamente convidado (...) a aceitar alojamento nesse local."	331	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Monsenhor recolheu-se no hospital, onde foi convenientemente alojado com Etienne, o seu moço de camara."	331	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"No dia 13, de manhã, Monsenhor foi conduzido pelo mestre do hospital real, homem afável, pio e religiosos chamado Agostinho, e desfrutando do favor real, foi levado a uma capela devota isolada num grande e belo jardim."	333	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Próximo desta hora, o embaixador francês e Francisco de Melo vieram até Monsenhor que os esperava no hospital, e o conduziram com honra ao palácio real onde ambos o apresentaram ao rei com gravidade."	333	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Depois da missa e da partida, fui comer ao nosso alojamento. O Monsenhor veio muito cansado devido ao abominável calor, quase à noite, do convento dos frades menores. Ao aproximar-se a noite, ele subiu ao mosteiro de Santo Eloi, da ordem de Santo Agostinho, situado numa colina abaixo do castelo da cidade, de onde se a pode ver inteira."	339	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"No dia 15 Monsenhor celebrou missa na capela do jardim do Hospital e lá ficou em repouso."	339	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Em saindo de lá (Convento da Graça), ou seja, quase do alto da colina que fica a norte da cidade, de onde se avista muito bem o porto, descemos à igreja de S. Vicente, onde repousa o corpo deste santo enterrado de forma notável na parte sul do presbitério."	339	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

Julho 1532	Claude Bronseval	"Dia 22, festa de santa Maria Madalena, esta festa não é celebrada na cidade. Monsenhor disse missa de manhã cedo. Ele foi em seguida ao palácio real (...)"	345	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	" (Monsenhor Saulieu) ir completamente sozinho para sua casa atravessando uma grande parte da cidade (...)"	345	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Monsenhor decidiu ir com o doutor (Dr. Margalho) ao convento destes frades menores construído sobre a colina meridional para se reunir com ele (com o confessor (do Rei). Este convento é notável e bonito. D. Manuel, o anterior rei, contribuiu grandemente para a sua construção. Tem atualmente, 70 frades que aí vivem e residem, conforme o desejo do rei, sem contar com os que foram enviados para as províncias e os outros que chegaram em seguida e aí residem."	347	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"Fui enviado a casa do Dr. Margalho, que vivia em frente na colina oriental (...)"	347	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"(...) Estando no palácio real, Monsenhor "foi chamado pelo porteiro real e conduzido por este da grande capela do palácio a uma capela superior próxima do oratório real."	349	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"No dia 25, Monsenhor foi de madrugada ao convento dos frades menores, situado a meio da colina, onde celebrou missa."	349	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	"No dia 26, Monsenhor foi a casa do confessor do rei, com quem se reuniu longamente. Descemos de lá até ao palácio real. O doutor Margalho veio ao nosso encontro, e disse-nos que o rei saiu do palácio para ir à cidade julgar os prisioneiros"	349	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Julho 1532	Claude Bronseval	" No dia 27, Monsenhor queria reunir-se no palácio após ter assistido à missa, mas foi-lhe feito saber que o rei tinha saído para ir assistir a uma missa na capela de Santa Maria da Luz, situada a uma milha da cidade (...)"	349	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

Agosto 1532	Claude Bronseval	""No dia 2 (...), Monsenhor reuniu-se durante este tempo no Convento do Carmo para aí ver o confessor da rainha."	353	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"Por volta da noite, Monsenhor reuniu-se na colina no convento dos frades menores."	355	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"No dia 3 Monsenhor celebrou missa de manhã cedo na igreja do hospital. Enviou-me de seguida ao convento do Carmo para me encontrar com o confessor da rainha, para o fazer prometer a insistir com o cardeal sobre o seu assunto."	355	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"Durante este tempo Monsenhor reuniu-se na casa do confessor da rainha, no convento do Carmo. (...) Monsenhor desceu a colina e foi a casa de Francisco de Mello (...). Ele desceu de novo desta casa e atravessa uma vez mais a cidade par ir a casa do cardeal."	355	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"(Mosteiro de Odivelas) É um mosteiro muito importante situado num pequeno vale, no meio de opulentas colinas. Foi danificado pelo tremor de terra (...) há dois anos."	357	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"No dia 20, parti para Lisboa cerca das sete horas da manhã e fui para o nosso alojamento habitual no hospital real."	365	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"(Estando m Vila Franca de Xira, Claude Bronseval) No dia 20, parti para Lisboa cerca das sete horas da manhã e fui para o nosso alojamento habitual no hospital real."	365	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Setembro 1532	Claude Bronseval	"No dia 3, de madrugada, subi a pé e percorri as duas colinas que rodeiam a cidade para cumprir várias missões."	385	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

Setembro 1532	Claude Bronseval	"No dia 7, Monsenhor foi à colina ocidental celebrar a missa na capela de Santa Maria do Loreto."	391	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Setembro 1532	Claude Bronseval	"No dia 9 Monsenhor foi ele mesmo a casa do doutor Margalho. Enquanto o esperava assistiu à missa na igreja vizinha dos Loios. Desceram juntos ao palácio e assistiram à missa real, após a qual Monsenhor se reuniu com o rei durante cerca de uma meia hora. (...) Saindo do palácio, Monsenhor e o doutor foram a casa do Cardeal (...)"	391	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Setembro 1532	Claude Bronseval	No dia 28, o embaixador de França envia de manhã cedo um mensageiro a Monsenhor para irem juntos a Nossa Senhora da Graça. Ele concorda e aí celebra a missa. Descem em seguida da colina e cada um vai para sua casa (...)"	403,405	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Novembro 1532	Claude Bronseval	"No primeiro dia do ano, Monsenhor celebrou de madrugada a missa no hospital real onde têm lugar as solenidades principais, ("Principalis solemnitas") e nós depois dele. Quase toda a população da cidade acorreu para ganhar as indulgências ligada à igreja do hospital. Assistimos de seguida a toda a cerimónia religiosa. Esta festa não é exatamente observada em toda a cidade, porque há comércio, compras e vendas como um dia comum, o que nos surpreendeu."	447	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Novembro 1532	Claude Bronseval	"No segundo, Monsenhor celebra a missa. Nós fomos de seguida ao palácio onde ele conversou com o rei sobre a Abadessa de Almofter."	447	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Com esta bella e alegre companhia chegámos finalmente à cidade, em cuja praia havia tanta gente que se calculava em cincoenta mil pessoas. Deitou-se uma ponte de madeira, e por ella desembarcámos para outra ponte fixa, no meio da qual, demos de rosto com o serenissimo cardeal D. Henrique que nos esperava com muitos cavalleiros."	80	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Caminhámos obra de uma boa milha por bellas ruas, direitas e largas (principalmente a que chamam rua nova, a qual é bellissima e povoada de nobres edificios) até que chegámos ao paço real, situado no sitio mais alto da cidade, que d'alli se descobre quasi toda, fazendo uma vista soberba com o braço de mar que a cerca, cheio de grande multidão de navios. Por todas as ruas era tão basto o povo que se calculou haver ahi mais de cento e cincoenta mil pessoas. Estavam as ditas ruas adornadas todas de finos pannos de Flandres e d'outras qualidades, não havendo columna ou parede que d'elles não estivesse coberta. Dobrado era o adorno das janelas e muito junctas, e cada morada três ou quatro andares, que se alugam facilmente pela grande frequência d'extrangeiros. Era por este motivo que d'um e d'outro lado se não via vão do tamanho d'um dedo, que não estivesse coberto de tapetes e pannos, divididos por quadros de figuras em vulto, ou bordadas, de vistosa apparencia."	82	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908

Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Quando chegámos á egreja de Sancta Maria, perto dos paços reaes, el-rei, fazendo leve menção de descobrir a cabeça, partiu para os dictos paços acompanhado de cinquenta tochas, e o Legado entrou na egreja."	83	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Partindo da sé o Legado com o cardeal infante e muitas outras pessoas, foi apear-se ao dicto palácio, chamado do castello, era sol posto."	84	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"O palácio do castello, todo por fora de cantaria, assim como não tem forma alguma d'architectura, por ter sido feito aos poucos em diversas epochas, também por dentro é mais cómodo que vistoso."	85	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Depois de jantar, o Legado cavalgou em um mulla, acompanhado dos prelados e de quinhentos cavalleiros portuguezes, e seguindo quasi uma milha ao longo da margem do rio, foi apear-se á porta de um convento de freiras franciscanas, donde passou ao palácio da rainha D. Catharina, viúva de D. João III e irman de Carlos V, avó do rei actual."	89	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Tendo anoitecido, acompanhados com vinte tochas adeante fomos ao palácio da infante D.Maria, irman de João III, a qual, tendo ficado orphan em tenra, não quis jamais casar, posto que fosse robusta, formosa, e procurada."	90,91	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"(D. Maria) esperava em pé pelo Legado, n'um aposento forrado de pannos de Flandres de sede e ouro, debaixo de um docel de brocado. (...) Depois assentou-se no chão debaixo do docel, e o Legado defronte della em uma cadeira de veludo carmesim franjada d'ouro."	91	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Na segunda feira seguinte fomos ver o arsenal ou armaria d'el-rei, pegado com a praça principal, à beira do Tejo. Na verdade é cousa digna d'espanto! Compõe-se de três grandes salas todas cheias. Os cossoletes que ahí há são para cincoenta mil homens. N'outra que fica por cima estão lanças para outros;"	92	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Fomos também vêr as cavalariças reaes que estão junto a S. Domingos."	93	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908

Transcrição Referências Interiores e Artes Decorativas

Data	Autor	Transcrição	Pág.	Localização do documento
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkstein	" (...) no dia treze de outubro, Dona Leonor, a desposada, por casamento por todos tratada por senhora imperatriz, foi solenemente conduzida, pelo senhor rei de Portugal D. Afonso, e seu irmão, D. Fernando, e pelo Infante D. Henrique, seu tio, com as duas infantas suas irmãs, do Paço, que ficava na cidade, ao castelo real, situado intramuros, num alto monte. Aí tomou jantar num aposento, e os embaixadores noutra local, que, todavia, ficava próximo."	33.	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia vinte e um de outubro, de novo continuaram os torneios. Panos ricos de diversas cores novamente foram pendurados e estendidos nas paredes, de uma e outra parte, para o torneio. (...)"	45.	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"No dia dezanove do mês de outubro, houve de novo justas e folguedos (...). Nesse mesmo dia, à tarde, por ordem do senhor rei de Portugal, todos os panos pendurados e estendidos na praça pelas paredes, durante o tempo do torneio, foram postos à disposição do povo. Cada uma levou para seu uso, conforme pôde apanhar."		
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Esse palácio (segundo o autor construído para essa ocasião) estava belamente ornamentado com tapeçarias de diversas cores e tecidos e entretecidas com figuras diversas personagens e histórias"	47.	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	"Na primeira mesa, e tábola, frente a muitas e grandes baixelas e magníficos objetos de prata e taças, dispostos e colocados de modo régio no respetivo lugar (...)"	47	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Outubro 1451	Nicolau Lankman de Valkenstein	" (...) esta barreira era extensa e estava toda coberta com um bom pano, de cor cinzenta."	43	Nascimento, Aires A., Diário de viagem de Nicolau Lankman de Valckenstein, 1451-1452, sobre ms. Viena, Biblioteca Palatina, Cod. 3286, Edições Cosmos, Lisboa, 1992
Julho 1484	Nicolau von Popplau	"Após a refeição, o rei ele mesmo levou-me à sua câmara"	22	Liske, Javier, Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII (año de 1878), traducidos del original y anotados por F. R. Casa Editorial de Medina, s.a. https://bvpb.mcu.es/viajes/es/consulta/registro.do?id=577215
Julho 1484	Nicolau von Popplau	"Desde a real câmara, acompanhou-me um doutor, mestre dos reais filhos, e também cavaleiro, com assistência de outros nobre, à outra casa de hospedes."	23	Liske, Javier, Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII (año de 1878), traducidos del original y anotados por F. R. Casa Editorial de Medina, s.a. https://bvpb.mcu.es/viajes/es/consulta/registro.do?id=577215

Setembro 1484	Nicolau von Popplau	"As casas não estão tão fornecidas de mobiliário e utensílios domésticos, nem tão limpas como as das expressadas nações" (a saber, no parágrafo anterior as lombardas e as francesas)	27	Liske, Javier, Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII (año de 1878), traducidos del original y anotados por F. R. Casa Editorial de Medina, s.a, https://bvpb.mcu.es/viajes/es/consulta/registro.do?id=577215
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"(Sinagoga) Oh, que bellissimo lugar e cátedra para pregar, como nas mesquitas! Ardiam na sinagoga dez grandes candelabros; e em cada um deles cinquenta ou sessenta lâmpadas."	69	MÜNZER, Jerónimo, Viaje por España y Portugal – 1494-1495, Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1º edição), 2019
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"É um castelo verdadeiramente régio, com os seus pavilhões, aposentos e outras coisas."	71	MÜNZER, Jerónimo, Viaje por España y Portugal – 1494-1495, Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1º edição), 2019
Novembro 1495	Jerónimo Münzer	"Vimos também uma grande oficina com muitos fornos, onde se fabricavam ancoras, balas, etc. e tudo o que está relacionado com o mar." "Finalmente, vimos em quatro grandes edifícios, as suas enormes e bellissimoas balas, em grande quantidade; também dardos, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo excelentemente fabricado e na maior abundância. (...)"	73	MÜNZER, Jerónimo, Viaje por España y Portugal – 1494-1495, Prólogo de Manuel Gómez-Moreno, tradução espanhola José Lopez Toro, Editora Maxtor, Coleccion Almenara, Madrid, 1951 (1º edição), 2019
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"(...) a senhora rainha ouviu missa no seu oratório (...)"	77	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Biblioteca "Reyes Católicos", Vol. III, Valladolid, 1963
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"O senhor rei ouviu missa na sua capela, e disseram-me que também se havia confessado, e à tarde o rei e a rainha juntos foram à capela ouvir as vésperas (...)"	77	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"E depois o senhor rei foi com a senhora rainha até ao seu aposento; e, deixando-a ali, foi direito à sala grande do seu aposento, que estava muito bem enfeitado com um estrado grande com um dossel de brocado por cima e por baixo foi posta uma cadeira rica com a sua mesa em frente."	77	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"A senhora rainha tomou a sua refeição na sua câmara (...) e depois da refeição, a senhora rainha vendo que a casa não estava decorada, como era razão para tal festa, mandou que a decorassem logo; e de noite colocaram os panos e o dossel e fizeram o aparador."	77	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"Depois disto, às oito horas veio o senhor rei à câmara da senhora rainha, e foram às matinas, da mesma maneira que foram às vésperas; e o senhor rei, deixando a senhora rainha na tribuna, desceu abaixo, onde estava posto o seu assento com cortinas."	77, 78	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot

Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"Hoje dia do Nascimento de Nosso Senhor, antes do amanhecer, a senhora rainha ouviu missa no seu oratório..."	78	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"O senhor rei levou a senhora rainha pelo braço esquerdo até à tribuna, e, deixando-a lá desceu abaixo até ao seu assento (sitial)."	78	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"E estava no altar um retábulo devocional (devoto), como na igreja, e uma cruz grande e rica, e quatro candelabros de prata, e o equipamento (aparejo) dos ornamentos de brocado, e a mitra e o báculo muito ricos com muita pedraria."	78	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"Acabando-se a missa cerca da uma, e depois o rei e a rainha foram aos seus aposentos, cada um para seu lado."	78	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"(D. Manuel) comeu num quadrado (en una quadra), onde geralmente come, sentado numa cadeira rica debaixo do dossel de brocado (...). O aparador era mediano."	79	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"A senhora rainha, enquanto ele (D. Manuel) ia comer ao andar inferior (a la cuadra baja), encontrou-se com a infanta D. Beatriz (...)"	79	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"O aparador da senhora rainha estava posto muito levemente (luzidamente), ainda que os pratos estivessem muito cheios, havendo comida para três e puseram em dois."	79	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"O manjar da senhora rainha foi trazido ao aparador com trompetas (...). No serviço da mesa não houve mais diferenças que em outros dias."	79	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"Em acabando de comer veio o senhor rei à câmara da senhora rainha, e tendo a infanta saído, mandou despejar a câmara (...)"	79	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot

Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"A senhora rainha pôs-se no seu assento para ouvir as vésperas (na sua sala)"	80	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"E foi (D. Maria) com as suas damas à sala grande dos aposentos do rei, que estava cheia de gente (...) e foi direita ao seu estrado, onde estava um dossel de brocado e por baixo seis almofadas de brocado, duas a duas, e sentou-se na parte direita, deixando vazio o lugar para o senhor rei (...)"	80	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Dezembro 1500	Ochoa de Isasaga	"Depois de sentados o rei e a rainha em seu estrado (...)"	80	Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes católicos. Edição preparada e anotada por António de La Torres e Luiz Suarez Fernandes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Patronato Menendez Pelayo; Bibliot
Agosto 1532	Claude Bronseval	"Fomos conduzidos através do claustro no coro inferior da igreja." "(Mosteiro de Odivelas) Então, visitámos em seguida a muito bela igreja, longa, pia e convenientemente decorada. O Santo Sacramento está muito devotamente colocado na parede setentrional. Saímos pela porta regular e fomos ao nosso alojamento no priorado dos monges para onde tinham sido levadas as nossas bagagens e a nossa comida estava preparada."	359	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Agosto 1532	Claude Bronseval	"No dia 9 Monsenhor celebra missa de manhã no coro das monjas."	359	Cocheril, Maur Dom, Voyage de Dom Edme de salieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533), prefácio de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas Dom Maur Cocheril, Presses Universitaires de France, Paris, 1970
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Acompanhado de cinquenta tochas, conduziram-no a um aposento no andar nobre, por cima do quarto d'el rei, onde ceou só, e os prelados e gentis-homens de seu serviço em publico, n'uma sala, e em outra bem maior os gentis-homens dos prelados."	84	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"As mesas não eram tão bem ordenadas, lautas, e abundantes como em Madrid, porque os portuguezes não teem habito de banquetear-se. Conhecia-se-lhes a boa vontade com que davantudo, e que eram abastados de peças de ouro e prata, e servidos por muitos criados;"	84	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908

Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Sobe-se por uma grande escada a um átrio que gira em volta, e que dá entrada para diversas quadras, ficando à mão esquerda da entrada uma porta que dá para outra escada íngreme e estreita, pela qual se sobe a alguns quartos bem ornados, nos quaes se alojaram vários prelados. Tomando por outra escada subimos a uma varanda que dá passagem para as camaras d'el rei, por cima das quaes fica uma grande sala, que tem quarenta e oito passos de comprido e dezoite de largo, dividida em naves com um tecto pintado de brutescos, e forrada toda de bellas razes de Flandres e de lhama d'ouro. Seguiu-se um quarto feito a modo d'escada, por ser em degraus, onde os gentis-homens dos prelados comiam. O tecto deste quarto era feito à maneira de pinha e de muito mau gosto. D'aquí subia outra escadinha de madeira para um aposento, ao lado do qual ficava outro onde estavam os aparadores com a copa, assaz copiosa de peças d'ouro e prata, mas não tanto como a do duque de Bragança. D'esta casa se passava para uma sala forrada dos mesmos pannos de Flandres, na qual os prelados comiam. No fundo d'esta sala se descia para uma varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo panno de Flandres com uma imagem da virtude que segura pelo collo e pelos cabelos uma fortuna com o seu letreiro latino que significa: não sabe escapar, nem pode fugir a fortuna, quando a virtude com a sua força a retém. Do meio d'esta varanda se desce para uma sala forrada de lhama d'ouro, com o seu dossel de brocado, debaixo do qual está um estrado com três degraus, coberto de panno verde. D'aquí se entra em uma camara, ornada do mesmo modo, onde está um grande leito de brocado d'ouro com travesseiro e duas almofadinhas de razo carnezim ricamente bordados d'ouro. Fica imediata outra, onde estava um leito para dormir o legado, cuja armação era de finísimos razes de seda e d'ouro, com bem lavradas figuras poéticas, e franjas subtilísimas. Havia também uma mesa pequena de couro preto da Índia mais belo que o ébano, todo lavrado ao redor de folhagens d'ouro. Ao pé desta camara estava um oratório, aramdo de razes semelhantes aos da camara, com a diferença de serem as figuras ao devoto..... D'estas camara sahe-se por uma porta secreta para um terraço donde se descobre uma extensa vista tanto de mar como de terra."	85, 86	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Os quartos d'el rei ficam por baixo d'estes e em tudo lhes são semelhantes, salvo em alguma pequena diversidade nos estrados e docéis, e em serem bordados os pannos de raz com estórias do Testamento velho, e ao mesmo tempo com quantos ficções teem inventado os poetas. Havia ahi alguns que valiam bem dois mil escudos."	87	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Na quarta feira seguinte foi o Legado visitar el-rei, o qual veiu encontrar-se com elle ao meio da sala grande (...) e sem dizer palavra, tomando a direita do Legado, se encaminhou para o seu quarto, sem fazer a menor cerimonia ao passar as portas, entrando primeiro que elle na camara, onde só havia uma cadeira. Ordenou então el-rei que viesse outra, mas antes que ella chegasse, ou pore inadvertência ou por altiveza, assentou-se debaixo do dossel, e o Legado defronte d'elle na que trouxeram que era de veludo."	87, 88	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"O Legado jantou n'esse dia em publico, mas só á mesa, na sala do docel, n'um estrado de cinco degraus, assentado em uma cadeira de veludo carnezim, franjada d'ouro, assistindo-lhe os prelados e grande numero de fidalgos portugueses. Ao mesmo tempo jantava el-rei também em publico e só á mesa, na sala principal debaixo do dossel, em estrado levantado, e assente em cadeira brocada d'ouro. (...) O serviço era d'ouro: dez criados que serviam não mais! As comidas poucas, mal temperadas e grosseiras. Sobre a mesa estava sempre um grande vaso de prata cheio d'agua, do qual se deitava em um jarro, chamado na língua portugueza púcaro do feiitio de uma urna antiga, d'altura d'um palmo, e feito de certo barro vermelho, subtilíssimo e luzido, que chamam barro d'Estremoz, pelo qual o rei bebeu seis vezes. Ahi estava também sempre uma salva de prata cheia de guardanapos, que se renovavam cada vez que el-rei bebia ou mudava de prato."	88, 89	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Achamo-la (D. Catarina) n'um aposento desadornado, como o era todo palácio."	90	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"(...) começou a conversar (D. Catarina) com o Legado em língua hespanhola e em voz alta, por espaço de hora e meia, tendo-se ella assentado no chão e o Legado defronte, em uma cadeira de couro, ambos sem docel, estando entretanto os prelados n'outro aposento, onde por orgulho ou descuido, não havia cadeiras."	90	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908

Dezembro 1571	João Baptista Venturini	"Esta capella (a dos paços d'Alcaçova) é de bom tamanho. Tem um S. Miguel expulsando Lucifer que é obra de mestre. Está forrada de tapeçarias, uma das quaes representa ao natural el-rei D. Manuel, rodeado do conselho dos grandes, quando resolveu mandar conquistar as Indias que hoje chamam de Portugal. É de grande preço."	92	HERCULANO, Alexandre, A viagem do Cardeal Alexandrino (1571), Opúsculos, Tomo VI, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
------------------	----------------------------	--	----	--